



**ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE
ABRIL DE DOIS MILE DOZE.**

----- No dia vinte e sete de abril de dois mil e doze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às nove horas e trinta minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: António José Santos Alves Lages Oliveira (justificada), Alberto Gonçalves da Ascensão (justificada), Fernando Martins Machado (justificada), Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida, Carlos Fernando Ermida Rebelo, José Alberto da Costa Ferreira, José dos Santos Costa, Patrícia Alexandra Almeida Monteiro, Tiago André de Andrade Coelho Pinhel. -----

E para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuído, fica a seguir transcrita: -----

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:** -----

– A Assembleia Municipal recebeu vários convites, de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

– Diversas entidades e partidos políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

– A Senhora Deputada Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida informou por carta que, por motivos de cariz pessoal, não pode estar presente na Assembleia Municipal de 27 de fevereiro. -----

– O Senhor Deputado José Esteves Correia informou via E-Mail que, por se encontrar ausente em tratamento médico em Lisboa, não pode estar presente na Assembleia Municipal de 27 de fevereiro. -----

– O Senhor Deputado Amaro dos Santos Carreira – Presidente da Junta de Freguesia de Cepões informou via E-Mail que, por se encontrar ausente em restabelecimento de uma doença, não pode estar presente na Assembleia Municipal de 27 de fevereiro. -----

– O Senhor Deputado Marco Rodrigues solicita via E-Mail esclarecimentos sobre a Sessão da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro. -----

- O Senhor Deputado Fernando Martins Machado, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de France informou via E-Mail que, por motivos de ordem profissional, não pode estar presente na AM de 27 de fevereiro. -----

– O Senhor Deputado José Alberto Ferreira informou via E-Mail que, por razões de impedimento profissional, não pode estar presente na Assembleia Municipal de 27 de fevereiro. -----

– O Agrupamento de Escolas de Abraveses – Dr. Azeredo Perdigão informou via E-Mail que vai estar presente na VII Sessão da Assembleia Municipal Infantil 2012. -----

– A Escola Jean Piaget informou via E-Mail que vai estar presente na VII Sessão da Assembleia Municipal Infantil 2012. -----

- O Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique de Jogueiros informou via E-Mail que vai estar presente na VII Sessão da AM Infantil 2012. -----

-- O Senhor Bruno Simões, jornalista do Jornal de Negócios, solicita via E-Mail



- comentários referentes à Reforma Administrativa de Freguesias no Concelho. -----
- O Senhor Raul Pinto de Albuquerque solicita via E-Mail diversas informações referentes à Assembleia Municipal. -----
 - O Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique de Jogueiros informou via E-Mail que pretende visitar o RIV no próximo dia 22 de abril. -----
 - A Escola EB1,2,3 D. Duarte de Vil de Soito solicita via E-Mail uma visita ao RIV no próximo dia 22 de março. -----
 - A Junta de Freguesia de Côta envia Moção sobre a Reforma da Administração Local. ---
 - O Senhor Comendador Arcides Batista Simões envia um exemplar do livro “Gestos e Obras de Amor” do qual é autor. -----
 - O Teatro Viriato envia a apresentação da Temporada de abril a julho de 2012.-----
 - A Câmara Municipal de Viseu envia a Declaração de Compromissos Plurianuais, dando cumprimento à Lei 8/2012 de 21 de fevereiro. -----
 - O Senhor Raul Pinto de Albuquerque solicita cópia do Regimento da Assembleia Municipal. -----
 - A Escola Nuclisol informa via E-Mail quais as datas previstas para as visitas ao RIV. ----
 - A Senhora Deputada Elisabete Farreca informa via E-Mail que se vai realizar a Formação Avançada “Gestão de Organizações de Economia Social”, levada a cabo pela EAB em parceria com a Universidade Católica Portuguesa. -----
 - A Assembleia da República remete ofício a solicitar as diligências necessárias à emissão de informações sobre a Assembleia Municipal de Viseu, na sequência de Requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Altino Bessa. -----
 - A Escola Grão Vasco Pré e 1º Ciclo envia via E-Mail confirmação de participação na VII Sessão da Assembleia Municipal Infantil 2012. -----
 - A Assembleia de Freguesia de Repeses envia ofício com proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre a não extinção de freguesias, bem como cópia da declaração de voto do Grupo Parlamentar do PS. -----
 - A Junta de Freguesia de Repeses envia ofício com a ata da deliberação sobre a não extinção de freguesias. -----
 - A Assembleia Distrital de Viseu envia ofício a convocar para a Sessão Ordinária de 24 de abril, assim como cópia da ata da reunião de 27 de dezembro de 2011. -----
 - O Agrupamento Infante D. Henrique confirma via E-Mail a presença de uma Professora e de uma aluna na Sessão Extraordinária da AM de 25 de Abril. -----
 - O Senhor Rui Macário Ribeiro da Viseupédia solicita via E-Mail autorização para apresentar um trabalho na sessão comemorativa do 25 de Abril. -----
 - A. Figueiredo & Manuel Figueiredo SROC remete documentos respeitantes à Revisão de Contas dos SMAS de Viseu de 2011. -----
 - A. Figueiredo & Manuel Figueiredo SROC remete documentos respeitantes à Revisão Legal de Contas do Município de Viseu de 2011. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Sessão da AM de 27 de abril – Prestação de Serviços – Serviço de Comunicações Fixas – Renegociação do atual contrato em vigor com a P.T. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Sessão da AM de 27 de abril – Relatório de Gestão e Documentos Financeiros da CMV e dos SMAS referentes ao Exercício Económico de 2011. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Sessão da AM de 27 de abril – Prestação de Serviços – Serviço Bancário – Comissão de Garantia Bancária. ----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Sessão da AM de 27 de abril – Aquisição de serviços – Aquisição de Inertes – Areia e “tout-venant” para o ano de 2012. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Sessão da AM de 27 de abril – Juízes Sociais – Tribunais de Menores – Organização de Candidatura. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Sessão da AM de 27



- de abril – Grandes Opções do Plano e Orçamento da CMV para 2012 – Revisão nº 1. -----
- A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Sessão da AM de 27 de abril – Concurso Publico Internacional para concessão de serviço Publico de recolha e transporte de Resíduos Sólidos do Concelho de Viseu. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Sessão da AM de 27 de abril – Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para 2012 – Revisão nº 1. ----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete Ponto para ser agendado na Sessão da AM de 27 de abril – Habisolvis EM – Declaração. -----
 - A Câmara Municipal de Viseu remete informação escrita sobre a atividade e situação financeira do Município. -----
 - O Senhor Rui Macário Ribeiro da Viseupédia agradece via E-mail a possibilidade da apresentação requerida para a Sessão Extraordinária de 25 de abril e informa que, devido a alguns convites que foram impossíveis de reagendar, o ensejo inicial não poderá efetivar-se. -----
 - O Senhor Deputado José Esteves Correia informou por ofício que, por se encontrar ausente de Viseu, não pode estar presente na Assembleia Municipal de 25 de Abril, solicitando a justificação da sua falta. -----
 - O Senhor Deputado Rui Rodrigues dos Santos remete via E-mail justificação de falta na Sessão Extraordinária da AM de 25 de abril. -----
 - A Senhora Deputada Helena Vala solicita via E-mail a suspensão do mandato pelo período mínimo e justifica a sua falta na AM de 27 de abril. -----
- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----
- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido. -----
- Foi remetido por via oficiosa para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu as Certidões em minuta das Aprovações e Deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta AM do dia 27 de fevereiro de 2012. -----
 - Foi remetido por via oficiosa para o Clube de Orientação de Viseu a comunicação da aprovação de um Voto de Louvor a esta Associação na Assembleia Municipal realizada a 27 de fevereiro. -----
 - Foi remetido ofício ao Senhor Presidente da Câmara de Viseu dando conhecimento da aprovação de um Voto de Louvor ao Clube de Orientação de Viseu na Assembleia Municipal de 27 de fevereiro. -----
 - Foi remetida por via oficiosa, para o Clube de Orientação de Viseu, para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu e para o Clube de Orientação de Estarreja, cópia da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Loba na AM de 27 de fevereiro sobre o evento “Portugal O’Meeting-POM. -----
 - Foram confirmadas via E-Mail visitas ao RIV pelas Escolas no âmbito da VII Sessão da Assembleia Municipal Infantil. -----
 - Foi enviado por via oficiosa para o Líder do Grupo Parlamentar do PS, o pedido de indicação dum nome para ser votado, que substituirá a Ex Deputada Maria de Fátima Coelho Ferreira, que solicitou a renúncia de mandato. -----
 - Foi enviado via E-mail ao Grupo de Trabalho para a Reforma Administrativa a Moção da Junta de Freguesia de Côta. -----
 - Foi enviado via E-mail ao Grupo de Trabalho para a Reforma Administrativa a ata apresentada pela da Junta de Freguesia de Repeses sobre a Reforma da Administração Local. -----
 - Foi enviado via E-mail ao Grupo de Trabalho para a Reforma Administrativa a ata apresentada pela da Assembleia de Freguesia de Repeses sobre a Reforma da Administração Local. -----
 - Foi enviado via E-mail para os Senhores Vereadores, convite para a Sessão Extraordinária da AM Comemorativa do 25 de abril. -----



- Foi enviado via E-mail para os Senhores Diretores de Departamento e Chefes da CMV, convite para a Sessão Extraordinária da AM Comemorativa do 25 de abril. -----
 - Foram enviados para as várias Escolas, via E-mail, convites para um elemento de cada Escola acompanhado de um aluno estarem presentes na Sessão Extraordinária da AM de 25 de abril. -----
 - Foi comunicado via E-mail, ao Senhor Rui Macário Ribeiro da Viseupédia que a apresentação solicitada poderá ser enquadrada na Sessão da AM de 25 de abril. -----
 - Foram enviadas, via E-mail, para os diversos Deputados, a Convocatória e convite para a AM de 25 de abril. -----
 - Foram enviados via E-mail para os agrupamentos que vão participar na Assembleia Infantil 2012, o regimento e o documento orientador dessa sessão. -----
 - Foi enviado via E-mail para o Senhor Comandante do RIV a confirmação do número de pessoas para o almoço do 25 de abril. -----
 - Foram enviados por via oficiosa para os Senhores Deputados a convocatória para a Sessão da AM de 27 de abril. -----
 - Foram enviadas por via oficiosa para os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, o Edital e a Convocatória da AM de 27 de abril. -----
 - Foi enviado o Edital da AM de 27 de abril por via oficiosa e por E-mail aos vários Jornais. -----
 - Foi comunicado ao Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Messias por via oficiosa, que em virtude da Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia ter solicitado a suspensão do mandato para a AM de 27 de abril, tem que fazer a respetiva substituição no Grupo Parlamentar do PSD. -----
 - Foi comunicado ao Partido Social Democrata, por via oficiosa, que em virtude da Senhora Deputada Helena Maria Vala Correia ter solicitado a suspensão do mandato, foi convocado o Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Messias a tomar parte no Grupo Parlamentar do PSD. -----
 - Foram enviadas por E-mail para os Senhores Deputados as declarações de compromissos plurianuais do Município de Viseu. -----
- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, após verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: Senhoras Deputadas e Senhores Deputados façam o favor de ocupar os lugares, vamos dar início à nossa Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. Quería começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, cumprimentar as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados, o Público e os membros da Comunicação Social. Antes de dar início à Sessão propriamente dita, lembrar a forma muito ativa como decorreu a nossa Sessão Comemorativa do vinte e cinco de abril. Acho que foi de facto uma boa opção escolhermos o Regimento de Infantaria de Viseu como local da nossa Comemoração do vinte e cinco de abril deste ano e desde já agradecer aos diferentes Grupos Municipais a colaboração que deram para que tivesse decorrido da forma como tudo decorreu. Lembrar também que estão a decorrer os trabalhos da Assembleia Municipal Infantil que vai decorrer, como sabem, no final do mês de maio e os jovens já têm vindo a fazer as suas visitas ao Regimento de Infantaria, designadamente ao Museu. Portanto, penso eu que vamos ter aí uma boa Sessão da Assembleia Municipal Infantil. Em relação à Ordem de Trabalhos, queria colocar à consideração dos Senhores Deputados aqui de duas alterações, que são de pormenor, que era passarmos o Ponto Oito para Ponto Dois, em virtude da Informação do Senhor Presidente da Câmara ter a ver com o Ponto Oito, tratá-lo de uma forma sucinta e por outro lado retirar o Ponto Onze, porque na altura em que eu fiz a Convocatória não tinha presente, efetivamente tinha a ideia que tinha existido uma lista única para a Assembleia Intermunicipal. Era o que eu tinha na memória, mas depois mandei verificar e cheguei à conclusão que de facto tinham existido duas listas, o que significa que havendo “método de Hondt” e havendo necessidade de substituir um elemento do Partido Socialista da



Assembleia Intermunicipal, automaticamente subirá a pessoa que está a seguir na lista, o que significa que não temos necessidade de fazer esta eleição. Portanto, se tivesse o acordo de todos os Grupos Municipais, o Ponto Oito passaria a Ponto Dois, renumerávamos a Ordem de Trabalho e deixávamos cair o Ponto Onze, o que significa que a nossa Ordem de Trabalhos ficaria com Dez Pontos. Se estiverem de acordo, iríamos dar início à nossa Sessão da Assembleia Municipal, considerando eu que houve uma aprovação unânime da parte da Assembleia Municipal desta alteração à Convocatória que foi enviada. Não vale a pena fazermos votação, entendo que se não houver ninguém que vote contra ou que se abstenha, considero que houve acordo por unanimidade. Vamos passar então ao nosso Período Antes da Ordem do Dia. Tenho dez inscrições e começo por dar a palavra ao Senhor Deputado Diamantino Santos, Presidente da Junta de Coração de Jesus. -----

-UM – SENHOR DEPUTADO DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORAÇÃO DE JESUS (PSD): Bom dia

a todos. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras e Senhores Vereadores, Distintos Membros desta Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social. É sabido do enorme esforço que o Município de Viseu tem feito no sentido de dotar a nossa cidade com diversas infraestruturas de lazer, em diferentes locais da mesma, propiciando a todos nós espaços belos e funcionais. Infelizmente alguns indivíduos, agindo isoladamente ou em grupo, têm vindo de uma forma sistemática e em crescendo nos últimos tempos, a vandalizar essas infraestruturas, onerando e muito os cofres da nossa autarquia, desbaratando dinheiro de todos nós contribuintes. É exemplo disso o nosso Parque Aquilino Ribeiro. Pela sua centralidade, a par da excelente recuperação aí feita, pelo nosso executivo municipal e desde que foi inaugurada a sua reinterpretação, tem vindo a corresponder às expectativas dos viseenses, tornando-se um espaço único e privilegiado para o lazer e descanso de todos nós. Em cada dia que passa, especialmente nos mais convidativos, vemos o Parque cheio de vida, pleno de animação. Infelizmente esses dias podem estar seriamente ameaçados, se nada fizermos. Da gravosa vandalização dos equipamentos, à provocação e intimidação pessoais, a furtos, a práticas socialmente duvidosas, tudo parece querer voltar ao Parque Aquilino Ribeiro. E porquê? Para nós a resposta é evidente. Quem deve zelar pela nossa segurança e bem-estar, tem de mostrar mais preocupação por esta evidência. Precisamos de um policiamento, no nosso Parque, ao serviço dos cidadãos, que transmita segurança e conforto. Não pretendemos um destacamento policial, mas entendemos prioritária uma ação de proximidade, presencial e dissuasora, com agentes fardados e também à civil, fazendo dessas práticas uma rotina. Ainda hoje pude constatar, porque passei lá de manhã, falei com a funcionária que faz o serviço de limpeza e a verdade é que a Senhora me disse que não tem visto por ali um agente policial. Ainda ontem um colega dela tina sido apedrejado por um grupo de jovens e nada de facto é feito. Senhor Presidente, o nosso pedido vai no sentido de facto que façamos alguma coisa, que interpelemos a nossa Policia de Segurança Pública, principal responsável pela segurança de todos nós, para que de uma forma sistemática olhem e tomem atenção de facto devida àquilo que se passa no nosso Parque. Da minha parte e enquanto autarca da freguesia onde o mesmo se encontra situado, farei chegar uma missiva ao Senhor Comandante da Esquadra da Policia de Segurança Pública de Viseu nesse sentido. Tenho a certeza que todos nós estaremos a comungar desse mesmo sentimento e dessa mesma necessidade. Uma palavra final, Senhor Presidente do Município, para uma possibilidade que eu gostaria, enquanto Presidente da Junta de Freguesia onde o Parque se encontra situado, gostaria de ver, eu tive o cuidado de verificar e estão lá as infraestruturas de comunicação, se calhar talvez a colocação de uma ou duas cabines telefónicas no Parque, porque os mais jovens têm telemóveis, mas os mais idosos possivelmente necessitariam dessa infraestrutura. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Eu esqueci-me de pôr à consideração a ata e ia colocar à consideração dos Senhores



Deputados a ata da reunião realizada no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze. Pergunto se algum dos Senhores Deputados ou das Senhoras Deputadas tem alguma questão a levantar em relação a esta ata? Então sendo assim, vou colocar à votação. A ata foi aprovada por unanimidade. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos do CDS. -----

-DOIS – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP): Senhor Presidente da Mesa, da Assembleia, distintos membros da Mesa, Senhor Presidente do Executivo, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Presidentes de Junta, caro Público sempre presente, Senhores Jornalistas. Antigamente as boas notícias chegavam sempre pelo correio, havia até o velho costume das pessoas estarem à espera que o carteiro chegasse para receberem as cartas com as notícias. Agora chegam por email, um sinal dos tempos que vivemos, hoje o correio passou a ser correio eletrónico e já praticamente que qualquer um o usa, porventura a figura do carteiro que conhecemos, porventura desaparecerá. Isto para dizer que na passada segunda-feira abri a minha caixa do correio e recebi uma excelente notícia, a abertura do Museu do Quartzo. Finalmente e ainda bem para todos nós viseenses, vamos poder desfrutar de um espaço que há muito nos era “prometido”, que estava praticamente concluído, mas que sofreu vicissitudes várias ao longo dos últimos anos, para se ver sucessivamente adiada a sua inauguração. Eu contava que fosse em setembro, porque era normalmente em setembro que era prevista a inauguração, anteciparam-na para junho, e muito bem. Estou aqui para dar os parabéns ao executivo Municipal, reconhecer o esforço e o empenho, nomeadamente do Senhor Presidente, na consecução desta obra e para apresentarmos aqui, o Grupo Parlamentar do CDS apresenta aqui uma proposta de recomendação que passo a ler. Em face da próxima inauguração do denominado Museu do Quartzo, agendada para o próximo dia trinta do corrente mês de abril do corrente dois mil e doze e dado o empenho demonstrado na sua conceção, construção e abertura, processo esse que registou sucessivos atrasos e vicissitudes, mas que agora finalmente vê a luz do dia pelo Senhor Presidente do Município, os Deputados Municipais do CDS propõem que seja atribuído o nome de “Museu Fernando Ruas” a este novel equipamento do nosso Concelho. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Seguindo aquilo que é hábito, isto é uma recomendação ao Executivo Municipal e portanto será remetida para o Executivo Municipal a proposta do Grupo Municipal. O Senhor Presidente quer usar da palavra. -----

-TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA: Senhor Presidente, naturalmente que não estava à espera de usar da palavra agora, mas só para dizer que agradeço, mas eu não aceito esta atribuição. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: De qualquer maneira eu irei fazer chegar. Tem esse direito, faça favor. -----

-QUATRO – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP): Senhor Presidente, fica-lhe bem esse gesto de humildade e reconheço que lhe atribuo o que tem mantido ao longo dos anos que é o Presidente do Município, mas penso que um autarca como o Senhor Presidente, com uma história longa enquanto Presidente de Câmara, merece ao fim de vinte e quatro anos ver plasmado o seu nome numa obra, que é uma obra com um significado especial, daí a nossa proposta, mas reconheço a sua humildade em não aceitar, mas mantemos a proposta de recomendação. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Não sei se alguém se quer pronunciar. Muito bem, dou agora a palavra ao Senhor Deputado Ramiro Loureiro, Senhor Presidente da Junta de Rio de Loba. -----

-CINCO – SENHOR DEPUTADO RAMIRO DA CRUZ LOUREIRO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RIO DE LOBA (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores Secretários, Exmo. Senhor Presidente da Câmara



Municipal de Viseu, Doutor Fernando Ruas, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados Municipais, Caros colegas Presidentes de Junta de Freguesia, Exma. Comunicação Social, Exmo. Público presente. A Vigésima Primeira Edição dos Jogos Desportivos de Viseu terá o seu início já no próximo sábado, dia vinte e oito de abril, prolongando-se até ao dia catorze de julho. Os Jogos Desportivos de Viseu assumem-se no nosso Concelho como o maior projeto de dinamização e mobilização desportiva, quer das nossas coletividades, quer dos munícipes a título individual. Baseados em pressupostos de dinamização do movimento associativo local, ocupação de tempos livres e promoção da saúde, através da atividade física, os Jogos Desportivos de Viseu tiveram a sua Primeira Edição em mil novecentos e noventa e dois e ao longo dos anos têm permitido a participação nas mais variadas modalidades desportivas a milhares de jovens e adultos. As últimas Edições têm registado mais de três mil e quinhentos participantes, que ao longo de mais de dois meses têm a possibilidade de praticar várias atividades e usufruir de inúmeras instalações desportivas em todo o Concelho. Com as devidas adaptações, nos últimos anos, os Jogos Desportivos de Viseu têm permitido, quase sem restrições, a participação de todos os munícipes, individualmente ou enquadrados nas suas coletividades, em vinte e oito modalidades distintas, com atividades de formação, simples participação e competição. As modalidades disponibilizadas vão desde as mais tradicionais, como o futebol, o atletismo, o andebol, o basquetebol, até às modalidades mais específicas e destinadas às pessoas com mobilidade condicionada, como o Boccia e o Goalball. É objetivo desta ação, sensibilizar todos, para a prática regular da atividade física, independentemente da modalidade, oferecendo uma escolha variada de opções. O crescimento verificado nos Jogos Desportivos de Viseu apenas tem sido possível pela dinâmica promovida pelo Município de Viseu nos vários projetos de atividade física e desporto ao longo do ano, bem como pelo envolvimento, constante e crescente, nessas atividades do movimento associativo local, mobilizando centenas de atletas, técnicos e dirigentes. A organização de momentos de formação dirigidos aos agentes desportivos, tem sido também um dos objetivos perseguidos pelo Município de Viseu ao longo dos anos. Atento a todos os fenómenos e preocupações nacionais no âmbito do desporto e em particular do associativismo desportivo, o Município de Viseu tem promovido o debate nas mais variadas matérias. No presente ano e perseguindo os objetivos de melhoria contínua e o apoio ao movimento associativo local, os Jogos Desportivos de Viseu terão a sua abertura assinalada com um momento de formação, aberto a toda a comunidade, com o tema “ Gestão de instituições desportivas sem fins lucrativos”. Este seminário terá como objetivo apresentar uma visão da gestão estratégica e marketing nas instituições, no sentido de contribuir para o crescimento e fortalecimento do movimento associativo do Concelho de Viseu. Esta ação é aberta a toda a comunidade e realiza-se dia vinte e oito de abril, sábado, a partir das quinze horas, no Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu. Relativamente ao projeto “Manhãs Desportivas”, atualmente na sua Décima Primeira Edição, tem procurado sensibilizar a população viseense para os benefícios da prática da atividade física e desportiva, com especial incidência nas atividades de fitness, através de parcerias entre o Município de Viseu e os vários Ginásios do Concelho. O Parque Linear de Santiago, à semelhança do sucedido no ano transato, continuará a ser o local escolhido, um espaço que dispõe de excelentes áreas, boa acessibilidade e espaços de apoio à organização e aos participantes. Estas atividades decorrerão aos domingos de manhã, entre os dias treze de maio e vinte e nove de julho. No presente ano, este projeto irá contemplar atividades para seniores, a primeira aula de cada domingo, celebrando assim também o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações. O objetivo global do Ano Europeu é facilitar a criação de uma cultura de envelhecimento ativo na Europa, baseada numa sociedade para todas as idades. Também nesta matéria, o Município de Viseu está atento, não deixando de comemorar o “Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações”, contribuindo com a oferta de atividades para todas as gerações e fomentando



uma cultura inclusiva aos seus munícipes. O Município de Viseu irá também comemorar a Décima Edição do projeto “Conhecer Viseu em Bicicleta”, cujas atividades se realizarão aos domingos de manhã, com a concentração no Parque Urbano de Santiago, havendo uma estimativa de cento e cinquenta participantes/dia. Estas atividades serão desenvolvidas em parceria com a Secção de Cicloturismo da Associação Académica de Viseu, promovendo um domingo de manhã para a participação de todas as famílias. “Conhecer Viseu em Bicicleta” pretende ser um projeto que, durante a primavera e o verão, alie a prática de uma atividade física em ambientes naturais e rurais, a uma vertente pedagógica de conhecimento do nosso Concelho. Destina-se a todos os viseenses, mas também com uma forte incidência a todos os turistas que nos visitam nesta altura, dando oportunidade de conhecerem os monumentos e as mais belas paisagens naturais do Concelho. A Quinta Edição da Feira do Desporto de Viseu terá lugar de oito a dez de junho. Este evento visa aumentar o nível de visibilidade e reconhecimento da oferta desportiva existente no Concelho de Viseu, assim como das suas instituições promotoras, motivando e sensibilizando todos os visitantes para a importância da prática de atividades físicas regulares e da adoção de estilos de vida saudáveis. O Observatório do Desporto visa criar um local de reflexão e debate de ideias sobre o desporto em Viseu, fomentando a discussão sobre temas e preocupações da atualidade local e nacional, assumindo-se como um importante instrumento de consulta e recolha de dados para uma mais correta orientação das políticas de desenvolvimento desportivo do Município. Aliado a estes importantes programas desportivos, o Município de Viseu não tem descurado igualmente o capítulo das infraestruturas desportivas no Concelho. Prova disso é o atual Parque Desportivo do Fontelo que reflete o investimento financeiro e a importância do desporto no desenvolvimento do Concelho. Dotado de várias instalações, onde se destaca o Campo de Futebol 1º de maio, o Campo de Futebol José Alves Madeira, o Campo de Futebol de Sete, o Campo de Futebol de Cinco, Piscinas Municipais, dois Campos de Ténis, Circuito de Manutenção, Campo de Jogos de Praia, Zona de Lançamentos, o Estádio do Fontelo, o Skate Parque, recente infraestrutura vocacionada para a prática de desportos radicais, possuindo também um Polidesportivo para o desporto adaptado e um Parque de Merendas. Por ultimo, o Pavilhão Municipal do Fontelo, instalação desportiva coberta, permitindo a prática de várias modalidades coletivas e construído no ano de mil novecentos e sessenta e nove. De referir que esta infraestrutura desportiva irá ser alvo de uma requalificação profunda, cujo investimento será de oitocentos e cinquenta e um mil, trezentos e vinte e nove euros e cinquenta e um cêntimos, tendo já sido aprovado pelo Executivo Municipal de Viseu o lançamento do respetivo concurso. A par dos projetos e das instalações desportivas, o Executivo Municipal não descarta também o apoio financeiro às coletividades desportivas do Concelho, como é disso prova a recente aprovação em reunião municipal da celebração de protocolos de apoio ao desporto federado, no valor total de quatrocentos e trinta mil euros, contribuindo assim com o apoio a dezasseis modalidades federadas, vinte e seis clubes e perto de dois mil e oitocentos atletas. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Doutor Fernando Ruas, não queria terminar esta minha intervenção, sem antes felicitá-lo pela política desportiva assertiva do seu Executivo, na certeza de que este Concelho continuará a trilhar o seu desenvolvimento estratégico, de uma forma harmoniosa e saudável. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

-SEIS - SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Muito bom dia, Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público presente e funcionários em exercício. Eu tenho aqui duas Moções para apresentar, que vou passar a ler. Em vinte e quatro de outubro de dois mil e sete, a Câmara Municipal de Viseu assinou com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) um contrato



de financiamento no valor de dois virgula três milhões de euros para a Regeneração do Bairro Municipal, mais conhecido como Bairro da Cadeia, com base num projeto que já vinha dos anos noventa e que seria concluído pelo Gabinete Técnico Local a partir de dois mil e dois, passando pela demolição da totalidade das casas do bairro, sendo apenas poupadas onze moradias, para “preservar a memória histórica” do bairro, que depois de reabilitadas seriam entregues a associações do concelho para uso cultural e coletivo. Esta preocupação da autarquia com a preservação da memória do bairro não deixa de ser um reconhecimento do património histórico e cultural deste espaço da cidade, construído em mil novecentos e quarenta e oito, que, aliás, já levou a Ordem dos Arquitetos, no seu Inquérito à Arquitetura Portuguesa do Século XX, a referenciar o Bairro Municipal de Viseu como “conjunto de interesse arquitetónico”. Este valor de Património Arquitetónico é-lhe conferido por ser um dos poucos sobreviventes dos “bairros de casas para classes pobres”, construídos pelo Estado Novo na segunda metade dos anos trinta e nos anos quarenta do século XX, segundo o modelo da cidade-jardim dos subúrbios industriais, com as suas casas térreas geminadas, dispostas em banda e separadas por sebes, com telhados com beirais, com um pequeno jardim à frente, dividido da rua por uma cancela e um quintal nas traseiras, onde a horta faz a ligação ao mundo rural de onde migrou grande parte dos moradores. O Bairro Municipal vale pelo seu conjunto arquitetónico e social, pela escala humana das ruas estreitas ladeadas de árvores, onde as crianças podem brincar e jogar sem grande perigo de serem atropeladas, por ser um espaço onde o relacionamento comunitário, tão rarefeito nas urbes modernas, ainda vive e é isso que o torna num espaço único de sociabilização, num lugar de memória para os moradores que por ele testemunham um raro sentimento de pertença. Musealizar um braço deste bairro não é guardar uma relíquia, é amputar-lhe o corpo e incinerar o “espírito do lugar”. É certo que o desinvestimento do Município ao longo de décadas, cuja única intervenção no interior das habitações foi apenas a substituição do soalho deteriorado por lajes de abobadilha e vigota, nos anos oitenta e noventa, e mesmo aí foram os inquilinos a pagar o acabamento, quase sempre em tijoleira, levou a que alguns moradores tomassem a iniciativa de fazer obras de requalificação das casas de banho, que não tinham chuveiro, nem água quente, e de construir anexos no quintal para suprir a ausência de espaço e de conforto. Mas muitos moradores propõem como alternativa à demolição, a conservação e requalificação do bairro, extirpando anexos ou reabilitando-os de forma a integrá-los com coerência no discurso arquitetónico. Dos cento e vinte fogos iniciais só estão hoje habitados oitenta e dois, sendo que algumas habitações devolutas estão a ser utilizadas como arrecadações ou armazéns da autarquia, quando há tantas famílias à procura de habitação social. O projeto prevê apenas a construção de um bloco com sessenta fogos para habitação social, pelo que as restantes vinte e duas famílias irão ser distribuídas em igual número por casas que a autarquia pretende comprar e reabilitar no centro histórico ou optar por viver nas aldeias de origem, sendo que os lotes restantes serão vendidos a privados para construção, o que pode configurar uma operação onde os objetivos económicos se sobrepõem aos sociais. No dia vinte e nove de março deste ano, a Câmara Municipal de Viseu deu conta à comunicação social de que o IHRU está “sem dinheiro” para cumprir o protocolo de requalificação do Bairro Municipal, pelo que o executivo irá rever a calendarização do projeto. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida a vinte e sete de abril de dois mil e doze, recomenda à Câmara Municipal que: **UM - Aproveitando a indisponibilidade financeira do IHRU, cancele o protocolo, indo assim ao encontro das políticas urbanísticas seguidas tanto pelo anterior governo, como pelo atual, no sentido de privilegiar a reabilitação do edificado, em detrimento das novas construções, não desperdiçando recursos; DOIS - Elabore um novo projeto para a reabilitação do Bairro Municipal que salvaguarde o conjunto arquitetónico, recupere o parque público que outrora existiu, com bancos de jardim e equipamento infantil, dignificando as habitações e mantendo-as ao serviço da habitação social, com atualização das rendas de modo adequado, dando preferência a casais idosos que já não possam subir escadas e a**



juvens casais que tenham aderido à moda saudável e ecológica das hortas urbanas; TRÊS – Proceda à classificação do Bairro Municipal de Viseu como Conjunto Arquitetónico de Interesse Municipal. Não está na Moção, mas devo dizer que esta sugestão de classificação foi feita já há uns anos por David Ferreira, técnico de património do IGESPAR. Portanto, o seu a seu dono. A outra Moção é muito mais curta e passo a lê-la. A recente Lei número oito/dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, “assunção de compromissos e os pagamentos em atraso das entidades públicas”, está a asfixiar os Municípios, mesmo aqueles que têm tido uma gestão financeira responsável e cuidada. Englobada nos pacotes de medidas financeiras de empobrecimento forçado, a Lei em apreço retira capacidade aos Municípios para continuarem a apoiar financeiramente inúmeras atividades de grande valia social, cultural e desportiva, mostrando um grande desconhecimento sobre o funcionamento das autarquias e das organizações locais. A Lei número oito/dois mil e doze, se aplicada, vai traduzir-se na falta de resposta a situações de emergência e no encerramento de serviços, que atualmente, são prestados à comunidade. Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida a vinte e sete de abril de dois mil e doze, consciente das dramáticas consequências da aplicação daquela norma: UM – Manifesta a sua profunda discordância com o teor da Lei número oito/ dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro; Dois – Reclama da Assembleia da Republica a reapreciação daquele diploma, para que os Municípios não sejam asfixiados financeiramente e impedidos de cumprir as suas atribuições e competências legais. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Agradecia que entregasse as Moções na Mesa. Seguindo aquilo que é prática na condução desta Assembleia e de acordo também com o parecer que temos, nós consideraremos esta primeira Moção como uma proposta de recomendação, que será veiculada através da Mesa da Assembleia Municipal à Câmara. Obviamente que faremos o seu debate, mas sendo isto da competência exclusiva do Executivo Municipal, a Assembleia Municipal só pode deliberar sobre proposta do Executivo. Discutiremos, mas depois veicularemos à Câmara Municipal como uma recomendação de um Senhor Deputado Municipal. Em relação à segunda Moção, obviamente que está dentro daquilo que são as nossas competências e do ponto de vista do debate geral. Portanto, diria que estão as duas a debate, sendo que só uma é que irá a votação. Pergunto se algum dos Senhores Deputados se pretende pronunciar sobre a recomendação ou a Moção? Em relação à Moção sobre o Bairro da Cadeia, será transformada em recomendação do Bloco de Esquerda ao Executivo Municipal e será enviada por esta Assembleia, ao abrigo do artigo treze, numero um, alínea c) e h) do regimento e em relação à Moção agora apresentada, eu vou pôr então à votação, visto que não há ninguém que a queira debater. *A Moção foi rejeitada, com um voto a favor, dez abstenções e quarenta votos contra.* Dou agora a palavra ao Senhor Deputado António Mateus, Senhor Presidente da Junta de Ranhados. -----

-SETE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MATEUS DA SILVA– PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RANHADOS (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Exmos. Senhores Vereadores, Digníssimos Membros desta Assembleia, representantes da Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores. Um dos maiores desafios dos nossos tempos está diretamente relacionado com um dos maiores sucessos da Humanidade, o aumento da esperança média de vida, hoje situada nos sessenta e sete anos a nível mundial e setenta e oito em Portugal. Situação alcançada pela evolução das ciências médicas, das novas tecnologias, novas políticas de saúde, ação social, lazer, organização territorial, cada vez mais adaptada aos cidadãos, provocando uma melhoria ao nível da saúde pública e padrões de vida. Em todo o Mundo, em especial nos países desenvolvidos, têm vindo a ser adotadas políticas públicas de envelhecimento ativo, nas quais se enquadram os programas de atividade física, com o objetivo da promoção de saúde, surgindo como um meio de modificar os hábitos de vida dos seniores, retardando o aparecimento de doenças crónicas e mantendo-os, por mais tempo, funcionalmente



capazes para realizar as tarefas do seu quotidiano. Em dois mil e cinquenta haverá três milhões de portugueses com mais de sessenta e cinco anos, o dobro dos atuais, ou seja, aproximadamente trinta e dois por cento da população. Segundo a Organização Mundial de Saúde, “uma cidade amiga do idoso deve estimular o envelhecimento ativo, ao otimizar oportunidades para a saúde, participação e segurança, para aumentar a qualidade de vida, à medida que as pessoas envelhecem.” O nosso Município, ao constatar estes dados importantes, que evidenciavam uma atuação rápida nas pessoas idosas, iniciou em dois mil e sete um projeto-piloto, que serviu para testar o real interesse das pessoas e das várias Instituições, principalmente as Juntas de Freguesias e as IPSS. Durou apenas três meses, tendo sido contemplados quinhentos e dezasseis participantes e dezoito as Instituições que aderiram. Em dois mil e oito realizou-se a Segunda Edição, com a participação de dezanove promotores e setecentos e sessenta e nove participantes. Continuou o projeto em dois mil e nove, com a terceira Edição, com a participação de vinte e nove promotores e mil e quinhentos e dois participantes. No ano seguinte, ou seja, em dois mil e dez, o projeto foi novamente implantado, com a participação de trinta e nove promotores e mil oitocentos e cinquenta participantes. Em dois mil e onze atingiu o seu auge, com oitenta e oito grupos, quarenta e dois promotores e mil oitocentos e sessenta e quatro participantes. Na Edição deste ano, ou seja a Sexta, que iniciou no dia vinte e três de abril e terminará a três de agosto, estão inscritos mil cento e trinta e quatro participantes em sessenta e seis grupos de atividades. Ao analisarmos os dados destes seis anos de existência da Atividade Sénior chegamos à conclusão que mereceu a pena a Câmara Municipal investir nesta faixa etária, que merece sempre a nossa estima e atenção, dignificando-a cada vez mais. Em nome de todos os participantes, onde estou incluído, o meu profundo agradecimento. Termina, apelando ao Senhor Presidente da Câmara que não deixe de continuar com este projeto, que tem contribuído imenso para a melhoria da qualidade de vida dos nossos idosos, incentivando as suas capacidades funcionais e conseqüente aumento dos níveis de independência, autonomia e autoestima, valorizando a parte social, com a diminuição do seu isolamento, ocupando os seus tempos livres e promovendo a interação social. Tenho dito. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Gonçalo Ginestal. -----

-OITO - SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL M. M. ALBUQUERQUE (PS): Bom dia a todos, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Exmos. Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Exmo. Público e Comunicação Social. O Partido Socialista tem como uma das suas principais marcas a defesa da Escola Pública. A promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação, a integração social, a solidariedade e o combate à exclusão, são valores inequívocos do PS. O PS orgulha-se do investimento que fez na educação. Trago aqui à discussão aquilo que tem sido a definição ou indefinição da Rede Escolar no Concelho de Viseu, ou vulgarmente conhecida, constituição dos mega-agrupamentos. Começo por fazer um pequeno enquadramento histórico. O Marquês de Pombal, com a lei de seis de novembro de mil setecentos e setenta e dois, elaborou o primeiro plano da Rede Escolar em Portugal, distribuindo Mestres de ler e escrever e Professores pelas cidades e vilas de Portugal, sendo pioneiro na Europa na organização do sistema de ensino estatal. O Ex-Ministro da Educação, Eng. Roberto Carneiro diagnosticou, nos anos oitenta, a urgência de mudanças estruturais, que permitissem uma educação de qualidade, acompanhando os padrões europeus, de forma a possibilitar a integração de todas as crianças e jovens em ambientes de aprendizagem modernos e exigentes. A Lei de Bases do Sistema Educativo vem definir concretamente que é ao Estado que compete a criação de uma rede de estabelecimentos de educação e ensino que cubra as necessidades da população e que o planeamento da rede de estabelecimentos escolares deve concorrer com a eliminação de desigualdades e assimetrias locais e regionais, visando assegurar a igualdade de oportunidades a todas as



crianças e jovens. Desde então e até dois mil e seis, pouco ou nada foi feito para que a rede escolar cumpra o objetivo sobre a cidade. O décimo sétimo Governo Constitucional, entre dois mil e cinco e dois mil e nove, encerrou em Portugal mais de duas mil e quinhentas escolas do 1º Ciclo, com menos de dez alunos e o anterior Governo encerrou, com o acordo das autarquias, as escolas com menos de vinte e um alunos. Deu-se também a fusão de centenas de estabelecimentos de ensino em todo o País, promovendo desta forma uma nova definição e organização do Parque Escolar. Ora, o que se tem passado em Viseu no presente ano letivo, é que o PSD, ao arrepio da legislação em vigor, pasme-se, aprovada por si na Assembleia da República enquanto oposição, que prevê que os agrupamentos de escolas não tenham mais de mil e quinhentos alunos, pretende agora agrupar as escolas em Viseu até ao limite de dois mil oitocentos e quarenta e sete alunos. Mais, deixa de fora as Escolas Secundárias, não garantindo assim a adequada e correta verticalização e articulação pedagógica, já que a partir do próximo ano letivo todos os alunos terão que frequentar a escolaridade obrigatoriamente durante doze anos de escolaridade. Será assim em todo o País, exceto uma vez mais em Viseu. Acrescento que esta definição da Rede Escolar está a ser realizada sem o Conselho Municipal da Educação reunir e deliberar sobre esta questão. Veja-se o exemplo de Leiria, onde o Conselho Municipal da Educação deliberou não avançar com a fusão das escolas e nada mexeu até agora. O próprio Conselho das escolas, Órgão Consultivo do Governo, acima de qualquer suspeita, reunido no passado dia dezasseis de abril, tomou uma posição frontalmente contra aquilo que tem sido o processo de agregação de escolas, referindo entre outros que e passo a citar: “o processo de agregação das unidades de gestão, conduzido até à data pelas Direções Regionais, permite identificar a aplicação de critérios díspares, que parecem não criar as condições que garantam a qualidade do Serviço Público Educativo. São exemplos disso o não respeito pela garantia da sequencialidade dos círculos de escolaridade, o não respeito pelas distâncias geográficas e por outras características locais, o número exagerado de alunos por agregação.” A ausência destas condições, entre outras e continuo a citar: “compromete o exercício de uma gestão de proximidade, essencial eficácia das novas unidades de gestão.” Exmo. Senhor Presidente, Senhores Deputados, as agregações propostas não se nos afiguram as mais corretas, pois conforme referi, não está acautelada a sequencialidade do ciclo de escolaridade, com a exclusão das Escolas Secundárias. Não foram ouvidos todos os parceiros, como já referi, o Conselho Municipal da Educação e as decisões são tomadas nos bastidores, não havendo a preocupação de realizar uma efetiva e real reforma da Rede Escolar no Concelho de Viseu. Aliás, o despacho do Governo em funções, que ainda aguarda publicação, mas sobre o qual estão a ser feitas as negociações, prevê nos seus princípios gerais a adaptação da Rede Escolar ao objetivo de uma escolaridade de doze anos, numa lógica de articulação vertical, prevenindo a explosão social e escolar. E Viseu fica de fora de toda a regulamentação existente? Em nossa opinião dever-se-ia ter ido mais longe nesta matéria, pois a proposta, conforme está, apenas passa de oito para quatro agrupamentos e a tão propalada poupança com os abonos de gestão na despesa pública que se pretende, fica muito aquém do esperado e do desejado. Feitas as contas, nós fizemos as contas, poupam-se mil e novecentos euros por mês, não contando com as despesas acrescidas por via da redução de horário, para cargos e departamentos maiores e com o abono para os coordenadores de cada um dos estabelecimentos. Há poupança? Achamos que não. Para quê tanto trabalho, para tudo ficar na mesma? É a velha máxima deste Governo, mudar alguma coisa, para tudo ficar na mesma. Cabe-nos, com responsabilidade e verdade, pugnar pela melhoria da qualidade educativa no nosso Concelho, com todos os parceiros sem exceção, na procura da melhor solução para cada situação e obedecendo naturalmente aos princípios gerais que norteiam o sistema educativo português, a bem de Viseu e dos viseenses. Tenho dito. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Correia, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lordosa. -----



-NOVE – SENHOR DEPUTADO CARLOS MANUEL MARTINS CORREIA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LORDOSA (PSD):

Bom dia a todos. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores Secretários, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Exmos. Senhores Vereadores, Caros Deputados, Caros Colegas, Público em geral, Comunicação Social. Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, em nome dos Presidentes das Juntas das Freguesias cruzadas pelo Caminho Português Interior de Santiago, queria começar por me congratular com a inauguração realizada na nossa cidade, no dia vinte e quatro do presente mês. Iniciativa que resultou da assinatura do protocolo de colaboração, celebrado a sete de abril de dois mil e onze, em Vila Pouca de Aguiar, entre os municípios de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, local no qual o trilho cruza a fronteira e liga a Via da Prata em direção a Santiago de Compostela. Esta associação de municípios permitiu gerar sinergias necessárias para a concretização deste projeto, que percorre em solo português cerca de duzentos e cinco quilómetros e cento e setenta e nove quilómetros integrados na Via da Prata, num total de trezentos e oitenta e cinco quilómetros de Viseu até Santiago de Compostela. No caso particular de Viseu, o trilho Caminho Português Interior de Santiago atravessa em cerca de quarenta quilómetros o nosso Município, iniciando-se na freguesia de Farminhão, passando pelas freguesias de S. Cipriano, S. Salvador, Coração de Jesus, Santa Maria, S. José, Abraveses, Campo, Lordosa, e Calde, situando-se também nessa freguesia, ou seja, em Viseu existem três albergues para apoio aos peregrinos. O trilho está marcado com setas amarelas pintadas no chão, nos marcos, em postes, sendo este o símbolo internacional do Caminho de Santiago. Da mesma forma e em direção contrária, está marcado com setas azuis o Caminho de Fátima, outra via de peregrinação com grande tradição no nosso País. Do núcleo urbano de Viseu, destaca-se o Centro Histórico, parte dele ainda rodeado pelas antigas muralhas afonsinas, repleto de monumentos singulares e de diferentes estilos artísticos. Realça-se a especial incidência do trilho Caminho Português Interior de Santiago em zona rural, promovendo a recuperação e utilização de algum do património existente nas freguesias. No caso de Lordosa, permitiu a recuperação de um troço significativo do Caminho Romano, que permitirá o contacto com as nossas gentes e com a nossa cultura etnográfica, assim como com o nosso património envolvente, tais como a Capela de Santo António da Serra, muito bonita, cruzeiros, relógios de sol, sepulturas escavadas em rocha, fontes de chafurdo, alminhas e destacando a possibilidade dos peregrinos contactarem com a natureza na sua biodiversidade, oferecendo-lhes ao mesmo tempo segurança e conforto. O Caminho Português Interior de Santiago tem como missão dar a conhecer o antigo caminho medieval do interior de Portugal na sua plenitude, contribuindo para a preservação e salvaguardar a memória e história cultural da tradição das peregrinações portuguesas a Santiago de Compostela. Mais uma vez felicito a Câmara Municipal de Viseu por reabilitar e dinamizar o Caminho Português Interior de Santiago, permitindo que, com esta associação de interesses, fosse possível levar a cabo, poder despoletar outras iniciativas que vão contribuir de certo para o desenvolvimento das nossas terras. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Pedro Baila Antunes. -----

-DEZ – SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA ANTUNES (PS): Muito bom dia a todos. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Exmos. membros da Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. Senhores Jornalistas, Exmo. Público. Como sabemos, o Concelho de Viseu tem crescido populacionalmente nas últimas décadas, contrariando a dinâmica demográfica litoralizante que se verifica em Portugal. Nos últimos Censos de dois mil e onze, face a dois mil e um, verificou-se um crescimento superior a seis por cento, o único concelho da Região Dão-Lafões a apresentar esta característica. Como já o afirmei nesta Assembleia, a atratividade do Concelho,



mormente em termos de emprego, nos últimos vinte e cinco anos, baseou-se direta e indiretamente nos seguintes fatores: forte atividade do setor da construção civil, atividade comercial significativa, desenvolvimento do Ensino Superior e massificação do Ensino Básico e Secundário, o novo Hospital de Viseu e outras infra-estruturas e serviços da Administração Central e Local e isto em paralelo com o crescimento da atividade industrial nos concelhos limítrofes. Contudo, é conhecido o atual constrangimento absoluto das atividades económicas, como o comércio e a construção civil e os condicionamentos impostos ao funcionamento dos Serviços Públicos. Com algumas exceções, as atividades económicas relativamente mais geradoras de riqueza, associadas em muitos casos à produção de bens transacionáveis e que acabam por ser marcas distintivas das cidades e regiões, têm pouco peso no nosso Concelho. Em contraponto, veja-se a saúde e a Universidade em Coimbra, o software e as nano-tecnologias em Aveiro, em Braga, peço desculpa, as telecomunicações isso sim em Aveiro, o património e a cultura em Guimarães, ou até o mobiliário em Paredes e Paços de Ferreira e o calçado na zona de Felgueiras ou em S. João da Madeira, etc. Recordando a intervenção do Diretor do Jornal de Negócios, Pedro Santos Guerreiro, um conterrâneo nosso, no último telex-Viseu, para as pessoas de fora a marca “Viseu” é ... bom, escusado será dizer. No fundo, este epíteto é até muito redutor e injusto, porque no mínimo poder-se-ia considerar Viseu como cidade verde, muito arranjadinha, como alguém já disse. Mas é só isso, não se enquadra num verdadeiro desenvolvimento sustentável, assente no ambiente, na atividade económica e nas pessoas. De facto, é bom vivenciar a cidade e os seus espaços ou vivemos por momentos a agonia do centro histórico, usufruir da Rota do Rancho, do Caminho de Santiago e outros eventos, mas antes disso vem, digamos, o pão das gerações presentes e das gerações futuras. Este “modelo de desenvolvimento”, bem entendido, não puxa pela carroça, permita-me a expressão Senhor Presidente, a realidade começa a mostrar isso mesmo. Veja-mos então, no Jornal do Centro de treze de abril referia-se uma taxa de desemprego no Concelho de dezassete vírgula um por cento. Quase não quero acreditar. Mais elevada que a taxa média nacional, quinze por cento e sinal mais alarmante, bem superior à taxa de desemprego na envolvente, isto é, a Região Centro. É nesse sentido também que aponta o último boletim trimestral da Região Centro, publicado pela CCDRC. Aí constata-se que o cenário é bem preocupante, o nosso Concelho pertence ao grupo de concelhos da Região Centro com as taxas de desemprego registadas mais elevadas. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, gostaria que nos esclarecesse sobre a realidade que estes números parecem evidenciar e poder-nos-á esclarecer qual tem sido a destruição líquida de emprego no Concelho? Que faixas etárias estão a ser mais atingidas? Que atividades, o que é que está a ser feito ou pensado para limitar este processo? Olaf Palm, num discurso na Universidade de Harvard, numa das suas brilhantes alocações, disse: “perguntem a qualquer pessoa quem é e ela responderá dizendo o seu nome e a profissão.” Eu acrescentaria ainda “de onde vem.” Para finalizar, desejava fazer um tributo à Caritas Diocesana de Viseu, ao Banco Alimentar de Viseu, à Santa Casa da Misericórdia de Viseu, por exemplo, com o excelente Restaurante Social, em colaboração com a Câmara Municipal de Viseu e a outras instituições, nomeadamente diversas associações locais e Juntas de Freguesia, pela excelente atuação no combate ou minimização dos efeitos do desemprego e pobreza em geral, que grassa pelo Concelho e que, infelizmente, tenderá a crescer. Tenho dito. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor António Coelho Silva. Era um pedido de esclarecimento? Senhor Deputado, tem a palavra para pedir o esclarecimento. -----

-ONZE – SENHOR DEPUTADO TIAGO MIGUEL MARQUES DOS SANTOS ESCADA (PSD): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Jornalistas, Público. Eu gostaria de perguntar ao Senhor Deputado se viu depois o Jornal do Centro seguinte? Vem aqui referir um dado que não corresponde à verdade e eu gostaria, que não



sei se viu a errata que o Jornal do Centro lançou a seguir, relativamente aos dados do desemprego que veio aqui referir. Isto não deixa de ser engraçado, porque tudo o que é mau, atribui-se ao Município de Viseu, tudo o que é bom, são fatores externos. É engraçado que durante vinte e tal anos de mandato liderado pelo PSD e tudo o que é mau, é da Câmara, e tudo o que é bom, não sei de quem é. Depois vem para aqui fazer contas, eu pensei que vinha aqui falar do Parque Escolar. Era dessas contas que se calhar deveria vir aqui falar um bocadinho, ficava-lhe bem, o dinheiro mal gasto pelo seu Partido, do seu Governo anterior. E não passou um ano, falam aqui como se já tivessem passado dez, quinze anos. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado para responder. -----

-DOZE – SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA ANTUNES (PS): Efetivamente o Jornal do Centro parece que em termos do número exato de desemprego, parece ter alguma incorreção no chavão de primeira página. Mas se atentarmos aos números de facto, porque realmente merecia uma errata aquele valor exato, se atentarmos por exemplo ao boletim da CCDR, o último de dois mil e onze, basta olhar para os mapas e ver que realmente a mancha do Concelho de Viseu é muito superior aos concelhos da Região Centro, nomeadamente aos do litoral e da faixa central, tirando o pinhal interior e de facto, por esse números, que são exatos, verifica-se facilmente que o Concelho apresenta níveis de desemprego superiores e portanto aquele número dezassete vírgula um pode estar errado, aquele número exato, mas o desemprego é superior no Concelho, é superior à média nacional e mais ainda em relação à média da Região Centro. Basta ir à Internet consultar o boletim da CCDR. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora então a palavra ao Senhor Deputado António Coelho Silva, Presidente da Junta de Silgueiros. -----

--TREZE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS LOPES COELHO DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SILGUEIROS (PSD): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Comunicação Social e Público presente. Viseu, entre outros atributos, é bem conhecida pela oferta que faz de uma riquíssima e variada gastronomia, de elevada qualidade e cheia de sabores, que engrandece o cartão de visita da restauração local e eleva o nome da nossa cidade e do nosso concelho. Dos sabores da tradição, merece destaque especial o “Rancho à Moda de Viseu”, cuja fama tem a sua génese no tempo em que absolutistas e liberais disputavam a sucessão ao trono. Em relatos chegados até nós, via oral, conta-se que as tropas, com quartel em Viseu, foram escaladas para defender a linha do Buçaco. O então Comandante, consciente das suas responsabilidades, ordenou ao quarteleiro para se dirigir à despensa e sem grandes economias, fornecesse a cozinha com tudo o que tivesse ao dispor. As carnes de galinha, de porco, de vaca, os enchidos, o grão-de-bico, a batata, o macarrão e as couves foram metidos na panela e dessa junção nasceu o “Rancho à Moda de Viseu”. Com toda a riqueza calórica desta comida, lá partiram as tropas com a moral em grande, levando para o caminho o que do rancho sobrara. O êxito deste prato desde há muito que anda associado às tropas estacionadas em Viseu, sendo conhecido que nos anos cinquenta e sessenta, já no novo quartel de infantaria, agora RI Catorze, era hábito no “dia de rancho” as pessoas da cidade e arredores deslocarem-se até lá, para comprar o famoso Rancho à moda de Viseu, que levavam para degustar em casa. Ainda hoje, o rancho confeccionado no RI Catorze é considerado dos melhores. No sentido de preservar a identidade gastronómica, mantendo vivos os sabores da tradição, a que acresce um vasto projeto de dinamização e promoção do Centro Histórico, a Câmara Municipal de Viseu em parceria com a Associação Comercial do Distrito de Viseu têm em marcha a quarta edição da Rota do Rancho, que decorre de vinte e oito de abril a um de maio, agora com uma nova denominação: “Rota do Rancho e do Vinho do Dão”. Os nossos antepassados



procuraram identificar a região a partir de potencialidades endógenas, em que o vinho do Dão sempre ocupou lugar de destaque. São conhecidas e ficaram famosas, pela novidade e também pela imponência de que se revestiram, as festas que o Infante D. Henrique levou a efeito na cidade de Viseu, iniciadas pelo Natal de mil quatrocentos e catorze e terminadas no dia de Reis do ano seguinte em que, aos seus muitos e ilustres convidados, serviu vinho das terras de Silgueiros. O vinho de Silgueiros também acompanhou as tropas portuguesas na conquista de Ceuta. A região demarcada do Dão, com uma vasta área geográfica, oferece vinhos tintos e brancos de excelente qualidade, dos melhores do mundo, ideais para acompanhar a nossa cozinha tradicional. O Rancho à moda de Viseu, numa simbiose perfeita com os vinhos do Dão, constitui a receita certa para o sucesso desta Rota. Está de parabéns a Câmara Municipal de Viseu, principal impulsionadora deste evento, pois numa época fortemente marcada pela globalização, também ao nível da gastronomia, a defesa da cozinha tradicional constitui, certamente, uma das manifestações culturais genuínas da nossa região, um fator de incentivo ao investimento turístico e um contributo para a revitalização do Centro Histórico, sem esquecer que enquanto recurso estratégico de criação de riqueza, a gastronomia é um instrumento de desenvolvimento económico local. O sucesso das edições anteriores é comprovado pelo número significativo de restaurantes aderentes e que, com toda a sua arte de bem cozinhar e de bem servir, irão, com toda a certeza, divulgar e engrandecer esta especialidade gastronómica da região, dando vida ao Centro Histórico. Para terminar, quero também felicitar o Regimento de Infantaria Catorze, a UDACA e a Comissão Vitivinícola Regional do Dão, instituições de reconhecido mérito, que apoiam o evento. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Vou dar a palavra ao último inscrito no Período Antes da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Florbela Soutinho. -----

-CATORZE – SENHORA DEPUTADA FLORBELA DE ALMEIDA CORREIA SOUTINHO (PSD): Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social e Público presente. Pelo quinto ano consecutivo, a Câmara Municipal de Viseu, em parceria com o Conservatório Regional de Música de Viseu Dr. José Azeredo Perdigo, promovem mais um Festival de Música da primavera. A excelência de temas e intérpretes a que este evento nos habituou nas edições anteriores persiste também nesta edição de dois mil e doze, com uma grande diversidade de concertos, desde a música clássica à contemporânea, a decorrer em lugares nobres da nossa cidade, aliando a sumptuosidade dos espaços à beleza da música, numa aliança perfeita entre a arte e a cultura. Mas se nos ocorre que este festival de música se direciona para o público adulto, esquecendo os mais novos, voltemos o olhar para os concertos pedagógicos direcionado para as crianças, fazendo chegar, mais uma vez, a música às escolas do 1º Ciclo do Concelho, com concertos e ateliers de expressão plástica e musical. Congratulamo-nos com a realização de parcerias deste género, bem como com o recrutamento de mecenas e apoiantes, que resultam num produto de excelente qualidade como o Festival de Música da primavera e que faz jus ao que de melhor tem a cidade de Viseu. Por último, mas não de somenos importância, uma palavra para a importância atribuída pelo município de Viseu às atividades culturais proporcionadas aos seus munícipes, que num momento de crise como este, aposta num forte investimento financeiro para levar a cabo um festival desta natureza e com a qualidade a que já nos habituou. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Esgotámos as inscrições no Período Antes da Ordem do Dia. Vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, mas antes de lhe dar a palavra, deixe-me só publicamente felicitá-lo pela sua nova condição, que acho que é uma coisa que a todos nos enche de grande satisfação, termos mais uma cidadã, e ainda por cima neta do Doutor Fernando Ruas, aqui no nosso Concelho, portanto os meus parabéns, em nome de todos nós. Tem a palavra. -----



-QUINZE – O SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA: Muito obrigado Senhor Presidente também por essa felicitação. Bem sabem, quando a gente tem algum tempo disponível, lê aquilo que mais gosta e eu, há citações que gosto, as que mais gosto são do Churchill, há muita gente aqui que possivelmente nem sabem ou que nem aprecia esta figura, mas eu gosto muito do Churchill, leio-o sempre com muita atenção. Por acaso, para hoje, por aquilo que foi dito, ocorrem-me aqui uma série de citações, se calhar algumas até vou aproveitar para dar resposta. Uma primeira, o Churchill dizia: “que um homem é importante, quanto a medida das coisas que lhe provocam raiva”. Eu queria dizer que hoje sou pequenino, nada me provocou raiva e se calhar é essa a condição de avô que também me leva a estar mais sossegado. Vou ver se cumpro essa nova função com gosto e com alegria naturalmente. Voltando ao Período Antes da Ordem do Dia, eu queria começar por comentar aquilo que o Presidente da Junta de Coração de Jesus trouxe aqui. De facto, nós assistimos com preocupação a atos de vandalismo gratuito na cidade. Vêm em crescendo, há que lhe pôr cobro e isto não é só uma tarefa das forças de segurança, eu aprendi que é uma tarefa de todos nós. Nós não podemos assistir impunes a coisas como por exemplo ocorreram no Cortejo Académico, não podemos. Não estou disponível para dar mais para esse peditório, nós não podemos assistir a que semanalmente sejam, para gáudio apenas pessoal, sejam destruídos o mobiliário urbano, que é património de todos nós, com um à-vontade impressionante. Não podíamos também permitir que alguns, até em nome normalmente dos maiores defensores do ambiente, façam aquela publicidade como vimos ao vinte e cinco de abril nas caixas de visita da cidade. Isto é um mau exemplo e temos todos que lhe pôr cobro, todos. Eu acho que vamos ter uma ação também de fiscalização deste grupo, que eu acho que é bem minoritário, mas que causa profundas mossa no orçamento municipal. Já vos disse qual é o impacto financeiro do vandalismo semanal, naquele aquecimento proveniente, sei lá, das saídas das discotecas, não faço ideia se é isso, mas gente que vem eufórica e descarrega no mobiliário urbano, mas agora, um equipamento como o Parque da Cidade, que abriu há pouquíssimo tempo, começa também já a ter incursões. Eu queria também repetir e enfatizar o apelo que foi deixado aqui à Policia e queria lembrar uma situação que é bom ter memória, quando decidimos vedar o Parque, alguma coisa causou polémica, com demagogia, diga-se de passagem, foi uma solicitação da PSP, a vedação do Parque. A PSP tinha dificuldade em localizar os vândalos, porque a intrusão era tão fácil, a forma como iam para o Parque e saíam era tão fácil que a Câmara decidiu vedar o Parque, penso que bem, hoje ninguém questiona a vedação do Parque, mas pelos vistos também, acaba a PSP também por não garantir de facto a segurança das pessoas e bens, dos bens que são de todos nós. Mas queria deixar uma palavra também de orgulho, porque o autor da reinterpretação do Parque, o seu autor original, foi distinguido este ano como a Personalidade do Ano da Arquitetura Paisagística, o que significa que esta cidade, que já tem dois Pulitzer’s na sua arquitetura, passa a ter mais uma Personalidade do Ano no seu equipamento, o que é de facto de enaltecer. Quanto à solicitação da cabine telefónica, penso que com facilidade resolve-se, a PT deve atender essa solicitação. Quanto à questão que foi trazida aqui pelo Senhor Deputado Rui Santos, já lhe disse que não aceitava, não é por uma questão, é por uma questão, digamos, pessoal. Só aceitei o nome em dois equipamentos como sabe, se tivesse essa queda para os equipamentos, os Senhores Presidentes de Junta tem-me solicitado constantemente para pôr o meu nome. Só aceitei em dois sítios e não faço intenção de aceitar mais nenhum, é num Polidesportivo da Junta de Freguesia onde moro e numa artéria da minha aldeia. Portanto, não aceitarei mais nenhum, até porque, mesmo sem os meus colegas de direção eventualmente o saberem, mas naturalmente na altura própria o iria propor, tenho um nome para o Museu, que eu gosto mais de chamar “Centro Interpretativo”, que vai ser Galopim de Carvalho, se os colegas não se opuserem a esta designação, foi o autor da ideia e portanto devemos-lhe esta distinção. Mas já agora deixem-me dizer uma coisa, eu sei que a demora do Museu do Quartzo, do Centro Interpretativo, deu pano para mangas, houve alguns que descarregaram ali a bília, para



alguns serviu até como uma espécie de saco do boxeur, se calhar todos os dias, quando acordavam, iam ao Museu do Quartzo, mas vão ter que engolir isso, porque quando inaugurarmos o Museu do Quartzo na próxima segunda feira, vão ver que valeu a pena e vão ver que vai ser um Centro extremamente atrativo para a população e sobretudo para os jovens do Concelho e do País, tenho a certeza absoluta e vão ver, os que estiverem presentes na inauguração, que valeu a pena esperar para ter um equipamento daquela natureza em Viseu. Depois, sobre o Jogos Desportivos, o Deputado Ramiro Loureiro fez aqui exaustivamente a descrição dos Jogos Desportivos em todas as suas vertentes. Eu só queria dizer que lhe acrescentava o grande orgulho que temos em os exportar para os concelhos vizinhos. Neste momento, todos os concelhos vizinhos vão em edições mais atrasadas, mas temos muito orgulho em que esta ideia, que lançámos no início do nosso primeiro mandato, fosse agora adotada pelos concelhos vizinhos. Pois, sobre o Senhor Deputado Carlos Vieira, trouxe aqui uma solicitação à Câmara, naturalmente que ela não vai adotada, nem de perto, nem de longe. E queria dizer que tenho a ideia de que devemos estar atentos àquilo que dizem os arquitetos e valorizar aquilo que é de valorizar e não valorizar aquilo que não é de valorizar. O grupo de arquitetos, eventualmente, que disse que o Bairro merecia uma atenção especial, podia ter sido o mesmo que disse que era bom preservar o edifício do MAS também foi um conjunto de arquitetos que o disse, quando toda a gente em Viseu acha que aquilo é um atentado ao urbanismo local. O Professor Mateus trouxe aqui a questão da atividade sénior e eu gostaria de fazer um pequeno parêntese, a atividade sénior, para nós, é algo que nunca abandonaremos, achamos que ela é extremamente importante para a saúde física e mental dos nossos seniores. Só lhe acrescentava uma coisa que vale a pena ter em consideração, nós vamos mantê-la, como vamos manter os passeios, já é sabido, o que demonstra é grande abertura por parte dos seniores em terem participado. Foram eles voluntariamente, para não acabarmos com a atividade sénior, que se disponibilizaram a participar esta mesma atividade e participaram de uma forma substantiva. Já recebemos mais de vinte mil euros na Câmara de participação dos seniores, para terem esta atividade. Como vão também participar no passeio habitual que fazemos e eu acho que é uma forma e reflete-se nas nossas contas. É por isso que, apesar das restrições, vão ver que as nossas contas são contas que vale a pena serem realçadas. O Senhor Deputado Ginestal trouxe aqui uma série de coisas, naturalmente que não estava à espera de elogios e também me fez lembrar o Churchill, aliás com o seu camarada de Partido, fizeram-me lembrar o Churchill. Dizia a determinada altura: “que está sempre disposto a aprender, mas há coisas que não quer que lhe ensinem”. Nós também estamos sempre disponíveis a aprender, mas há coisas que me custa que me ensinem. Deixe-me dizer-lhe que esta questão dos agrupamentos foi deliberada por unanimidade, com os diretores dos agrupamentos e que eu saiba, não são todos da nossa cor, foi deliberado por unanimidade. E queria dizer que aquilo que tivemos em consideração foi a não existência de mega-agrupamentos, foi com essa intenção. Pode ter naturalmente uma outra ideia sobre esta situação, pronto, é a nossa. Somos nós que neste momento estamos em funções, se alguma vez cá chegarem, espero que não, alterem isto. Mas também sempre lhe queria lembrar, veio dizer aqui a marca do Partido Socialista, mas também disse a marca da festa, não? Aquela festa que a Senhora Ministra anterior falava, também é a vossa marca? É que andámos a gastar demasiado dinheiro na festa e note que eu várias vezes alertei aqui neste mesmo fórum para essa situação. Não nos esquecemos dos trinta milhões gastos na requalificação de duas escolas, com quase um milhão de euros para projetos aqui em Viseu. E depois temos algumas da responsabilidade das Administração Central que não estão requalificadas, exatamente por esse desvario, essa festa que se fez e portanto, quando podíamos, também em festa, mas uma festa mais comedida, ter as nossas escolas todas requalificadas. Não me parece que seja um bom exemplo, o exemplo do Partido Socialista enquanto governação, para nós seguirmos aqui. Nós não queremos. Aliás, se havia alguma coisa que o Partido Socialista nos ensinara, é se nós fizermos ao contrario das propostas do Partido Socialista, estamos no bom caminho,



porque normalmente elas vêm no sentido errado e portanto não ficarei, digamos, muito atento àquilo que me dizem, sobretudo vindo daí, permitam-me esta sinceridade. O Senhor Deputado Presidente da Junta de Lordosa trouxe aqui a questão dos Caminhos de Santiago e eu gostaria de dizer, como aliás fiz na intervenção aquando da inauguração, que este é um bom exemplo de como oito municípios, que até são tão diferentes, mesmo até em localização geográfica e com certeza na sua génese, no seu território, se juntaram com facilidade, agora, porque têm uma estrutura, ainda por cima barata, uma estrutura baratíssima, uma estrutura que foi sem grandes alardes, no anonimato muitas vezes, posta de pé por estes oito municípios e portanto foi com gosto que nós também nos envolvemos nisto. Como eu dizia na intervenção que fiz, aos trezentos e oitenta e cinco quilómetros que nos separam de Santiago de Compostela, neste momento temos duzentos e cinco que são de intercâmbio, de amizade e de cooperação, que são aqueles que vão de Viseu a Chaves. É algo que nos agrada, não nos agrada apenas por termos posto isto de pé, porque confiamos piamente, aliás, basta olhar para a experiência dos nossos vizinhos espanhóis, para ver como é que é possível com o turismo religioso, também cuidar da economia e como é possível aproveitar esta situação para requalificar alguns espaços, que de outra maneira não eram requalificados. Nós já tínhamos vivido uma situação semelhante com a Ecopista, com características totalmente diferentes, mas esta oportunidade de requalificar um bom troço do Concelho através dos Caminhos de Santiago foi bem aproveitada. A existência também e a colaboração, quer das Juntas de Freguesia, quer dos promotores disponíveis para sediar os albergues, os três albergues que vamos ter no Concelho, quer sobretudo das pessoas que se disponibilizam e eu vi no outro dia, porque já tinha acedido à Internet, a quantidade de pessoas que já se inscrevem para fazer os Caminhos de Santiago, é de facto a garantia de que esta aposta é a correta. Sobre em pormenor e depois a introdução que fiz ao Deputado Pedro Baila Antunes, queria só dizer uma coisa, quem o ouvisse dava a impressão que as pessoas que procuram Viseu vêm à procura do desemprego. As pessoas emigram daqui para a França, para a Suíça, à procura de emprego, as pessoas vêm dos outros concelhos, onde há essas condições todas, para Viseu, porque gostam do desemprego e portanto vêm para aqui. Aqui há desemprego, vive-se mal e as pessoas resolveram vir para aqui. Olhe, eu queria dizer-lhe que ficava muito frustrado se estivesse a construir, eventualmente, infraestruturas e depois as pessoas irem daqui para fora. Isso é que era a minha grande frustração. Se eu estivesse a construir equipamentos e as pessoas depois abandonassem Viseu, eu chegava à conclusão de que estava no caminho errado. Mas enquanto as pessoas se mantiverem, esta atratividade em relação a Viseu, eu fico satisfeito e até pode minimizar, é uma cidade arranjadinha, parece que não tem mais nada, está bem, mas é uma cidade arranjadinha, mas as pessoas gostam de vir para cá, abandonam esses tais centros que se fala, as praias, os parques, não sei quê e vêm para aqui, o que significa que é uma arranjadinha, as pessoas querem arranjadinho e pronto, querem aqui morar. Ficamos muito satisfeitos em continuar com isso, mas queria-lhe dizer que, para quem é muito atento a estatísticas, que Viseu é, neste momento, um dos concelhos, dos vinte e cinco, com maior poder de compra, um dos concelhos com maior poder de compra. E portanto teve uma evolução enorme, uma evolução enorme ao longo destes anos. Se tem todas essas taxas de desemprego, que não são naturalmente responsabilidade da Câmara. Eu acho que as pessoas queriam que a Câmara tivesse empresas, restaurantes, a Câmara não tem de ter isso, a Câmara tem que ser uma entidade facilitadora e eu terei sempre esta visão, a Câmara tem que ser sempre uma entidade facilitadora dos empresários, dos empresários da restauração, mas não tem que fazer mais que isso, tem que arranjar as infraestruturas para que os empresários desenvolvam a sua ação, tem que arranjar as infraestruturas para os residentes morarem e não tem que fazer mais que isso. E nós faremos isto com todo o gosto e com um orçamento equilibrado. O Jovem já lhe deu a resposta também de uma outra estatística, que pelos vistos também não viu, sessenta e um por cento das Empresas Excelência do Distrito estão aqui, curiosamente e isso parece que também não foi questionado, mas



deixe-me dizer-lhe que cada uma opta por o seu plano, ou o seu objetivo de desenvolvimento, não é necessário que todas as terras sejam todas industrializadas, não é necessário que todas as terras sejam todas comércio, cada uma opta pelo sistema naturalmente que lhe é mais conveniente. E se uma cidade atingir o seu objetivo através de um local feliz para viver, tanto melhor. Olhe, eu não fico nada preocupado, ficava muito mais preocupado se fosse ao contrário. Se tivesse cidadãos aqui a morarem e que vão ter emprego no Concelho de Viseu, eu preocupava-me muito mais que eles morassem no Concelho vizinho e viessem aqui a ter emprego, muito mais. Não estou a dizer com isto que a Câmara não esteja disponível para facilitar a criação de emprego aqui, agora, não somos responsabilizados, mais, penso até que o índice da taxa de desemprego que se verifica aqui tem exatamente a ver com isso, é diretamente proporcional ao facto das pessoas aqui acorrerem, exatamente por isso. Portanto nós temos aqui uma taxa de desemprego que é importada também, veio com as pessoas, portanto isso é perfeitamente natural. Se as pessoas vieram de outros sítios para aqui morar, é natural que transportem consigo os problemas do desemprego. Portanto, também não fico preocupado com essa situação. Sobre a questão que trouxe aqui o Presidente da Junta de Silgueiros, António Coelho, sobre a Rota do Dão, eu acho que nós temos tentado aproveitar, muito sinceramente, aquilo que são os nossos produtos endógenos e temo-lo enfatizado. É evidente que alguns não gostam, acham que são sempre ideias, nós até ouvimos um elemento, não sei se é do Partido Socialista, não faço ideia, ontem era, hoje já não sei, mas um Senhor que escreve aí, Alexandre Pinto, acho que é assim, que diz que este é um modelo estafado. Estafado anda ele de correr para um lado e para o outro, salta daqui para ali, deve andar estafado. Mas estafado, o que é o estafado? Dá-me vontade de rir ... Bem, nós temos um modelo que temos para o Concelho e eu sinto muito orgulho em estar em final de mandato, no meu caso, de ver o respeito que esta cidade e este Concelho merecem do exterior, eu às vezes fico espantado como é que alguns viseenses, são poucos, são muito poucos até, mas alguns, até gente que olha para o umbigo, olhe, também agora me lembrei do Churchill outra vez. O Churchill dizia: “que havia três categorias de pessoas: as que se matam com trabalho, as que se matam com preocupações e as que se matam com o tédio”. Alguns que se matam com o tédio, de maneira que têm depois tempo para se congeminarem com algumas situações. Naturalmente que este é um modelo que implementámos há vinte e dois anos e queria-vos dizer mais uma coisa, valia a pena que vissem o programa com que nos apresentámos em mil novecentos e oitenta e nove, valia a pena que lhe dessem uma olhadela, para ver como é que é possível, passados estes anos todos, cumprir a maioria das coisas que lá estavam, quase a totalidade. Se calhar o segredo do Concelho foi esse. Como sabe, esse riso do Bloco de Esquerda tem a leitura que tem, o meu amigo deve ter como modelo aquela Câmara, da pessoa que não conseguiu fazer a Ponte porque lhe faltavam dezassete mil euros, mas isso são as vossas Câmaras, são os vossos exemplos. Mal de nós se este País fosse governado pelo Bloco de Esquerda. Meu Deus, mas os Senhores não se enxergam? Os Senhores têm a ideia da autoestrada, das pessoas que vão em contramão e pensam que são os únicos que vão certos. Mas não. Os Senhores andam errados neste mundo, andam perfeitamente ao contrário, não quer dizer que seja uma classe em vias de extinção, mas pronto, vão andando nisto ... Olhe, eu ouço-o sempre também com paciência às vezes também aqui a premiar, mas não lhe faço comentários quando está ali, espero também que não os faça desse lado, pelo menos quando eu estiver a usar da palavra. Portanto, nós continuaremos com a Rota do Rancho, a enaltecer os produtos endógenos, também a aproveitar, como digo, para dar alguma animação à economia local e também para enfatizar algumas Instituições, de que o Regimento de Infantaria Catorze é para nós um bom exemplo, como a Comissão Vitivinícola, como os parceiros que se juntaram a nós para este evento. Por fim, a Deputada Florbela Soutinho trouxe aqui uma questão que é para nós algo que nos agrada sobremaneira, que é este Festival de Musica da primavera, com um envolvimento muito direto do Conservatório e também com as instituições que se disponibilizaram a abrir os seus espaços para acolher este Festival de



Musica e acho que vale a pena também o conhecer por dentro, conhecer nomeadamente a vertente que é destinada aos jovens, que têm através deste festival e naturalmente muito por força do Conservatório Azeredo Perdigão. Eu também queria notar que a Câmara apoia e de que maneira o Conservatório Azeredo Perdigão, os jovens têm aproveitado este espaço para mostrar os seus talentos. E pronto Senhor Presidente, acho que não me esqueci de nenhum tema, era tudo. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Esgotámos o Período Antes da Ordem do Dia. Vamos entrar no Ponto Um – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a **“ATIVIDADE MUNICIPAL”**, nos termos da alínea e), do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 e daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para efetuar a sua intervenção no Período da Atividade Municipal.

-DEZASSEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do n.º1 do artigo 53º da Lei nº169/99, de dezoito de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira que, previamente, remeti a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no nº4 do artigo 68º, introduzido pela Lei nº5-A/2002, de onze de janeiro. Senhor Presidente, Senhores Deputados. De acordo com o que está legalmente consignado, a presente sessão da Assembleia Municipal destina-se, essencialmente, à apreciação e votação dos documentos obrigatórios da prestação de contas, referentes ao ano económico que findou. Deste modo, a minha intervenção sobre a atividade do Município está de certo modo facilitada, já que toda a informação considerada mais relevante surge espelhada no “Relatório de Gestão” e nos vários documentos financeiros anexos. Seria assim, um pouco fastidioso, repetir toda a informação que consta dos referidos documentos de prestação de contas e que foram, atempadamente, remetidos à consideração de todos os Membros desta Assembleia. Cumpre-me, no entanto, evidenciar alguns indicadores que considero importantes: Em dois mil e onze, a execução global do orçamento da despesa foi de setenta e cinco virgula vinte e seis por cento; a taxa de execução das Grandes Opções do Plano, as GOP, foi de setenta e dois virgula vinte e nove por cento; as despesas com as Funções Sociais e eu relembro-as: a Educação, a Ação Social, a Habitação, o Ambiente, a Cultura, Desporto, Juventude, etc., continuam a ser as mais preponderantes nas “GOP”, representando sessenta vírgula setenta e quatro por cento do total executado; durante o ano de dois mil e onze, a poupança corrente conseguida pelo Município de Viseu situou-se perto dos dez milhões de euros; mantém-se pois o esforço do Município de Viseu na dinamização da economia local e nacional, consubstanciado no prazo médio de pagamentos, que em média não foi superior a trinta e um dias. Por outro lado, as dívidas a terceiros, de curto e de médio e longo prazo, registaram uma diminuição de vinte e seis virgula treze por cento e cinco virgula oitenta e cinco por cento, respetivamente, quando comparadas com as do ano de dois mil e dez; no final de dois mil e onze, a demonstração de resultados apresentava um Resultado Líquido do Exercício positivo, superior a quatro vírgula nove milhões de euros. Apesar da crise que assola o País, a que o nosso Município também não é imune, tudo temos feito para manter a qualidade de vida dos Viseenses, através de uma gestão transparente e rigorosa, adaptada às circunstâncias e que poderá ser facilmente comprovada pelos documentos submetidos à apreciação. Esta tem sido e continuará a ser a nossa forma de atuar em prol do desenvolvimento de Viseu e do bem-estar de todos os nossos concidadãos. Senhor Presidente, Senhores Deputados. Há, no entanto, algumas mudanças em curso, quer conjunturais, quer estruturais, que vão ter influência na nossa atuação presente e futura, as quais importa também realçar. Fruto de um trabalho aturado e construtivo entre os Municípios portugueses, representados pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, e o Governo, tem sido possível registar alguns avanços em múltiplas matérias de interesse municipal e minorar os impactos de outras, menos favoráveis. Neste contexto, um dos documentos legais que é essencial para a governação do País mas que tem um forte impacto na atividade desenvolvida pelos Municípios é o Orçamento de Estado. A sua



aprovação veio preconizar, uma vez mais, uma redução nas transferências da Administração Central para as Autarquias. Apesar de essa redução ter sido menor do que o inicialmente anunciado, esta medida não deixa de condicionar a nossa ação, de um modo geral. Salienta-se, por outro lado, que o mesmo Orçamento de Estado para dois mil e doze vem alterar os limites para a fixação das taxas do IMI, passando a ser de zero virgula cinco a zero virgula oito por cento para os prédios urbanos ainda não avaliados nos termos do CIMI e de zero virgula três a zero virgula cinco por cento para os prédios urbanos já avaliados de acordo com as regras do CIMI. As referidas taxas são elevadas para o triplo nos casos dos prédios urbanos devolutos ou em ruínas. Este acréscimo, previsível, das receitas provenientes do aumento do IMI destina-se, conforme ficou estabelecido no Memorando de Entendimento com o FMI/BCE/CE, à consolidação orçamental. Há, no entanto, a garantia que tais receitas serão destinadas aos Municípios, para a sua própria consolidação orçamental. Relativamente à derrama municipal, foi introduzida uma alteração à Lei das Finanças Locais que propicia a resolução de um problema que ainda subsistia, esclarecendo que esta incide sobre o lucro tributável de cada uma das sociedades do grupo. Como sabem, eu faço um parêntese para explicar esta situação, houve alguns grupos que achavam que a derrama deveria incidir sobre o lucro total. Naturalmente que isto era diferente, porque se uma sociedade do grupo desse prejuízo e outra lucro, naturalmente que a derrama era apenas o resultado que havia da diferença entre o lucro e o prejuízo de cada uma das empresas. Mais recentemente, com a aprovação do primeiro Orçamento retificativo ao Orçamento de Estado para dois mil e doze, o Governo fica autorizado a adquirir os créditos sobre os Municípios, quantificados em dois vírgula zero cinquenta e sete milhões de euros. Eu queria aproveitar também aqui para esclarecer, já noutra condição de que os municípios nunca pediram para o Governo perdoar as dívidas, ou que as nossas dívidas passassem para o Governo, ao contrário do que vi aí escrito nalguma comunicação social. É um exercício de engenharia financeira, muito bem definido pela Deloitte, uma das melhores agências financeiras do mundo e que não tem nada a ver com esse perdão, tem a ver com um exercício de engenharia financeira que permite, em nossa opinião, resolver esta questão. Por sua vez, esta medida irá permitir a criação de uma linha de crédito para regularizar os pagamentos com atrasos superiores a noventa dias, o que está, ainda, a ser negociado pela ANMP com o Governo. Outro diploma legal que veio trazer alterações significativas ao normal funcionamento das Entidades Públicas, em especial das Autarquias Locais, mesmo daquelas cuja gestão tem sido ponderada e equilibrada, prende-se com a “Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso”, cuja aprovação gerou uma série de problemas à sua atividade. Se para algumas Entidades Públicas, principalmente da Administração Central, esta lei tem a sua utilidade, para outras Entidades, como é o nosso caso, ela era totalmente dispensável. Independentemente destes considerandos, a verdade é que a Lei está em vigor, sendo no entanto, em múltiplos aspetos, inaplicável, até ao momento, tendo em conta que é necessário a publicação do Decreto-Lei que visa regulamentar os procedimentos necessários à sua aplicação. O Decreto-Lei Regulamentar já saiu, saiu no espaço em que eu preparava esta intervenção. Por outro lado, ainda não existe “software” disponível para suportar a aplicação da Lei, sendo necessário um período de várias semanas de adaptação dos sistemas de informação existente aos novos procedimentos, estando os Municípios dependentes das “software houses” para o efeito. Para a resolução destes e de outros constrangimentos foram apresentadas pela ANMP, em nome dos Municípios, um conjunto de propostas concretas a ter em conta no futuro Decreto-Lei. Senhor Presidente, Senhores Deputados. Devido à situação económica e financeira difícil que o País atravessa e às medidas de ajustamento, indicadas e outras, que são necessárias ou que decorrem do “Memorando de Entendimento com o FMI/BCE/CE”, a verdade é que a atividade das Autarquias Locais, e do Município de Viseu em particular, vai continuar a ser, fortemente, condicionada. Cabe-nos a nós, nestes momentos difíceis e turbulentos, fazermos as adaptações necessárias à envolvente que é incerta, de modo a continuarmos com uma



gestão eficiente e eficaz, sem contudo deixarmos de pugnar pelo desenvolvimento de Viseu e pelo esbatimento das assimetrias ainda existentes. Vamos, igualmente, continuar a dar a resposta possível às populações carenciadas que nos procuram, fruto de uma relação de proximidade e em virtude das incapacidades, ainda existente, por parte da Administração Central. Só me resta reiterar que tudo faremos para continuar a proporcionar às populações que representamos a qualidade de vida que desejam e que é legitimamente merecida. Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Deixamos, igualmente, à consideração e análise de V. Exas., através das folhas em anexo, as matérias tipificadas no nº 4 do artigo 68º da Lei 169/99, com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, designadamente: a Situação financeira, saldo atual das dívidas e outras origens de fundos; a Informação prevista na alínea d) do nº 1 do artigo 53º: participações em entidades societárias e não societárias; bem como Reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e seu estado; com vista ao acompanhamento legalmente previsto. É tudo Senhor Presidente. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Com esta intervenção sobre a Atividade Municipal, está feita também a apresentação do Ponto Oito, que agora passou a Ponto Dois – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DA CMV E DOS SMAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E ONZE”**. Obviamente que os Senhores Deputados, no tratamento deste Ponto, poderão debruçar-se sobre o Ponto em análise, mas como é o período da Informação da Atividade Municipal, poderão colocar qualquer outro tipo de questão que pretendam. Tenho para já duas inscrições, dou a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

-DEZASSETE – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, colegas Deputados da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes de Junta, minhas Senhoras e meus Senhores. Estando em discussão o Relatório de Gestão e documentos financeiros da Câmara Municipal de Viseu e SMAS, relativo ao ano de dois mil e onze, entendemos ser importante começar por dizer que a abordagem a este tema deverá ser feita e é como vou fazê-la, em duas vertentes. Na sua vertente iminente financeira, eventualmente mais técnica, mas também numa vertente mais política, no que diz respeito às opções políticas que foram feitas em dois mil e onze e em que é que essas opções beneficiaram os viseenses e o nosso concelho. Digo isto, porque muitas das vezes este tema é discutido nesta Assembleia unicamente na sua vertente financeira e é preciso lembrar que um relatório de gestão no fundo é um relatório de atividades e uma Câmara Municipal não é obviamente um Banco ou uma qualquer instituição financeira que trata apenas de números. No que diz respeito à análise financeira, quero começar por apresentar as nossas reservas quanto ao exercício da Câmara Municipal em dois mil e onze, que são, desde logo, as reservas de quem certifica as contas da mesma Câmara Municipal, ou seja, o Revisor Oficial de Contas. Assim, não podemos deixar de salientar que a certificação legal das contas da Câmara Municipal de Viseu merece duas reservas e três ênfases por parte do Revisor Oficial de Contas. A primeira reserva menciona que o Município e passo a citar: “não realizou a inventariação dos bens imóveis de domínio público e privado e apresenta um número relevante de saldos estáveis por regularizar em imobilizado em curso”. Esta reserva, na nossa perspetiva, é particularmente grave, não só por fragilizar as demonstrações financeiras, como o próprio ROC também afirma, mas por revelar uma deficiência preocupante dos serviços da Câmara Municipal, que é obviamente da responsabilidade do Executivo. É uma falha grave, sobretudo se fizermos um rápido exercício de memória, que é o de lembrar que o POCAL é apresentado às autarquias em mil novecentos e noventa e oito e previa três fases na sua implementação. A primeira fase, precisamente a da Inventariação, depois a Aprovação da Norma de Controlo Interno e só depois a Contabilização propriamente dita, com a evidente aplicação do plano contabilístico aí previsto. Não tenho bem presente desde



quando é que a Câmara Municipal de Viseu passou a utilizar o POCAL, mas estou certo que há cerca de dez anos, em resumo, estamos há mais de uma década para fazer a inventariação dos bens imóveis de domínio público e privado. Julgo que este é um assunto que deve merecer, da parte do Senhor Presidente da Câmara, um melhor esclarecimento a esta Assembleia. Relativamente às ênfases, existe uma particularmente que nos preocupa, a nós e evidentemente também ao Revisor Oficial de Contas, o facto de estar em incumprimento o Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, no que diz respeito a estarem devidamente segurados os bens imóveis e móveis do Município. Ficamos a saber que apenas as viaturas, as escolas, seis imóveis da Câmara Municipal e os riscos elétricos de equipamento eletrónico, no valor de cerca de um vírgula sete milhões de euros, é que estão cobertos. Gostávamos também de ouvir um esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara relativamente a este facto, uma vez que, tal como é referido também na certificação das contas e volto a citar: “a cobertura de seguros manifesta-se insuficiente perante a norma legal, além de que constitui, em nossa opinião, opinião do Revisor Oficial de Contas, uma contingência para o Município, por não acautelar convenientemente os riscos associados a eventos futuros e incertos, designadamente em relação a bens móveis e imóveis, considerados indispensáveis à prossecução da atividade”. Fim de citação. Da análise das contas e tal como já foi referido pelos Vereadores do PS em reunião de Vereação, as contas e concordamos, a bancada do Partido Socialista desta Assembleia Municipal, são globalmente positivas e o grau de execução orçamental é elevado, a taxa de execução das Grandes Opções do Plano é boa, as contas evidenciam efetivamente um equilíbrio financeiro recomendável e positivo. Há, no entanto, algumas notas que não podemos deixar de fazer, relativamente a algumas rubricas, até porque elas não resultam diretamente da leitura do texto do relatório de gestão, onde se evidenciam e eu aqui evidentemente tenho de compreender que assim teria de ser, onde se evidenciam os aspetos mais positivos, deixando um pouco na penumbra os menos positivos. Começamos portanto do lado da receita e começando por analisar as receitas correntes, percebe-se que a orçamentação foi até mais do que certa, por isso se traduziu num grau de execução de cento e dois vírgula vinte e sete por cento. Não podemos deixar de referir que esta boa execução se deve à cobrança de impostos diretos, que é aliás um fator que não é propriamente destacado no relatório de gestão. Mas há um dado que é claro: a Câmara Municipal de Viseu cobrou, em dois mil e onze, mais dois vírgula três milhões de euros em impostos diretos do que fez no ano de dois mil e dez. Traduzindo: no ano de dois mil e onze os viseenses pagaram dezoito milhões, quatrocentos e vinte e três mil, seiscentos e oitenta e seis euros e cinquenta e dois cêntimos contra dezasseis milhões, cento e dez mil, oitocentos e cinquenta e quatro euros e sessenta e um cêntimos que tinham pago em dois mil e dez. Quando avaliamos a estrutura da receita de capital verificamos que a execução é bem distinta. Se na receita corrente a execução é de cento e dois vírgula vinte e sete por cento, em termos da receita de capital a execução não vai além dos quarenta e dois vírgula cinquenta e oito por cento. É prejudicada a execução pelas transferências de capital da Administração Central, que falharam, bem sabemos, bem como dos passivos financeiros que estavam orçamentados e que o Executivo entendeu não executar, no fundo, empréstimos financeiros e isso está bem explicado também no próprio relatório de gestão. O que não se encontra é uma qualquer referência ao porquê de orçamentar praticamente nove milhões de euros em venda de bens de investimento e depois a execução ficar em dois vírgula oitenta e sete por cento. Se verificado o valor do ano de dois mil e dez, percebemos que a venda de bens de investimento se cifrou em quatrocentos e quarenta mil trezentos e trinta e quatro euros e trinta e dois cêntimos. A pergunta que deixamos, clara, ao Senhor Presidente da Câmara é esta: porque é se que orçamentou praticamente nove milhões de euros e obviamente na sequência desta pergunta, o porquê também da execução deste ano, dois mil e onze, ter sido tão baixa, os referidos dois vírgula oitenta e sete por cento? Ao nível da despesa verificamos que as despesas correntes ficaram abaixo do orçamentado e isto é naturalmente um ponto que deve e pode ser visto como positivo, o que, no entanto,



nos parece mais relevante é comparar a despesa corrente com o ano transato e aí verificamos que efetivamente não há uma diferença significativa, na verdade, esta diferença não chega a atingir um ponto percentual, ou seja, o que poderíamos de chamar de poupança real, falamos em cerca de duzentos e trinta e dois mil quatrocentos e vinte e cinco euros e quarenta e seis cêntimos, num total de mais de trinta milhões de euros de despesa corrente. No que diz respeito às despesas de capital, o quadro é substancialmente diferente. Aqui, sobretudo no que diz respeito às transferências de capital, a execução cifra-se em apenas quarenta e seis virgula oitenta e dois por cento. Ao analisarmos a estrutura de transferências de capital na rubrica da Administração Local, percebemos que a execução é ainda menor, são quarenta e um virgula zero oito por cento. Traduzindo para uma linguagem que todos percebam bem do que estamos a falar, podemos dizer que se orçamentou obra nas freguesias no valor de nove milhões e meio de euros e que se executou apenas quatro milhões de euros. Em resumo, cobrou-se mais imposto, fez-se menos obra. Muito bem, parece-nos que esta é a evidencia, sabemos que vivemos tempos de crise, agora o que também aqui deixamos sugerido é que a velha máxima do Senhor Presidente da Câmara, de “imposto máximo para obra máxima”, em dois mil e onze, terá de sofrer necessariamente uma pequena alteração, para “imposto máxi-máximo para obra assim-assim”. O que também podemos concluir é que, quando falamos em poupança e reconhecendo que se falarmos em poupança corrente, obviamente estamos a comparar receitas correntes com despesas correntes, estamos a ser meio exatos. O que é que eu quero dizer? Quero dizer que o que pode ser chamado de poupança para uns, outros poderão chamar de desinvestimento e do meu ponto de vista, é o que se verifica. Em termos de despesa corrente não há um decréscimo significativo, como já vimos, em termos de investimento, aí sim, percebemos que há um decréscimo e esse é até mais do que significativo, bastante assinalável. Isto mesmo se comprova se comparamos o peso da despesa corrente no total da despesa. Em dois mil e dez e este é um ponto importante, a despesa corrente representou cinquenta por cento do total da despesa. Em dois mil e onze a despesa corrente representou quase sessenta por cento do total da despesa. Este é um indicador que pode ser preocupante e o Senhor Presidente da Câmara bem o sabe, se não for invertido nos próximos anos. Senhor Presidente, Senhores Deputados, do ponto de vista financeiro, estes são os comentários que a análise das contas da Câmara Municipal de Viseu nos merece. Contudo, quando apreciamos um relatório de gestão e como disse no início da minha intervenção, a matéria é bem mais vasta do que a matéria financeira. Um relatório de gestão é um relatório de atividades, tudo o que o Executivo Municipal realizou ao longo de um ano, que tem tradução financeira evidentemente nas suas contas, mas vai bem além disso. Se as contas da Câmara Municipal de Viseu nos merecem alguma reserva e daí o voto de abstenção dos vereadores do PS, que também vai ser seguido nesta Assembleia, a atividade da Câmara Municipal, a própria atividade da Câmara Municipal também nos merece alguma reserva. É evidente que a reserva não vem de algumas obras que vão acontecendo no Concelho e que são sempre bem evidenciadas pelo Senhor Presidente da Câmara nesta Assembleia, como sendo, por exemplo, os acessos que foram desenvolvidos nos últimos anos, algum investimento que tem havido no Centro Histórico, a cidade arranjadinha, como já foi referido hoje nesta Assembleia e asseada, que todos reconhecemos e que também a nós nos orgulha como é evidente, orgulha e orgulhará todos os viseenses. A reserva não está aqui, como eu dizia, a reserva está num velho tema que também temos trazido sempre a esta Assembleia que é a tal falta de uma visão para a cidade e para o Concelho e sobretudo na falta de aposta na criação de riqueza, desenvolvimento e consequentemente emprego, também hoje já aqui falado nesta Assembleia. Não vou entrar na discussão dos números, mas penso que serei consensual ao dizer que vivemos num Concelho que é bem flagelado pelo desemprego. De resto, julgo que esta frase pode ser dita hoje, infelizmente, em qualquer concelho do País, qualquer concelho deste País tem que reconhecer que é um concelho flagelado por este problema do desemprego e Viseu não é infelizmente uma exceção. Dizemo-lo com tristeza como digo,



mas temos de o dizer e temos de dizer que não vislumbramos, neste relatório de gestão, as medidas que achamos que a autarquia podia ter tomado para dar uma ajuda a este nível. Estou a dizer dar uma ajuda a este nível porque bem sabemos que o Senhor Presidente da Câmara acha que este não é um problema dele, que cabe ao Governo tomar as medidas para o crescimento económico e para a criação de emprego. Nós, o Partido Socialista nesta Assembleia, continua na mesma, achamos hoje, como achávamos no passado, que os municípios podem e devem dar uma ajuda. Criar condições que atraíam as empresas, desenvolver esforços de parceria com as Associações Empresariais do País e do estrangeiro, potenciar o conhecimento e a investigação local, criar a famigerada marca que ajude a desenvolver o nosso tecido económico, são ações que gostaríamos de ver vertidas num relatório de gestão. Vemos um ninho de empresas criativas na Rua do Comercio, proposta aliás já sugerida nesta Assembleia pelo Partido Socialista há vários anos, vemos um Gabinete de Inserção Profissional da Câmara Municipal, é certo, mas não podemos deixar de dizer que nos parece curto. Parece-nos pouco para uma entidade com a envergadura da nossa Câmara Municipal. Gostávamos de ver mais rasgo, maior ousadia e até não nos embaraça dizer, Senhor Presidente da Câmara, gostávamos de ver a ambição que, reconhecemos, em alguns projetos a Câmara Municipal efetivamente tem. Gostávamos também de ver neste combate ao desemprego, nesta luta pelo desenvolvimento económico e pela atração do investimento, o mesmo empenho, a mesma ambição que, reconhecemos como digo, a Câmara Municipal noutros projetos tem. Aliás, não podemos deixar de estranhar e isto é de facto uma questão que nos preocupa, que num relatório de gestão com mais de setenta páginas, não se encontrem referencias às instituições do conhecimento da nossa cidade. Não há referencias ao Instituto Politécnico de Viseu, não há referencias ao Piaget ou à Universidade Católica, não se encontram também referencias, tirando uma ou outra tímida parceria com os nomes da Associação Industrial da Região de Viseu ou da Associação de Comerciantes do Distrito de Viseu e isto é efetivamente alarmante, do nosso ponto de vista. O Executivo Camarário, em nossa opinião, deveria ser o motor, deveria ser um catalisador de ideias que resultassem em projetos, em empreendimentos que desenvolvessem o nosso Concelho, do ponto de vista económico. Para concluir, Senhor Presidente, é isto que nos merece a nossa crítica, vemos gerações de jovens viseenses a fugir da nossa terra por falta de oportunidades de emprego, vemos os que se resignam a ficar, a perder os empregos e não vemos uma atitude proactiva da parte da Câmara Municipal. O que nos custa, Senhor Presidente, é que a continuarmos assim, teremos jardins bonitos, praças arrançadas, acessos melhorados, infelizmente sem gente para os povoar. Dirá que temos crescido em população nos últimos anos e isso não é mentira, já hoje aqui também foi referido, Viseu cresceu efetivamente em termos populacionais, mas sabe, como nós sabemos, que essa é uma ilusão que se esfumará em poucos anos, se não forem tomadas medidas que possam criar o emprego qualificado de que necessitamos. Os mesmos que abandonaram os concelhos vizinhos para se fixarem em Viseu, abandonarão Viseu se aqui não lhes forem dadas as oportunidades que almejavam quando aqui se fixaram. Era também isto que gostaríamos de ver espelhado no relatório de gestão da Câmara Municipal de Viseu e que, infelizmente, não constatámos. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Renato Pereira. -----

-DEZOITO – SENHOR DEPUTADO RENATO ALEXANDRE REIS PEREIRA (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores. Como é do conhecimento geral, o ano de dois mil e onze foi pautado por crescentes tensões no setor financeiro e pela depreciação do clima económico, o que, conjugado com o agravamento da crise das dividas soberanas, teve consequências económicas nefastas nos países europeus mais fragilizados, como é, infelizmente, o caso de Portugal. Ao esforço já previstos nos Programas de Estabilidade e Crescimento em vigor até dois mil e onze, o necessário e até imprescindível recurso ao



programa de auxílio financeiro, celebrado pela União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, vulgarmente designados por troika, exigiu a adoção de medidas de consolidação orçamental sem precedentes, com óbvios efeitos recessivos e consequentemente agravamento da conjuntura sócio-económica de todos os setores da atividade, públicos e privados. Não obstante as expectativas de melhoria da situação económica e financeira do País, que se espera venham, a confirmar-se a médio e longo prazo, por via da consolidação orçamental, as reformas estruturais e dos programas de relançamento da atividade económica, a verdade é que o contexto é extremamente difícil para todos os agentes económicos e em particular para os mais carenciados. Neste sentido, a apreciação dos relatórios de gestão e demonstrações financeiras dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu e da Câmara Municipal de Viseu, referentes ao exercício de dois mil e onze, não pode ser dissociada do impacto das medidas de consolidação, ao nível da redução das transferências oriundas da Administração Central, bem como da depreciação da capacidade de arrecadação de receitas fiscais, que a débil situação económica das empresas e das famílias acarreta, pelo menos em termos teóricos seria isto que deveríamos esperar. Centremo-nos então na análise dos relatórios de gestão de contas e nas demonstrações financeiras dos SMAS e Câmara Municipal de Viseu, os quais devidamente certificados pelo Revisor Oficial de Contas, traduzem, de forma clara e objetiva, as situações económica e financeira destas duas entidades, em trinta e um de dezembro de dois mil e onze. No que se refere aos SMAS, do ponto de vista económico, verificou-se o apuramento do resultado de oito ponto um milhões de euros, superior em cerca de oitocentos mil euros, face ao registado em dois mil e dez, o qual se explica pela melhoria da componente operacional, designadamente pelo efeito conjunto do acréscimo das vendas e prestações de serviços. A atividade dos SMAS aumentou, o acréscimo da venda e prestação de serviços, conjugado com uma redução da diminuição dos consumos intermédios e contenção dos gastos com pessoal, bem como pela contabilização de resultados extraordinários positivos de aproximadamente dois ponto nove milhões de euros, que resultam das participações afetas ao investimento concretizado. Assim, o “cash flow” líquido atingiu uns expressivos quatro ponto nove milhões de euros, o que permite concluir por uma boa capacidade de geração de recursos, os quais, refira-se, permitiram reembolsar a totalidade das dívidas a terceiros, num período inferior a doze meses. Já a intensa atividade dos SMAS, patente na expressiva execução, isto é, cerca de sete milhões de euros dos investimentos previstos, conduziu, no biénio dois mil e dez / dois mil e onze a um acréscimo do ativo líquido em um ponto um, para setenta e quatro ponto setenta e quatro milhões de euros. Quanto aos principais indicadores que comparam as diferentes massas patrimoniais, destaca-se o seu comportamento positivo, em particular o rácio líquido geral, que sendo superior à unidade, reflete o muito desejável equilíbrio financeiro incorporado. O resultado económico positivo, anteriormente descrito, permitiu assim o reforço dos fundos próprios de catorze para quinze ponto um milhões de euros em dois mil e dez e dois mil e onze respetivamente, o que conjugado com o decréscimo das dívidas a terceiros, cumulou num rácio de solubilidade, que passou a fixar-se em três ponto quarenta e dois. O que é que isto significa? Significa uma clara independência dos SMAS face aos credores, porquanto os seus recursos próprios são largamente superiores às dívidas contraídas, ou as dívidas assumidas. Em suma, a análise dos documentos apresentados permite concluir por uma favorável situação económica e patrimonial, bem como por um bom desempenho orçamental dos SMAS em dois mil e onze. Este último, com o registo de uma formação de poupança corrente superior a dois ponto um milhões de euros. Agora, tentando ser o mais sucinto possível, passamos à análise das demonstrações financeiras da Câmara Municipal de Viseu. Em termos orçamentais verificou-se uma execução da receita na ordem dos setenta e seis por cento e da despesa de setenta e cinco por cento, correspondentes a respetivamente cinquenta e três ponto nove e cinquenta e três ponto cinco milhões de euros. Desde logo, importa destacar o equilíbrio orçamental obtido pelo efeito conjunto do



aumento da receita corrente e diminuição equivalente a despesa, que de facto permitiu obter uma poupança corrente próxima de nove ponto seis milhões de euros. Estes dados evidenciam a eficácia na concretização da receita corrente estimada e aqui abro um parêntese, num contexto de corte de transferências correntes previstas no Orçamento de Estado, bem como a acentuada independência do Município na geração de receitas próprias, ou seja, o que aqui há bocado ouvimos como um potencial aspeto negativo, é fundamentalmente um aspeto positivo, é que somos independentes, conseguimos cobrar impostos e mesmo que alguém possa eventualmente dizer que essa cobrança de impostos poderia ser menor, a verdade é que também depois não conseguiríamos concretizar aquilo que é preciso e que foi concretizado, aliás. Ao nível da despesa corrente, é visível a preocupação que existiu com a contenção dos gastos na generalidade das rubricas, particularmente ao nível da aquisição de bens e serviços, que foi cerca cinco milhões de euros inferior ao previsto. Na prática, este super- hábito e aqui podemos falar de super-hábito, apesar do léxico corrente apenas referir défice, na prática este super-hábito orçamental possibilitou a afetação de recursos correntes para a realização de investimentos, que de outro modo não seriam concretizáveis, em função da reduzida execução das receitas de capital. Um facto relevante é que, apesar das taxas de execução das receitas de capital terem sido de apenas quarenta por cento, as quais, como se sabe, permanecem fortemente condicionadas pelos atrasos das transferências das participações e projetos financiados por fundos comunitários. As despesas de capital foram ainda assim concretizadas por uns expressivos cento e oito por cento, o que atesta de forma clara e inequívoca a capacidade de autofinanciamento do Município de Viseu. Note-se que ficou por realizar ainda assim sessenta e oito por cento do endividamento financeiro previsto, como bem referiu, o que não me parece um problema, no contexto atual. Neste cenário, a taxa de execução das Grandes Opções do Plano que se cifram em setenta e dois por cento, correspondentes a trinta e sete milhões de euros, é consideravelmente elevada, cabendo uma vez mais à função social a maior fatia deste resultado, aproximadamente vinte e dois ponto cinco milhões de euros. Realçar o investimento na Educação que ultrapassou oito ponto cinco milhões de euros, o qual foi particularmente visível na construção e requalificação das escolas, em Centros Escolares, na disponibilização de transporte e programas de refeições, bem como no pagamento de despesas correntes, no qual se inclui inclusivamente a contratação de professores. Conjugado com o esforço nas áreas da ação social, desporto, lazer e cultura, os investimentos efetuados evidenciam a preocupação da Câmara Municipal no combate às desigualdades socioeconómicas, que em alturas de crise, como a que vivemos atualmente, tendem a agravar-se. Quanto à análise da situação económica e financeira da Câmara Municipal de Viseu tecemos as seguintes considerações: em final de dois mil e onze e relativamente a dois mil e dez, o ativo líquido do Município evoluiu de três ponto quatro para aproximadamente duzentos e trinta ponto três milhões de euros, fundamentalmente em virtude dos investimentos realizados e ativos fixos, em particular, como sabem, desde o domínio público e as imobilizações corpóreas, as quais continuam a representar cerca de oitenta e nove por cento do total do balanço. Portanto, conseguimos extrair daqui a estrutura do balanço que estava fundamentalmente suportada em ativos fixos. Reforçados pelos resultados líquidos positivos obtidos, os fundos próprios experimentaram um crescimento proporcionalmente superior ao aumento verificado no ativo, permitindo obter uma autonomia financeira muito próxima de sessenta e nove por cento. Na prática o que é que isto significa? Significa que apenas com os seus recursos próprios, a Câmara Municipal de Viseu, ou o Município, consegue financiar mais de dois terços dos seus ativos. É efetivamente um dado muito relevante e muito pouco habitual, diga-se de passagem. O passivo financeiro é demonstrativo da sua valia patrimonial, é inequívoca. O passivo financeiro permanece maioritariamente registado no médio ou longo prazo, traduzindo uma correta adequação da maturidade da dívida nos ativos financiados. Por outro lado, realce para a redução da dívida financeira líquida, isto é, a dívida financeira



expurgada das disponibilidades existentes até trinta e um de dezembro, em cerca de doze por cento, para sensivelmente dezassete milhões de euros. Note-se que num período em que a liquidez é particularmente escassa e muito difícil de obter, o que se verifica é que com a sua disponibilidade, o Município de Viseu, em dois mil e onze, poderia devolver quase a totalidade da sua dívida financeira, do seu exercício financeiro de curto prazo. É algo que efetivamente está ao alcance de muito poucos. Em termos económicos, o exercício foi pautado pelo apuramento de resultados e exercícios de quatro ponto nove milhões de euros, em contraposição ao prejuízo verificado em dois mil e dez, que, apesar de tudo, terá forçosamente que ser relativizado por aspetos e carácter extraordinário que lhe deu origem. A comparação destes resultados tem que ter esta ressalva, porque efetivamente existiram fatores de carácter extraordinário, o que faz com que provavelmente o resultado líquido na sua componente operacional não pudesse ser assim tão comparável. É de assinalar uma melhoria significativa da performance da atividade corrente, isto é, a soma dos resultados operacionais com os resultados financeiros, a qual evoluiu de oito ponto oito para cinco ponto quatro milhões de euros, com o impacto direto nos “cash flow’s” líquidos que aumentaram sete ponto cinco em dois mil e dez, para doze ponto nove em dois mil e onze. Mais uma vez, o que é que isso significa na prática? Significa que em dois mil e onze o Município gerou recursos suficientes para reembolsar a totalidade da sua dívida, em menos de dois anos. Por aqui se constata que, se a capacidade de endividamento da autarquia fosse exclusivamente determinada pelos números racionais e económicos de uma análise criteriosa, o limite ao endividamento do Município de Viseu jamais poderia ser imposto administrativamente num patamar tão reduzido. Para terminar, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores, em termos económicos e financeiros, o desempenho alcançado pelos SMAS e pela Câmara Municipal de Viseu foi consideravelmente positivo, em linha com o verificado em anos passados. Numa época em que parte significativa dos municípios e outros organismos públicos vive sobressaltada com a redução das suas receitas próprias e com os cortes das transferências da Administração Central, o equilíbrio e a poupança orçamental verificadas assumiram primordial preponderância na manutenção da capacidade de resposta da Câmara Municipal às necessidades dos seus munícipes. A verdade é que, se não fossem os critérios de gestão adaptados nos últimos anos, poderíamos agora, à semelhança de outras autarquias, estar a viver num cenário de sufoco financeiro, impeditivo de levar a cabo o desenvolvimento do Concelho. Por outro lado, o controlo financeiro patente nas contas analisadas permite, caso sejam mantidos estes mesmos critérios de prudência e bom senso evidenciados, fazer antever a sustentabilidade financeira do Município, não obstante o contexto adverso que vivemos. Por fim, importará concluir que num período em que todos sofremos as consequências de anos de devaneios, em que opções políticas erradas contribuíram para o estado caótico das finanças do País, o exercício de análise efetuado deverá fazer-nos pensar o quão importante é ter a casa arrumada. O que as contas analisadas demonstram é que, apesar da imensa obra realizada, os compromissos assumidos foram na medida das nossas possibilidades e sem prejuízo do futuro do Município. Do exposto, resulta forçosamente uma apreciação positiva do Partido Social Democrata às situações económica e patrimonial, bem como ao desempenho orçamental dos SMAS e da Câmara Municipal de Viseu, razão pela qual votaremos favoravelmente os relatórios e demonstrações financeiras em apreciação. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

-DEZANOVE – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP): Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, dispensando-me todos os restantes cumprimentos que já fiz, serei seguramente mais breve do que os que me antecederam. Crise. Crise é a palavra mais falada e mais ouvida pelos portugueses nos últimos tempos. Infelizmente para todos nós, ela chegou, não



sem avisar, é certo, instalou-se, acomodou-se e aí está ela, a crise. A mãe de todos os males, aquela que alguns teimosamente não queriam ver e que hoje domina a agenda política, económica e até social do País. Ela está por e em todo o lado. Dois mil e onze foi um ano excepcionalmente atípico, no primeiro semestre do ano o País entrou numa espiral descontrolada da sua política económico-financeira, a qual teve como consequência a queda do governo de então e a extrema necessidade de recorrer a ajuda externa para manter a sua governabilidade e capacidade de honrar os compromissos do Estado Português, através da aceitação do chamado Memorando de Entendimento com a famigerada troika, FMI/BCE e Comissão Europeia. Hoje vivemos em função do cumprimento nele estabelecido, perdemos parte da nossa soberania e atravessamos tempos seguramente de tempestade. O desafio é grande, é ambicioso, mas com o esforço de todos será superado. Não será fácil, não será já amanhã, mas lá chegaremos. No entanto, não podemos esquecer o passado, não podemos ignorar os erros que nos trouxeram até aqui, para que no futuro não se voltem a repetir. A História não se apaga, convive-se com ela, queiramos ou não. É nesta conjuntura que teve lugar o exercício económico de dois mil e onze e é tendo isso em consideração que olhamos para as chamadas contas do Município. Não por uma questão de procurar confortar algo menos positivo, que delas ressalte, mas porque é uma realidade que não pode ser esquecida ou escamoteada. Não me vou perder na análise interessante mas fastidiosa dos rácios e números, até porque o Senhor Presidente já abordou os mais relevantes na sua intervenção. Não é hora também de discutir a política económica preconizada pelo atual Executivo Camarário, sabemos que o modelo de desenvolvimento económico que preconizamos é diferente do atual. As prioridades e as políticas seguidas seriam outras e sem querer ter a veleidade ou a arrogância de sermos tomados como exemplo bastante, o resultado seria também a vários níveis diferente e não seguramente pior. Da análise ressalta que o Município se encontra em boas condições para enfrentar a tormenta, mormente no aspeto financeiro, pelo que pode e deve ser mais ambicioso nos seus objetivos futuros, até porque se avizinham novos e grandes desafios para o Poder Local, o qual vai ser confrontado com um novo paradigma, com novas exigências e desafios. A atividade política quer-se responsável e a responsabilidade que temos é a de pugnar por uma boa governação, fiscalizar e propor alternativas válidas. E é essa responsabilidade que, em função dos números per si, nos levava a votar favoravelmente nas contas do Município, mas realçamos exatamente esse facto e com base na mesma responsabilidade não podemos escamotear as reservas colocadas pelo Revisor Oficial de Contas. Também temos que ter em atenção de que o que aqui se discute não são só as contas, mas também o seu relatório de atividades e na certeza de que, ao nível das políticas de desenvolvimento, muito está e há por fazer. Sendo assim, o CDS/PP abster-se-á nesta votação. Por vezes, olhar para as nossas potencialidades, para o que fazemos e não fazemos, revejo-me na preocupação, senão na mesma angústia de Virgílio Ferreira: “Porque percorres inutilmente o Céu à procura da tua estrela? Põe-na lá.” É isso que nos falta fazer. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Não tenho mais nenhuma inscrição. Senhor Deputado Carlos Vieira, não estava inscrito, mas faça o favor. -----

-VINTE – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público, Comunicação Social e funcionários presentes. Eu vou começar por fazer uma abordagem, aliás, vou limitar a minha intervenção a uma abordagem mais política, porque quando se recebem os documentos para esta Sessão da Assembleia numa segunda-feira, nos dizem para ir ao site, a gente vai ao site e estão lá os documentos da sessão anterior e portanto fica-se com três dias para analisar, não sendo profissionais, naturalmente que não se pode fazer uma análise tão apurada como seria desejável. É evidente que as autarquias estão condicionadas, não só pelo Orçamento de Estado, como o



Senhor Presidente da Câmara já disse, aliás, um orçamento de um governo que insiste em ser mais “troikista” do que a troika, que insiste em somar austeridade à austeridade, parando os aviões no ar, como se isso fosse possível sem provocar inevitavelmente um desastre, mesmo quando o FMI, um dos membros da troika, avisa o Governo que “cuidado com a austeridade, porque se não matam o doente”, morre da cura em vez de morrer da doença. É evidente que as autarquias estão condicionadas, estão condicionadas até pela lei dos compromissos que o Senhor Presidente e muito bem já criticou publicamente, como Presidente da Associação Nacional de Municípios, mas pelos vistos aqui está quase tudo de acordo. Sobre as contas, para além daquilo que já foi referido, como as chamadas de atenção do Revisor Oficial de Contas sobre a inventariação legal dos bens imóveis do domínio público e privado, conviria reconhecer que de facto há um equilíbrio financeiro das contas, mas esse equilíbrio resulta essencialmente do desinvestimento, que não só reduz a atividade, como leva inclusivamente a despedimentos, como aconteceu nos SMAS. Li no Diário de Notícias, de um de março, que a União Europeia vem estudar um projeto com idosos de Viseu. A Câmara Municipal rastreou a população idosa, em dois mil e nove, que vive sozinha e agora vai desenvolver programas de contactos diários. A Comissão Europeia vai enviar uma equipa de técnicos para analisar o modelo que poderá ser alargado a todo o espaço comunitário. Sinalização feita pelos estagiários da Escola Superior de Educação de Viseu nas autarquias locais e segundo o Senhor Vereador da Ação Social, os vizinhos são chamados a participar através de alertas. O projeto será estendido a todo o Concelho e diz o Senhor Presidente da Câmara, a ECO, a Direção Geral de Ajuda Humanitária da Comissão Europeia escolheu Viseu como caso de estudo. Ora bem, isto foi de facto no dia um de março, mas foi do ano passado, eu li no jornal de seis de fevereiro deste ano que os idosos vão deixar de estar tão isolados, graças a um Projeto de Voluntariado criado pela Câmara Municipal de Viseu, é o nome da iniciativa que visa e diz depois o Senhor Vereador que vamos abrir inscrições para as pessoas que pretendam fazer voluntariado e rapidamente vamos meter isso no terreno. Portanto, mesmo na ação social de que a Câmara se tem vangloriado de ter feito nos últimos tempos, a verdade é que mesmo aqui o que há é uma enorme propaganda, porque de facto na prática a gente não vê nada, aliás, salvo erro numa das últimas sessões, não sei se foi na última, eu chamei aqui à atenção e o próprio Senhor Vereador da ação social confessou que o pré-diagnóstico social só agora é que foi acabado de fazer e que o plano de desenvolvimento social do Concelho estaria concluído até ao fim de dois mil e treze. Ora, numa época de crise, com problemas sociais gravíssimos, quando se reconhece que só no fim de dois mil e treze é que a Câmara está capacitada para ter uma atitude pró-ativa, como disse o Senhor Vereador, acho que reflete de facto o trabalho que tem sido feito também no campo social. É certo que os jornais até escreveram que a Câmara teve um lucro de cinco milhões de euros, como se as Câmaras, as autarquias, tivessem lucros. Naturalmente que o Senhor Presidente disse é que teve um saldo positivo, mas não sei se por gafe, se por lapso, ou se calhar pelo ambiente que a Câmara também tem gerado de atividade de facto lucrativa, se calhar caíram nesse erro. Ora bem, já que teve um lucro ou um saldo positivo de cinco milhões de euros, eu acho que se calhar está na altura de cumprir algumas promessa, nomeadamente a promessa que o Senhor Presidente Fernando Ruas fez e a Câmara já tinha feito, de resto, no ano passado prometeu pagar apoios às associações culturais em dois mil e onze, depois em janeiro o Senhor Presidente disse que pagaria até trinta e um de março, algumas associações culturais, algumas de prestígio, como o Cine-Clube de Viseu e portanto espero que agora, com esse “lucro”, já haja dinheiro para cumprir essa promessa. Os apoios aos planos de atividades, porque eu sei que há de facto transações, o Cine-Clube faz uma projeção do cinema ao ar-livre e naturalmente que isso é uma transação, não é uma compra e venda de um produto cultural. Por outro lado, não posso deixar de chamar à atenção para um investidor, um empresário da nossa cidade, que recupera uma casa no Centro Histórico, que a transforma numa empresa hoteleira de qualidade, estou-me a referir à Casa da Sé e que



pagava duzentos e quarenta euros de IMI, agora recebe uma conta de três mil euros. Como não foi o dobro, duzentos e quarenta euros para três mil euros, parece uma coisa assim do outro mundo. Por outro lado, espero que também haja dinheiro para, já agora, acabar esse trabalho de facto que se começou há vinte e tal anos, vinte e quatro, de saneamento, porque por exemplo, de Teivas até ao Cruzamento de Rebordinho, ali perto da Cooperativa dos Fruticultores, não há saneamento. Foi feito, de resto, uma abaixo-assinado subscrito por duas dezenas de moradores que foi entregue creio que ao Senhor Presidente da Junta e portanto espero que agora já haja dinheiro para isso. Da mesma forma que espero que, eu há cerca de quinze dias fui a Calde testemunhar um crime ambiental em Vilar do Monte, um empreiteiro que até andou a alcatroar umas ruas que resolveu deitar o alcatrão num barranco, fui testemunhar isso, por denúncia de alguns moradores e depois entretanto, em contacto com as populações, recebi uma queixa de um proprietário de uma carpintaria, que tinham atapetado de alcatrão a estrada, mas depois o caminho de acesso, que são cinquenta metros, para a carpintaria, que deve ser uma das poucas empresas que têm cinco postos de trabalho daquela freguesia, ficou por alcatroar, se calhar o alcatrão que foi deitado no barranco dava para alcatroar aquilo. Mas espero que agora, com toda esta poupança, que haja dinheiro para satisfazer estes anseios das populações do nosso Concelho. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Gonçalo Ginestal.-----

-VINTE E UM - SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL M. M. ALBUQUERQUE – (PS): Senhor Presidente, Exma. Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público e Comunicação Social. Venho aqui para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que o Partido Socialista não faz tábua rasa daquilo que correu menos bem com o investimento na Educação feito pelo anterior Executivo. Mas eu pessoalmente prefiro ver o dinheiro investido em escolas de Viseu do que gasto no Metro de Lisboa ou do Porto, na Carris, na RTP ou na TAP. Houve a possibilidade, de com esse investimento, não nos devemos esquecer que houve a possibilidade de se alavancar a economia local e criar-se dezenas de empregos para concidadãos viseenses. Mas na minha intervenção eu faço apenas três questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: Está garantida a sequencialidade entre os ciclos de ensino, como a escolaridade de doze anos, com a constituição de mega-agrupamentos? O Concelho Municipal de Educação foi ouvido? Aliás, neste mandato nunca este Órgão foi ouvido nem reuniu. Mais importante ainda, há poupança na despesa no Orçamento de Estado e melhoria do serviço efetivo prestado? Estas são as questões essenciais e às quais os viseenses merecem uma resposta. Tenho dito. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Tem a palavra o Senhor Deputado Herculano Gonçalves. -----

-VINTE E DOIS - SENHOR DEPUTADO HERCULANO DUARTE GONÇALVES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CALDE – (PSD): Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Caros Colegas, Comunicação Social. Eu venho aqui, era para não vir, a este parlatório, mas tive que vir, em virtude do que aqui o nosso amigo Deputado falou da minha freguesia. Agora eu quero fazer-lhe uma pergunta: O Senhor conhece a freguesia de Calde, povoação por povoação? São seis aldeias. O Senhor sabe onde é que se situa isso? Eu vou-lhe contar, eu vou-lhe dizer, o Senhor não conhece. Olhe, é na povoação de Paraduça, andamos com o saneamento básico, a Câmara Municipal anda a gastar lá um milhão e seiscentos mil euros. O Senhor desconhecia? Ah, viu lá, ainda bem. Agora, eu quero-lhe dizer, o tal pequenino espaço que é, está em terra batida, andamos em saneamento. O projeto de saneamento aponta para fazer tudo igual conforme estava, têm que tapar o que estragaram e foi o que nós fizemos. Não quer dizer que nunca se faça, o Senhor em sua casa compra tudo aquilo que quer? Na minha não. Olhe, agora eu quero agradecer à Câmara Municipal, porque para além do projeto de saneamento que andamos na fase



terminal, talvez daqui por um mês e pico fica a minha freguesia toda coberta e desde que eu estou na Junta de Freguesia, quando eu para lá fui não havia uma cavadela e neste momento andamos a terminar. Quero agradecer imensamente à Câmara Municipal, porque a minha freguesia tem seis aldeias a gastámos lá cerca de cinco milhões de euros em saneamento e água. Desconhecia? Fica a saber. O faz tudo nunca apareceu neste País e nesse lado fazia lá mais coisas, porque eu quero-lhe dizer, o plano de saneamento e água à minha freguesia e no projeto o que apontava era tapar aquilo que estragassem, conforme aquilo que está determinado em projeto. E como os arruamentos são estreitos, pequenos, na povoação de Vilar do Monte, estamos a falar de Vilar do Monte e Paraduça, que o Senhor não conhece, mas quando o Senhor quiser, só me telefona, eu disponibilizo-me a indicar-lhe todos os cantinhos da minha freguesia, povoação por povoação e depois o Senhor chega aqui e fala das coisas como deve ser e mais corretas, porque o que disse aqui não é correto, não está certo, o arruamento é em terra batida, volto a dizê-lo, há de se arranjar com o tempo, mas também quero agradecer à Câmara Municipal, porque os arruamentos de Paraduça e de Vilar do Monte foram todos cobertos de lés a lés. Fomos para além do projeto de saneamento e água, só faltou a ligação de Vilar a Paraduça, que o Senhor também não conhece, que ficou porque é uma estrada muito mais larga evidentemente, só tapámos aquilo que estava em projeto, mas se Deus quiser ainda no meu mandato havemos de concluir aquela obra. Tenho dito. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado António Vicente Figueiredo. -----

-VINTE E TRÊS - SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE FIGUEIREDO (PSD):

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores da Comunicação Social e Público em geral. Eu pedi a palavra porque esperava que na apreciação política e financeira deste documento que tivessem sido enfatizados alguns elementos que eu considero que deviam ser relevados e não foram. Nomeadamente o investimento que foi feito neste exercício da gestão da Câmara Municipal de Viseu no domínio da Educação, da Cultura e também na Área Social e porque eu verifiquei que a oposição passou por cima disto e não quis relevar efetivamente o investimento que foi feito nestas áreas. E porque eu me permito fazer neste momento uma análise política, vou ter de referir exatamente os argumentos apresentados, quer pelo PS, quer pelo Bloco de Esquerda, na orientação de voto que já foi aqui dada. Começo então por referir o investimento, que de acordo com a análise que eu fiz, da leitura do relatório de gestão e contas da Câmara Municipal de Viseu, a análise que eu fiz, no investimento da Cultura nós temos o quê? Temos apoio aos agentes culturais através de protocolos que foram celebrados com a Câmara, com vários agentes culturais e com várias associações através de parcerias. Foi referido o Festival de Musica da primavera que é uma parceria com o Conservatório, estamos na quinta edição, mas em dois mil e onze fez-se a quarta edição e nesta parceria com o Conservatório Regional de Musica, penso que toda a gente concorda que há uma mais-valia para a cidade e para o Concelho. Depois também parcerias na área do Teatro que o Executivo Camarário tem vindo a realizar nos últimos anos e também já está programado para maio deste ano um Ciclo de Teatro Amador, dando oportunidade às instituições que têm esse espaço, grupos cénicos que têm o Teatro como atividade sua de mostrar ao Concelho essa atividade de grupos. Por outro lado, também a Rota do Rancho foi uma atividade desenvolvida já em dois mil e onze que permitiu uma outra parceria com os restaurantes da cidade e com a Associação Comercial. Parcerias com o Teatro Viriato na comemoração do Dia Internacional da Dança, na realização de alguns espetáculos que foram oferecidos à cidade de Viseu e ao Concelho. Também parcerias na área da animação, as associações culturais do Concelho têm-se mostrado à cidade, precisamente através destas parcerias e pelo convite que a Câmara tem feito para se apresentarem e para mostrarem aquilo que estão a fazer, quer nos programas natalícios da Câmara Municipal, de que destaco o Cantando as Janeiras, as Marchas dos Santos



Populares, a Feira de Tradição Viva, o Desfile de Carnaval, etc. A animação que permite também que, trazendo as associações culturais ao centro da cidade ou levando as associações culturais às várias freguesias, permite também que seja uma forma da Câmara apoiar as associações, o que está correto na minha ótica, porque os apoios da Câmara que aqui foram negados na apreciação de alguns Partidos, os apoios que a Câmara tem concedido às associações culturais são efetivamente uma forma também de promover a atividade nas associações. Outra situação de relevar é exatamente o apoio que foi dado em dois mil e onze a edições de livros que depois foram entregues a Juntas de Freguesia, associações culturais e estão também disponíveis na Câmara Municipal. Aqui, Senhor Presidente, deixava apenas uma recomendação ou uma sugestão, que é exatamente a possibilidade de retomar a edição da Revista Beira Alta, porque efetivamente era uma revista onde os historiadores, os investigadores do concelho tinham campo aberto para poderem desenvolver trabalhos e não sei porque razões a Revista Beira Alta já há muito tempo que deixou de ser editada e penso que a Câmara poderia dar um contributo para que se retomasse a edição da Revista Beira Alta. Depois também na dinamização de serviços, na Reabilitação e Conservação do Património Edificado, de que são exemplos o Museu de Almeida Moreira, o restauro da Capela de Santo António do Solar dos Condes de Prime, a requalificação da Quinta da Cruz e o Museu do Quartzo, que felizmente vai ser então inaugurado na próxima segunda feira. Uma outra aposta que é visível neste relatório é exatamente a aposta na Educação, que continua a ser uma preocupação deste Município, absorvendo vinte e três das funções sociais e que está plasmada exatamente naquilo que foi referido pela oposição, na construção dos Centros Escolares, nos encargos que a Câmara teve, quer nos transportes escolares, na contratação de professores, nos auxiliares, no fornecimento de refeições, etc. Ora bom, a oposição, nomeadamente o Partido Socialista, mantém sistematicamente os mesmos argumentos de há uns anos atrás. Isso para mim é preocupante, porque quando o fundamento do voto na abstenção, que é o caso relativamente a este relatório de dois mil e onze, assenta na falta de investimento, eu penso que o Partido Socialista nega pura e simplesmente o investimento que foi feito, nomeadamente através de investimentos na Educação e na Cultura. Ou então, investir na Educação e na Cultura não é um de investimento económico. Os argumentos que o Partido Socialista utiliza continuam a ser e as sugestões que dão aposta no Concelho que promovam o emprego e a riqueza. O Senhor Presidente na verdade tem muitas responsabilidades nisto. O Senhor Presidente, na ótica do Partido Socialista, o Senhor Presidente é responsável pelo encerramento dos estabelecimentos comerciais no centro histórico, o Senhor Presidente e eu estou a referir-me exatamente a um texto que eu li de um dirigente do Partido Socialista, com responsabilidades e que depois se arroga a colocar isto no “site” da Concelhia do PS. O Senhor Presidente, inclusive é, na ótica deles, é capaz de ser o responsável pelo encerramento da Pastelaria Horta e quem sabe até se terá sido responsável pelo encerramento do Café Santa Cruz, pelo encerramento do Café Rossio, que já lá vão alguns anos, provavelmente deve ter sido responsável por isso tudo. E também é o responsável pelo desemprego. Os Senhores pensem um bocadinho, sistematicamente vocês andam a referir a responsabilidade do Município de Viseu no desemprego, já foi dito nas intervenções no Período Antes da Ordem do Dia e não são capazes nunca de reconhecer o esforço que este Município tem feito na recuperação do Centro Histórico e na possibilidade de devolver àquela zona às pessoas que foram saindo, nomeadamente através da recuperação de casas que depois entrega a jovens casais. Diz o Partido Socialista que gostavam de ver mais ambição no desenvolvimento e na luta pelo emprego. Não há comentários efetivamente que se possam fazer mais para além da vossa preocupação de aligeirar responsabilidades que têm nesta matéria e dizer que a responsabilidade disso é do Município. Quanto ao Bloco de Esquerda, o meu caro amigo Vieira Castro, não sei qual é a graduação das suas lentes, mas deve estar a precisar de mudar de lentes, porque o Senhor diz que na área social, diz isto: “a gente não vê nada”. Aconselhava-o a mudar de lentes, porque o Senhor sabe perfeitamente e se for ver o



relatório, houve também um forte investimento na área social. E já agora deixe-me também que lhe diga, não é nenhum conselho, porque eu não dou conselhos a ninguém, mas não é boa política o Senhor andar sempre à procura de pequenos pormenores na cidade e no concelho. De certeza que quando anda nas suas visitas também encontra alguma coisa de positivo e de vez em quando traga aqui também a este Órgão Autárquico alguma coisa de positivo que a Câmara faz, porque habitualmente o Senhor não o faz. O Senhor só anda à procura de pequenos pormenores e depois chega com uma crítica que às vezes é agressiva e eu compreendo perfeitamente a dificuldade que às vezes o Senhor Presidente tem para conseguir segurar os cavalos. Mas traga alguma coisa também de positivo, porque isso valoriza também o debate. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado António Fonseca. Senhor Deputado, no seu tempo, se quiser intervir dar-lhe-ei a palavra com toda a certeza. -----

-VINTE E QUATRO - SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO DE SOUSA DA FONSECA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DE LOUROSA (PSD) – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora. O Senhor Carlos Vieira falou na Freguesia de S. João de Lourosa. Eu vou-lhe fazer duas perguntas: Conhece bem a Freguesia? Quantas povoações tem, quantas ETAR's tem a Freguesia de S. João de Lourosa? É capaz de responder? Não. Mas também não lhe vou dizer. Mas tenho muito gosto do meu amigo ir comigo à Freguesia de S. João de Lourosa, com o meu transporte e dar uma volta à freguesia e a partir desse momento com certeza que fica a conhecer a Freguesia de S. João de Lourosa. A povoação de Teivas e a povoação de Rebordinho têm saneamento. Eu sei naquilo que o meu amigo está a falar, não leve a mal tratá-lo por amigo, mas eu gostaria de ir ao local para lá eu lhe dizer quem são os responsáveis de que esse espaço pequeno de saneamento não está feito, nem os Serviços, nem a Câmara nem a Junta têm responsabilidades nisso. Disponibilizo-me para quando quiser, ir lá no meu carro, eu esclareço-o e esclareço isso tudo. Era só isto, Senhor Presidente. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Fonseca. Dou a palavra ao Senhor Deputado Baila Antunes. Quer usar da palavra? Faça favor. -----

-VINTE E CINCO - SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS): Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Membros desta Assembleia. Queria só pedir esclarecimentos ao Senhor Deputado, nomeadamente se acha que então as autarquias não têm qualquer papel catalisador, relativamente ao emprego? Se os modelos de desenvolvimento implementados, mesmo que não instituídos em papel, mas ao longo dos anos, de uma maneira coerente, não podem despoletar emprego? Em exemplos, como por exemplo, ainda agora em Óbidos, que a partir de um incentivo de uma simples Feira do Chocolate, neste momento está instituído Óbidos, mais ou menos, como Capital do Chocolate em Portugal. Ou agora em Oliveira do Hospital, o mesmo em relação ao Queijo da Serra e depois exemplos ainda mais eloquentes como o que Guimarães fez para ser instituída, a curto/médio prazo, como Capital, não só Capital Europeia neste ano, mas certamente como cidade emblemática em termos de cultura, com a Fabrica da Cultura e em termos de património. Se Coimbra não fez ao longo dos anos, as várias câmaras municipais não tiveram um papel ativo para que fosse considerada a Capital da Saúde em Portugal? E muitos outros exemplos que eu há pouco já referi. Viseu tem um modelo de desenvolvimento, segundo o que tem sido referido nestes últimos vinte e dois anos, mas eu gostava de saber nesse modelo de desenvolvimento, onde é que está a base? O Senhor Doutor Fernando Ruas, o Exmo. Presidente da Câmara, é um ilustre economista, diga-me que modelo de desenvolvimento pode partir sem a geração de riqueza, sem a produção de bens transacionáveis? Se o simples bom ordenamento do território de Viseu, com os Parques, etc., que eu tenho aqui elogiado bastante, se os diversos eventos, muitos eventos, todos bem organizados, se isso é suficiente para aquilo que eu disse, para dar pão às pessoas de Viseu? Acha bem as pessoas virem para cá e



depois não terem de facto uma matriz económica, porque não há neste concelho, neste momento, uma matriz económica sustentável que depois possa, lá está, sustentar emprego e o bom desenvolvimento económico-social do Concelho. Porque eu temo, espero bem que não, como viseense, que o futuro a curto e médio prazo, com este crescimento do desemprego e outros índices, demonstrem que realmente este modelo faliu, porque ligou muito à forma, ligou pouco ao conteúdo, ligou menos ainda à força motriz de qualquer modelo de desenvolvimento económico. Eu não vejo nenhuma atividade económica produtora de riqueza em grande escala em Viseu. Não há uma marca, um carimbo associado a isso, há uma marca e bem, eu não trocava Viseu por cidade nenhuma do mundo, mas eu sou um privilegiado, já tenho emprego, mas gostava de ver isso para o futuro, de uma maneira sustentada e para os cem mil habitantes, para que depois do boom da construção civil, da falência infelizmente do comércio, da redução dos serviços públicos, continuemos a ter emprego e que seja um emprego bem abaixo da média nacional. Era isso que eu queria e portanto, se as autarquias não têm um papel catalisador no emprego, então quem é que terá? Quem é que poderá, de uma maneira integrada, articulada com a Administração Central, com as Escolas, com o Ensino Superior, etc., quem é que poderá promover um verdadeiro modelo de desenvolvimento? Sem força motriz não há modelo de desenvolvimento. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Eu relembro aos Senhores Deputados que estamos no Ponto de Informação da Atividade Municipal e a discutir o Ponto Oito. De qualquer maneira, darei sempre a palavra aos Senhores Deputados que ma solicitarem, nos termos do regimento. O Senhor Deputado António Vicente Figueiredo quer fazer a segunda intervenção no âmbito deste Ponto. Tem a palavra. -----

-VINTE E SEIS - SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE FIGUEIREDO (PSD): Muito obrigado Senhor Presidente, vou ser muito rápido, só para dizer ao Senhor Deputado Madeira Antunes que se o Senhor estivesse atento, o Senhor Presidente deu-lhe a resposta, relativamente à capacidade que os municípios têm de gerar emprego e o Senhor Presidente disse exatamente isto: "que cria as condições para serem criadas empresas no concelho", eu não vou responder, o Senhor Presidente já deu as respostas e o Senhor devia estar atento. Quanto à marca "Viseu", é uma coisa que o Senhor defendeu, parece-me que desde a primeira vez que o vi intervir nesta Assembleia, veio falar na marca "Viseu". Mas o Senhor já deu aqui um bom contributo para essa marca "Viseu", o Senhor diz que não trocava Viseu por nenhuma cidade no mundo. Há um lema que diz isto: "em Viseu dá gosto viver" e fico-me por aqui. Quer melhor? Porque será que o Senhor gosta de aqui viver? Porque será que Viseu é uma cidade atrativa e as pessoas procuram Viseu? -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Pedro Ruas, tem a palavra. -----

-VINTE E SETE - SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD): Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Câmara, ilustres membros desta Assembleia Municipal, Comunicação Social e Público aqui presente. Era só para fazer algumas perguntinhas ao Senhor Presidente da Câmara. Uma delas era, se o Eng. Sócrates tivesse de facto criado os cento e cinquenta mil postos de trabalho, se isto não poderia ter contribuído para que o desemprego em Viseu tivesse de alguma forma descido? Por outro lado, foram dados aqui uma série de exemplos relativamente ao desenvolvimento de novas tecnologias, nomeadamente a questão de Braga, a questão de Coimbra, no entanto ninguém veio aqui dizer que na altura o Partido Social Democrata remou sozinho na defesa da Universidade Pública de Viseu, que assim teria sido um projeto estruturante, que poderia ter desenvolvido parcerias com empresas e poderíamos ter tido aqui um modelo, se calhar, de desenvolvimento. No entanto, o Partido Socialista esqueceu-se, teve vergonha, se calhar outras estruturas dentro do Partido Socialista



tiveram mais frontalidade e disseram que não concordavam com a Universidade Pública e de facto é triste vermos aqui a pegar-se em exemplos e depois não se comparam as realidades de uma forma relativa. Por outro lado, gostaria também de perguntar, se a autoestrada Viseu/Coimbra também não teria contribuído de alguma forma para o desenvolvimento económico do nosso Concelho? Muito Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Esgotámos as intervenções e vou então dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que foram colocadas. -----

-VINTE E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA: Muito obrigado Senhor Presidente, eu continuo a refugiar-me nas máximas hoje e vou dar-lhes respostas também com duas máximas. Uma que escrevi no único livro que tenho, espero que dentro de pouco tempo seja mais algum e que é do fundador da Livraria do Trabalho e dizia assim, eu vou lê-lo: “tentei fazer bem aquilo que outros teriam podido fazer melhor, mas não fizeram”. Depois gostaria também de recorrer ao Churchill para dizer e gostaria que fossem verificar esta máxima, Churchill dizia assim: “é uma ideia tipicamente socialista considerar o ganho como um defeito, eu penso que o verdadeiro defeito é ter perdas”. Não sei se respondi a uma boa parte das questões que aqui me colocaram, mas pelo menos a intenção foi essa. Mas deixem-me dar respostas diretas às questões que foram aqui colocadas, Uma primeira pelo João Paulo, eu gostaria, há uma câmara socialista, Capital de Distrito também, por quem eu tenho uma grande consideração e acho que é uma Câmara muito bem gerida, não tenho nenhum problema em o dizer, a Câmara de Castelo Branco, de um grande amigo meu e eu gostaria de perguntar, qual é a marca de Castelo Branco? Marca? Marca é uma revista espanhola engraçada, a marca ... Bem, depois uma outra coisa que eu gostaria de dizer, eu percebo esta aflição do Partido Socialista em tentar arranjar elementos para estar em desacordo com as contas, eu percebo, aliás, percebi, eu penso que isto tem uma razão. Eu não sei quantos Ministros das Finanças já teve o Partido Socialista aqui nesta Assembleia, uma série deles, primeiro um que defendia as Finanças, agora também já mudou, mas queria-lhe perguntar se têm resposta para isso? O João Paulo ancorou-se, para ter credibilidade, no ROC, foi dizendo que isto também são ideias do ROC, os ROC`s também põem estas reservas e seguiu à risca o relatório do ROC e esqueceu-se de seguir o parecer. O ROC diz assim: “face ao anteriormente, somos do parecer que a Assembleia deve, em relação aos documentos, aprovar o relatório de gestão da Câmara”. Então, se o ROC, naquilo que queria, para vir aqui dar uma de ROC? E depois naquilo em que o ROC é conclusivo, em que diz: “aprovem as contas”, aí o Senhor diz que se vai abster. Mas que bem seguido o ROC. Nós precisamos destas lições, eu peço desculpa, queria dar-lhes respostas também aos dois níveis, queria dar resposta ao nível político e ao nível financeiro. Ao nível financeiro é, se os Senhores têm tempo, as contas são públicas, tragam cá contas de Câmaras socialistas melhores do que estas, os Senhores têm tempo, elas são públicas e portanto os Senhores agarram nas contas, trazem-nas aqui e dizem assim: “Isto é que são contas” e a gente fica a saber. E mais, como eu até sou humilde, eu vou copiar o modelo, eu já copiei tanta coisa para Viseu que achei interessante, os Senhores trazem-nas cá e a gente vai tentar copiá-las. O João Paulo sabe quem é que era o representante da Associação no POCAL? Foi este seu concidadão quem introduziu o POCAL nas Câmaras, quem liderou o processo fui eu. Portanto, até lhe queria dizer o seguinte, a Câmara aplica o POCAL desde dois mil e dois e é com gosto, mas já vi que é um defeito tipicamente socialista como dizia o Churchill, é a primeira vez que faz-se e depende da interpretação do plano que temos resultados positivos. Eu não confundo resultados positivos com lucro, é a primeira vez que a Câmara tem, porquê? Porque nós introduzimos as amortizações, eu sei que a primeira fase é que é urgente, nós andamos a fazê-lo há anos e mais, há de ser um trabalho que demora ainda algum tempo, a inventariação dos bens. Os Senhores fazem ideia do que é que está por inventariar nas Câmaras? Mais, até da dificuldade em inventariar algumas coisas? Alguém sabe, pode ser que surja aí dessa bancada, como é que se inventaria o Rossio, por



exemplo? Digam lá como é que se faz. Os Senhores se calhar até sabem disto, mas pronto. Bem, nós andamos com esta dificuldade em inventariar os bens da Câmara, para os sujeitar ao POCAL, mas não vale a pena, já viu que se esqueceu, agora perguntas mais concretas. Eu queria dizer que a Câmara não cobra, o que veio aqui dizer é que agarrou no exemplo para dizer: “ a Câmara agora tem mais IMI, de maneira que os viseenses pagaram mais”. Mentira. Em relação às Capitais de Distrito, a Câmara de Viseu é a que aplica a taxa mais baixa. Portanto vamos acabar com isso. Porque é que nós tivemos a cobrança maior? Porque a Direção Geral que faz as contribuições e Impostos cobrou aquela parte, muitos até de recuperações atrasadas. Não foi a Câmara que cobrou, a Câmara não foi a cada um dos cidadãos, “pague cá o IMI”, não foi isso, a Câmara mandou os dados e portanto recebe de acordo com a cobrança que é feita e pela qual pagamos e bem, muito. Portanto, estão a confundir a Câmara com a cobrança para depois dizer: “os viseenses ainda pagaram mais do que no ano anterior” e depois dizer que praticamente não houve poupança nenhuma nas despesas correntes. Então, mas o IVA não foi uma realidade? A Câmara não paga mais IVA? O aumento dos combustíveis? Então não tivemos poupança? E de que maneira. Isto é não querer ver, mas isso, pronto. Depois um outro problema, eu depois acho piada é a esta forma de, parece que saíram daqui as pessoas todas, saíram daqui os jovens, os jovens foram todos daqui para fora. Quer dizer, Viseu tem mais gente. Se calhar até fui eu que mandei o João Paulo para Lisboa, só faltava essa, ou o Sócrates para Paris, só faltava essa, por amor de Deus. Então saíram daqui os jovens, os jovens saíram todos daqui de Viseu. Aumentamos a população e saem os jovens todos de Viseu. Vão ver os resultados do Censos, eu não os fabriquei. Então somos ou não das cidades mais jovens do País? Como Capital de Distrito apenas temos uma à nossa frente, que é Braga. Então para onde é que os jovens foram todos? Quais são os jovens? Então foram todos embora daqui? Foram alguns que tiveram atratividade noutros sítios e vieram outros para aqui. Eu, com frequência, recebo casais na Câmara que vieram para aqui viver e até se vêm apresentar e que dizem: “eu resolvi vir para aqui viver”. Mas isto não serve? Serve esta situação, que é curiosa, “é a cidade onde eu mais gosto de viver, mas aqui não se passa nada”, “é a cidade onde eu mais gosto de viver, mas é só arranjadinha, não tem cá mais nada”. Esta é uma contradição, isto é curioso, isto é demagogia, pura, barata. É uma cidade onde dá gosto viver porque estão cá criadas as condições, naturalmente que estão cá criadas as condições para as pessoas nascerem, viverem e morrerem com dignidade, é aquilo que a gente anda a dizer. Portanto é preciso que haja indústria. Então qual é a indústria de Nice? Tem o mar, aproveitou-o e nós aproveitámos o que cá temos. Os Senhores não ficavam muito mais preocupados se nós tivéssemos aqui tudo coberto com Parques Industriais e os cidadãos vivessem nos concelhos vizinhos? Eu ficava muito mais preocupado, eu fico muito mais descansado de viver aqui e eventualmente os meus munícipes irem ali ao lado. O cidadão que trabalhe, não vale a pena fugir ao nome, em Mangualde, demora menos tempo do que ir a Côta. Então eu tenho algum problema que ele vá trabalhar em Mangualde e venha viver para aqui? Fico preocupado com isso? Isto é, se ele fosse para Côta, não havia nenhum problema, trabalhava no concelho, vai para Mangualde, há um problema dos diabos, porque vai trabalhar fora do Concelho. Quero lá saber. E os cidadãos de Mangualde se calhar ao fim de semana até vêm para Viseu fazer as compras. Muito bem, qual é o problema? Agora outra coisa, eu gostaria que lessem os resultados do Censos, há uma coisa que é clara, Viseu não cresceu apenas com o despovoamento dos concelhos vizinhos, calma lá. Nós aproveitámos muito do despovoamento dos concelhos vizinhos, mas crescemos à custa de outras populações que vieram para aqui, o que não tem nada a ver com os concelhos vizinhos. Os resultados dos concelhos vizinhos não chegam e portanto eu acho, eu sei que as pessoas não gostam de ouvir isso, quando se diz o modelo está estafado, mas os Senhores andam a dizer que o modelo está estafado desde que eu fui eleito, desde mil novecentos e noventa, mas está sempre estafado? Sempre? Eu sei porque é que os Senhores estão agora a acentuar isto e também não vos fica muito bem, é por eu me ir



embora, porque se não, os Senhores tinham a resposta a seguir do tal modelo estafado. Eu ia-vos provar quem é que está estafado, outra vez. Agora é como: “agarrem-me que eu bato-lhes, agarrem-me primeiro”. Não vale a pena virem com essa situação e depois essa das teorias ... Olhe, eu queria dizer-lhe uma coisa, eu tenho muito respeito pela carreira docente, mas por amor de Deus, eu também andei a estudar lá e também leio aquilo que é possível, eu não me posso pôr de gatas a pensar que toda a gente é um deserto. Esse é o vosso problema, o vosso problema é que acham que quando Deus andou a distribuir a inteligência, só passou à vossa porta e não, passou à porta de todos, quem estava atento, também passou à minha. Eu se calhar podia ter tirado mais, mas tirei aquela que pude e sinto-me bem com a parte que me coube. Portanto, nada de pensar que a inteligência está só centrada em nós. As contas da Câmara, deixem-me dizer, eu fico espantado como é que e mais, eu tive esta conversa, não vale a pena, com os Vereadores socialistas na Câmara, eu sabia qual era a posição que iam tomar e nem perdemos grande tempo com essas coisas, apresentaram a proposta que tinham que apresentar, porque eu sei que há imposições partidárias que são superiores ao aspeto político, ao aspeto das contas e sabia o que é que ia dar. Agora, por mais voltas que lhe deem, estas contas, tomara eu que a maioria das instituições as tivesse, mais, o País não estava bem diferente se tivesse estas contas? Ah, com toda a certeza e depois os Senhores veem dizer: “ eu não gosto do financeiro”. Caramba, então os Senhores é que são os campeões do crescimento económico e do desenvolvimento. Onde é que arranjam isto? Isto é contra toda a teoria económica. Dizer que são as pessoas de esquerda a favor do desenvolvimento económico, do crescimento económico, isto contraria tudo o que a gente aprendeu nos livros. Mas qual é o vosso crescimento económico? Foi aqueles que nos impingiram? Foi aquele que a gente conheceu? Esse é que é os crescimentos económicos que queriam ver aplicado aos Municípios? Eu dispenso. Dispenso e já passei por muitas experienciardes, o nosso não tem solavancos. Já viram alguma vez aqui, é a vigésima segunda vez que apresento contas na Câmara, contas desequilibradas? Bem, isto diz pouco para quem está estafado. As contas estão equilibradinhas e posso dizer-lhe outra coisa, que está aqui de uma forma bem retratada nas contas da Câmara e penso que sintetiza aquilo que eu gostaria de deixar aos viseenses e que é assim: “qualquer que seja o horizonte temporal considerado, a estrutura patrimonial tem uma composição, um indicador de gestão, tesouraria, liquidez, sobre validade e autonomia que indiciam a salvaguarda da sustentabilidade institucional”. Está aqui a dizer, por qualquer ângulo que vejam as contas da Câmara, a instituição está salvaguardada, esta instituição não corre o risco de falência, bancarrota, nem desaparecimento e portanto eu espero sinceramente, não estou disponível para exportar estas lições. Não tenho que o fazer, mas também não estou, como dizia há bocadinho, disponível para receber lições de quem não tem nada para mostrar. Se eventualmente a vossa experiência anterior fosse de molde à gente lá ir copiar o modelo, mas os Senhores por onde passaram, a gente até lá ia, mas por amor de Deus, não se ponham aí no palanque a criticar, como que este já é um trabalho, deu-lhe o vento desse lado, correu assim, não. Por amor de Deus, nós na Câmara trabalhamos e enquanto eu lá estiver, trabalharemos assim até ai fim, com este ritmo. Quem chega à Câmara a horas, quem sai tarde, sem abrandar, fins de semana e portanto não vale a pena virem ... O resultado é este. Nós tivemos um corte de dez por cento nas receitas do Estado e conseguimos apenas que as receitas minorassem cinco por cento. Isto foi de quê? Foi de trabalho, foi de salvaguarda daquilo que são os interesses dos viseenses. Já agora uma outra coisa para não ... eu não sei se isto era hábito, isto é o nosso relatório de gestão. Já agora, vir aqui com essa teoria, o relatório de gestão da Câmara não tem lá nenhuma palavra para o Politécnico, isto é demagogia. Não tem nenhuma palavra para a Diocese e nós temos muita consideração pela Diocese, por amor de Deus, estamos a fazer o relatório de quê? Da nossa atividade. Possivelmente o relatório do Politécnico pode não ter nenhuma palavra para a Câmara. Mas isto é fatal e isto assim? É isto? É assim que se analisa, que eles alguma vez viram aqui o relatório de gestão de atividade feito desta maneira? Com esclarecimentos



em tudo, a Câmara mexeu em tudo e para não ser fastidioso, se calhar valia a pena era dizer quais foram as entidades envolvidas, onde é que a Câmara mexeu, em tudo, são quatro listas de setores de atividade, onde a Câmara mexeu. Bem, isto é pouco? Claramente, nós temos muito mais, é o que temos, de acordo com as contas equilibradas. Há uma coisa que eu vos asseguro, ainda outro dia ouvi alguém dizer que cada português deve, por força das contas do Estado, dezoito mil euros. Em Viseu não é por força das contas da Câmara que cada viseense deve X euros, não deve nada e portanto eu estou muito descansado em relação às contas da Câmara e mais, deixo aqui um grande agradecimento público aos Serviços, aos serviços da Câmara, porque sejam quais sejam os rácios que os Senhores analisarem, inclusivamente no balanço social, não vemos lá nenhum aumento. Andam aí nas bocas do mundo que as Câmaras vão reduzir agentes, depois vão reduzir pessoal, não é a Câmara de Viseu, a Câmara de Viseu não está em nenhuma dessas situações. Temos a estrutura de funcionários correta, os dirigentes corretos e portanto sem problemas com as contas. Estar a apoucar estas contas, eu sinceramente, parece-me demasiado, os Senhores farão como entenderem, eu já sei qual é o sentido da votação, não há nenhum problema, lido com isto há vinte e tal anos, mas isto é forçar, os Senhores só votam contra porque não têm outro remédio, fica-lhes mal votar a favor das contas da Câmara de Viseu? Porque eu tenho a certeza absoluta que em consciência votariam este relatório, enquanto viseenses votariam estas contas. Estas contas são do melhor que já tivemos, portanto não vejo aqui algum problema. Por exemplo, uma coisa que o João Paulo disse, que os Revisores de Contabilidade vieram dizer, mas que está assumida há muito tempo, que os bens da Câmara de Viseu estão pouco segurados. Isso foi uma assunção, inclusivamente dum governo socialista e correta na minha perspetiva, que dizia que as instituições podiam até prescindir de seguros, porque tinham capacidade para elas próprias se constituírem como seguradoras. Sabiam disso? Isto tem lógica, então um Município se tiver algum problema não terá ele e capacidade de se constituir como seguradora? Portanto esta “décalage” entre os bens segurados e aquilo resulta de uma Lei de orientação superior. Depois coisas que foram ditas, como por exemplo o Deputado do Bloco de Esquerda disse para cumprir as promessas. Bem, eu reuni com os promotores culturais, com os promotores desportivos e toda gente sabe quando é que a gente lhes vai pagar, mas valia a pena que esta Assembleia soubesse outra coisa, Senhor Presidente, é que nós só lhes podemos pagar a partir destas contas, desta aprovação de hoje e mais, só lhes podemos pagar porque não temos dívidas superiores a noventa dias e aí podemos recorrer aos resultados transitados, porque se por acaso não tivéssemos, ou se tivéssemos dívidas superiores a noventa dias, podiam eventualmente, eu disse isto aos clubes, bem podiam levantar a voz que não havia pagamento para ninguém. A Câmara vai fazê-lo porque pode, porque endireitou estas contas e é só por isso que o vai fazer. Portanto é bom que isto fique claro. Eu acho, Senhor Presidente, que a maior parte das outras intervenções foram coincidentes com aquilo que está no relatório e portanto eu não iria comentá-las, apenas fazer um realce àquilo que o Doutor Vicente aqui disse, que tem a ver com o investimento nas áreas sociais. Bem, o relatório de gestão é uma coisa que evidencia, se houve várias em que a Câmara e eu comecei por dizê-lo no resumo que fiz para dizer aqui que na Câmara foram as áreas sociais que levaram uma boa parte, a maioria do nosso orçamento portanto eu não sei, até aqui questionava-se que era só betão, que era não sei quantos mais, a cidade é bem arranjadinha, no físico e no espírito, porque nós gastamos com os jardins e eu gosto muito, mas gastámos também com as áreas sociais, com a Educação, com a Cultura, com o Ambiente e portanto eu não sei como fazer uma outra distribuição. Depois uma outra coisa que foi aqui solicitada e que eu gostaria de sossegar o Doutor Vicente, a Revista Beira-Alta e posso fazê-lo numa outra condição, é perfeitamente suportável pelas receitas da Assembleia Distrital, ela só não tem sido e tem tido alguns problemas, porque desde a morte do Doutor Alexandre Alves não temos um colaborador permanente, como era o Doutor Alexandre Alves e que fazia da Revista, digamos, um pouco a sua vida, que se disponibilize para fazer a Revista Beira-Alta. Se



houver alguém, já apareceu uma outra, mas depois também, se houver alguém dentro daquele perfil que é conhecido e felizmente em Viseu temos muita gente ligada à cultura que era capaz de o fazer, a Assembleia Distrital fica a agradecer e a aplaudir, para que a Revista Beira-Alta tenha a sua continuidade e nós estamos disponíveis. Já agora, uma outra coisa para terminar, se eu quisesse eventualmente dizer que Viseu tinha uma marca, eu arranjava-a com facilidade e não foi uma marca sequer que ocorresse no nosso tempo, já o disse aqui uma vez, Viseu é das poucas cidades portuguesas consideradas Capital do Vinho e da Vinha. Uma marca que foi reconhecida por uma organização internacional, pela FIMA, há muito tempo e portanto Viseu pode ostentar perfeitamente. Eu não sei se, eu acho que vale pouco a marca, se depois o que lá está dentro valer pouco. Podemos ir ali à Feira Semanal e comprar um Gucci, ou outra coisa qualquer e essa é a marca. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Tenho dois pedidos mais de esclarecimento. O Senhor Deputado Rui Santos e o Senhor Deputado João Paulo. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. Estamos na segunda ronda. -----

-VINTE E NOVE – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP): Senhor Presidente da Mesa. A razão da minha segunda intervenção, que tinha solicitado antes, na altura em que deu a palavra ao Senhor Presidente e não sofrendo com a sua intervenção, mas com a intervenção do Senhor Deputado Miguel Ginestal, Gonçalves Ginestal. São todos boas pessoas por quem tenho estima e consideração, a estima é igual para ti e para o teu irmão, não leves a mal a troca de nomes, mas gostei de te ouvir aqui, ouvir o Senhor Deputado dizer que gostava mais de ver o dinheiro aplicado nas escolas de Viseu, do que no Metro de Lisboa, ou do Porto, ou noutras obras. Acho que isso todos gostávamos mais de ver. Agora, quando vemos o desvario que foi a governação socialista nos anos anteriores, em que se aplicou nas escolas em festa, se aplicou nos metros em festa, se aplicou em todo o lado em festa, eu diria que assim era fácil governar e era fácil chegarmos onde chegámos e não nos podemos esquecer desses pormenores, sob pena de não sermos corretos nas análises que fazemos. Em relação à intervenção do Doutor Vicente, dizer-lhe que, independentemente de tudo, todos nós temos a nossa opinião. O Deputado Antunes disse que gostava de viver em Viseu, tem todo o direito de o dizer, mas também tem o direito de achar que isto poderia ser melhor do que é. Podia ser melhor do que é, não está tudo feito, também não é tudo rosas, é evidente que todos nós temos a noção de que a cidade evoluiu muito nos últimos vinte anos, temos a noção que a cidade está diferente, que é uma cidade que no fundo é atrativa, os números não mentem, ninguém pode escamotear, agora, há quem veja até à porta e há alguém que veja para além da porta. Se calhar temos que passar a olhar para o mais longe da porta ainda. Basicamente era isso que eu tinha para dizer. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Queria só pedir aos Senhores Deputados que no decorrer destas sessões mantenhamos o formalismo que ela tem que ter, tratamo-nos por tu até, aqui convém que nos tratemos de outra maneira. -----

-TRINTA – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente da Assembleia, digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores. Eu tomei algumas notas da intervenção do Senhor Presidente da Câmara no fim desta primeira ronda de debate destes dois Pontos que estão em discussão, da atividade municipal e das contas da Câmara e confesso que tenho de alinhar aqui umas quantas ideias para não parecerem muito difusas, porque o Senhor Presidente da Câmara, na resposta que deu, falhou um bocadinho. Mas isso também já é o jeito de nós, por estarmos muitos anos em convívio, também nos permite isto e é positivo, conhecermo-nos um pouco melhor. O Senhor Presidente da Câmara, estava eu a dizer, foi algo difuso nas respostas que deu, no sentido que as não deu, exatamente também, pessoalmente na minha intervenção, não as deu na ordem em que eu lhas coloquei, não tinha que dar, mas foi dando resposta a umas



coisas, resposta a outras, foi metendo o Churchill pelo caminho e eu queria tentar ser um pouco mais, até porque o tempo assim o exige, ser um bocadinho mais sintético e objetivo. Mas posso-lhe falar do Churchill. O Churchill é uma personagem que eu também admiro nalgumas vertentes, múltiplas aliás, que teve na sua vida, era um democrata. Eu não estou a dizer que o Senhor Presidente da Câmara não seja um democrata, mas a democracia é exatamente isto, há um Executivo da Câmara Municipal e há Partidos que foram eleitos com o voto do povo para estarem aqui e de eventualmente com perspetivas diferentes, mas isso engrandece o exercício que todos aqui fazemos. Eu acho sinceramente que o Senhor Presidente da Câmara que diz e legitimamente que tem tido e tem estado à frente de executivos notáveis na nossa cidade, também oé graças à oposição que têm, ou seja, a oposição também o ajuda a melhorar o seu desempenho, qualquer democrata tem que aceitar isto. Acho que é assim, nós estamos aqui com uma perspetiva eventualmente diferente nalguns casos, o que o Senhor Presidente da Câmara hoje aqui, depois tem o seu jeito de dizer as coisas, há vários Ministros das Finanças, há várias pessoas no Partido Socialista que estão aptas a fazer discussões de vários temas. Sim, não há problema nenhum nisso, qual é o problema? Estivemos aqui a falar do tema e eu coloquei-lhe algumas questões, Senhor Presidente de as respostas que entendeu dar a algumas das questões que eu levantei. E então o Deputado João Paulo Rebelo veio aqui e começou a sua intervenção, o Senhor é que é economista, eu não sou economista, sou gestor e tem muitos mais anos do que eu de contas auditadas e certificadas, deverá reconhecer que é normal que uma análise de contas comece a ser feita precisamente pela análise que o Revisor Oficial de Contas fez. E o Revisor Oficial de Contas diz efetivamente que as contas devem ser aprovadas, mas como qualquer pessoa minimamente por dentro do que é uma certificação de contas sabe, é que há reservas, há ênfases, há notas que são dadas pelo próprio Revisor de Contas e nalguns casos, (O Senhor Presidente da Mesa interrompe para dizer o seguinte: queira concluir Senhor Deputado), eu pedia só a compreensão ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de estarmos a discutir dois temas, no fundo dois Pontos no mesmo Ponto e que se me está a pedir para concluir, eu ainda não tinha sequer começado, temos aqui um problema, ou de facto há essa compreensão da Mesa para estarmos a discutir dois Pontos, ou eu só vou dizer, (O Senhor Presidente da Mesa interrompe para dizer o seguinte: a prova de que eu tenho sido extremamente contemporizador, está exatamente na sua primeira intervenção, em que excedeu quase quatro minutos do tempo que estava definido e fui contemporizador com isso, agora o que lhe estava a pedir é que de facto conclua). Senhor Presidente, o que lhe estou a pedir muito respeitosamente é que se eu fiz uma intervenção de catorze minutos, para os dois Pontos, em que teria direito a dez minutos em cada um deles, depende da perspetiva, posso ter poupado seis minutos à minha intervenção. (O Senhor Presidente da Mesa interrompe para dizer o seguinte: Senhor Deputado faça o favor, pode concluir). Bom, então eu vou tentar concluir. Senhor Presidente da Câmara, falei-lhe da inventariação, no fundo queria um esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara. Podemos dizer que deu um esclarecimento, a tarefa é difícil, a tarefa é hercúlea, obviamente que qualquer pessoa entende, o inventário é muitas vezes difícil de fazer numa pequena empresa, quanto mais para uma Câmara Municipal. Repare, eu não lhe fiz uma enorme crítica a isso, eu pedi-lhe para nos dar um ponto de situação, o Senhor Presidente disse que estão a trabalhar, estamos a fazer. Não deixo de ter razão ao dizer que já em noventa e oito, eu sei que foi o interlocutor da Associação Nacional de Municípios da altura e que até foi dizendo que a Câmara Municipal de Viseu até estava muito adiantada nalguns processos e portanto estaria em boas condições e é um facto o que eu disse e é verificável, é que dez anos depois não temos, é uma tarefa difícil, o Senhor Presidente já explicou e está em andamento, era o que eu queria saber. Relativamente aos seguros, respondeu também, disse: “até o posso fazer”. Eu fico preocupado, enquanto viseense e enquanto Membro desta Assembleia e mais uma vez tenho que citar o ROC, quando ele diz, nomeadamente: “que na prossecução das tarefas essenciais da Câmara Municipal, podem vir a estar em causa”,



com o tal futuro incerto e outras coisas que a gente sabe que podem vir a acontecer. As contas, Senhor Presidente, eu disse no início as contas da Câmara Municipal de Viseu não são más, as contas da Câmara Municipal de Viseu podem até, de alguma maneira, ser dadas como exemplo em muitos dos municípios do País, o que não quer dizer que nós tenhamos de estar todos aqui a dar salvas e vivas às contas da Câmara Municipal, sobretudo quando votamos um relatório, como eu lhe disse, que não são só de contas que estamos a falar, estamos a falar de pessoas, estamos a falar de políticas e há coisas que o Partido Socialista gostaria de ter visto vertidas neste relatório que não estão, nomeadamente a maior preocupação com o emprego, sim, a maior preocupação com a industrialização, sim. O problema, Senhor Presidente, não é de Viseu, o problema é de Viseu e é de Mangualde e é de Nelas e é de São Pedro do Sul, o problema é do interior, como o Senhor diz várias vezes, até em fóruns nacionais e tem toda a razão, acompanho isso, o problema é do interior, não é só de Viseu. O Senhor Presidente diz qual é o problema, então há emprego em Mangualde, há emprego em Nelas, vivem cá em Viseu, pois, mas qualquer dia se calhar nem em Mangualde, qualquer dia se calhar nem em Nelas e depois como em Viseu já não há, aí é que é o verdadeiro problema. Esta é a nossa preocupação, a nossa preocupação é de facto dar aqui um contributo e termino efetivamente Senhor Presidente da Assembleia, dizendo que há evolução no Partido Socialista e isso tem sido bem claro, julgo eu e o Senhor Presidente da Câmara devia reconhecer-lo também aqui, sobretudo neste último mandato em que estão aqui estes Deputados do Partido Socialista. A abstenção nas contas não é reprová-las, nós não votamos contra as contas, nós abtemo-nos pelos motivos que já aqui enunciamos. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Eu relembro que o regimento é para cumprir e mesmo utilizando o tal critério que o Senhor Deputado há bocado estava, que veio defender, excedeu em três minutos o cúmulo dos dois tempos. Portanto, a Mesa foi de facto extremamente benevolente sob o ponto de vista da condução dos trabalhos. Senhor Presidente da Câmara, serei igualmente benevolente. -----

-TRINTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA: Muito rapidamente Senhor Presidente, eu não sei aquela história do democrata e não sei se alguém consegue ganhar eleições seis vezes sem ser democrata. É evidente que cada um terá o conceito que entende. Diz que a oposição também ajuda, eu não quero interferir no Partido Socialista, até porque neste último mandato eu tenho a sorte de ter uma oposição que se replicou, isto é, eu comecei com uma oposição, substituíram a oposição, já vou noutra oposição e felizmente estou muito satisfeito, muito sinceramente, não há nenhuma ironia nisto, com a oposição que tenho na Câmara, porque de facto posso dizer que foi, destes seis mandatos, da oposição mais colaborante que tive e colaborante não tem nada a ver com subserviência nenhuma, mas colaborantes, os dois Vereadores que tem o Partido Socialista, até hoje têm-se mostrado extremamente colaborantes, não prescindindo em nada da sua autonomia, é testemunha o Vereador que está aqui. Agora, aquilo que eu lhe disse foi outra coisa, o João Paulo veio dizer uma coisa, mas é algum mal começar com as citações do ROC? Eu disse que não, eu digo é que é mal fazer algumas citações do ROC e depois não chegar à conclusão. Isto é que eu acho mal, quer dizer, então imaginem que eu estava aqui a fazer as citações de alguém, perdoem-me as Senhoras mas eu vou ter o cuidado, alguém que tinha pedido a alguma Senhora para casar e fazia-lhe aqui uma série de reservas e depois dizia-lhe que era uma Senhora ótima e agradável para casar, depois chegava ao fim, depois destas conclusões todas, não casava, abstinha-se. Então, mas como é que é isto? Então o ROC o que diz é que há aqui problemas, mas há aqui estes, estes e estes, mas a Assembleia, proponho que votem. Então o que é que eu achei que o João Paulo fez? Fez o exercício do que o ROC de certo modo discordou, onde pôs algumas reservas e depois na conclusão, que era o mais importante, quando era para dizer: “casem”, o Senhor: “não, agora não quero, abstenho-me”. Isto é correto? Fiz-lhe apenas este reparo, ou então não vinha a sugerir, não vinha invocar as declarações do ROC. O



ROC diz isto, mas nós, sabem que quem é importante para nós e eu sou um defensor dos ROC's nas autarquias e nas instituições, mesmo quando à vezes tenho toda a liberdade para discordar deles, agora, o que eu faço é isto, o João Paulo o que está a falar era de um documento que eu tenho aqui, a minha obrigação é agarrar nisto e ler o que está aqui e ver, o ROC aqui tem razão e eu corrijo, o ROC aqui não tem razão e eu digo ao ROC: “olhe, apesar de achar que está aqui, acho que não concordo consigo. Esta dos seguros é uma das coisas que vou discutir com o ROC, exatamente porque tenho esta informação e que eu acho correta. Os serviços, sobretudo aqueles com dimensão, não têm necessidade de fazerem seguros com tudo e este é o meu exercício. Sabem qual é o grande problema das instituições? É não fazerem uma coisa que os economistas aprendem logo no primeiro ano, é fazer a análise dos desvios, esse é o problema das instituições, o problema das instituições é aquilo que agora fazem aqui, nunca mais analisam. Nós, enquanto eu tiver responsabilidades na Câmara, não faremos isso. O que vamos ver é o que correu mal em cada ano e o que é que podemos melhorar. Isto é que é, na minha perspectiva, fazer corretamente e quanto a essa declaração de que há evolução no Partido Socialista, eu espero que sim e bem precisam, diga-se de passagem. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Chegamos então ao fim deste Ponto Oito, que passou a Ponto Dois e iria submeter à votação o Relatório de Gestão e os Documentos Financeiros da Câmara e dos Serviços Municipalizados, referentes ao exercício económico de dois mil e onze. *Foram aprovados com quarenta e quatro votos a favor, onze abstenções e um voto contra.* Ainda temos algum tempo iríamos passar já ao Ponto Três e Quatro, que iríamos tratar também em conjunto. Ponto Três – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “**GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU PARA 2012 – REVISAO Nº UM**”, Ponto Quatro – “Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “**GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2012- REVISAO Nº UM**”. Dava então a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para a apresentação dos dois Pontos. -----

-TRINTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA: Senhor Presidente, Senhores Deputados. Tanto num como noutra caso, estes pedidos de revisão são virtuosos, porque estamos a pedir para se fazer revisões, porque a evolução, nomeadamente em relação a um equipamento que achamos estruturante, eu não sei se já referi isto nesta Assembleia, mas se não o referi, vou faze-lo agora. É um equipamento que vai dar resposta cabal a todos, o tratamento de afluentes do Concelho e que com toda a certeza e isto para mim tem algum significado, eu vou iniciar e que nunca inaugurarei. Portanto, a quem eventualmente achou que este Presidente da Câmara só tinha problemas com as obras que ia iniciar e que as inauguraria, cá está uma obra, talvez a maior obra que se vai fazer em Viseu e que eu com certeza, espero que alguém me convide para a inauguração, não é que faça disso, mas que com toda a certeza estarei, não como Presidente da Câmara, na inauguração. Portanto é para fazer esta obra e outras que têm a ver com a RUCI, portanto com a Regeneração Urbana que, quer os Serviços quer a Câmara, pedem esta revisão. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se alguém se quer pronunciar sobre estes dois Pontos? Estamos a falar do antigo Ponto Dois e do antigo Ponto Três, que agora são os Pontos Três e Quatro, para que fique claro. Senhor Deputado João Paulo. -----

-TRINTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Vou poupar os meus cumprimentos Senhor Presidente, para dizer três coisas. A primeira é que eu estou convencido que esta Assembleia vai terminar antes da hora de almoço e portanto acalmar as pessoas, relativamente à última coisa que eu vou dizer. A segunda coisa que tenho para dizer é que o Partido Socialista vai votar favoravelmente estas duas revisões orçamentais propostas. A terceira e era aqui que pedia calma, eu tenho



que voltar à história do ROC, mas vai ser muito rapidamente para lhe dizer, porque tem que ficar esclarecido. Nós votámos o relatório e contas, as contas são uma coisa, dizia eu, Senhor Presidente, no último parágrafo do Revisor Oficial de Contas propõe à votação e aprovação das contas, fazendo as reservas para trás, em que diz: “tirando estas reservas que temos, que não podemos aferir das implicações que têm, nomeadamente nas demonstrações financeiras, no fundo é a salvaguarda. É um bocadinho como os juristas que dizem: “salvo melhor opinião”, quer dizer, nós temos esta, mas se houver outra, enfim, estarmos cem por cento seguros aqui, como não estão todos os imóveis da Câmara Municipal. Concluindo, relatório e contas, nas contas a nossa apreciação foi feita, no relatório a nossa apreciação também foi feita e o balanço, se quiser, é dado extensão no conjunto destas duas vertentes que são analisadas, no fundo, da atividade da Câmara Municipal. Muito obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

-TRINTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP): Para dizer rapidamente duas coisas Senhor Presidente da Mesa, dispensando-me os cumprimentos. Primeiro dizer que o CDS votará favoravelmente, aliás votámos favoravelmente o orçamento para dois mil e doze, não faria sentido agora, em função da matéria que nos trás, ter outra posição diferente e a outra é para dizer ao Senhor Presidente que se o Presidente for do CDS/PP com certeza que o convidará para a inauguração da obra. Obrigado. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Não tenho mais nenhuma inscrição, vou passar à votação. Ah, o Senhor Presidente quer responder? Faça o favor. -----

-TRINTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA: é muito rapidamente Senhor Presidente. Para que não fiquem dúvidas, o que diz o ROC sobre as contas não é, tirem isto e aprovem as contas, isto é, eu estou muito habituado na Associação de Municípios a dar pareceres e dizer-vos isto, se estas reservas forem cumpridas, aprovem. Não é isso que ele diz, ele diz que mesmo com estas reservas, solicitamos a aprovação, que é diferente. É aprovem, apesar destas reservas. O que o João Paulo disse aqui foi uma mistificação. O Revisor diz: “aprovem, mas com estas reservas, se as tirarem fica tudo bem”. Não é isso que ele diz, eu vou ler o está cá: “no anteriormente exposto, somos do parecer que a Assembleia deve, em relação aos documentos apresentados pelo Órgão Executivo, aprovar o relatório de gestão e as contas referentes ao exercício de dois mil e onze, com as reservas e as ênfases apresentadas na certificação de contas”. O que diz é, com estas reservas, mas aprovem. Portanto que não fiquem dúvidas nenhuma. Por ultimo, é só um agradecimento, eu não sei até que idade eu vou viver, mas se passar dos cem anos, sei lá, talvez o CDS me convide. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Tem a palavra Senhor Deputado. -----

TRINTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP): -----*(Esta intervenção não está audível)*.-----

-TRINTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA: Senhor Presidente, sinceramente, eu acho que a gente não fala no mesmo registo, quer dizer, alguém tem este desprante? Se eu fosse candidato outra vez à Câmara, como é que reagia? Quer dizer, alguém tem o desprante de dizer assim: “olhe, no próximo mandato somos nós que estamos a dirigir a Câmara, portanto nós convidamo-lo”. Diz isto até com alguma ironia e depois fica extremamente sensibilizado, chocado pelo Presidente da Câmara, no mesmo tom, dizer: olhe, se eu durar até aos cem anos ... Bem, eu até penso que se durasse toda a vida, achava que o CDS não devia governar a Câmara, mas esta é a minha opinião e digo-lhes isto com a maior das serenidades. Já agora, uma outra coisa, também disse coisas que nunca me tinha dito e aproveitou para me dizer e eu percebo agora porque é que nós somos coligação a nível nacional e aqui somos oposição. -----



-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Dou a palavra à Senhora Deputada Elisabete Farreca. -----

-TRINTA E OITO – SENHORA DEPUTADA ELISABETE MARIA DE ALMEIDA

JESUS FARRECA (PSD): Senhor Presidente e demais Membros da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Colegas Deputados desta Assembleia, Senhores Jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores. Agora aqui num registo mais leve, gostaria de começar esta minha intervenção por desmistificar uma ideia, um pouco generalizada, de que as Revisões Orçamentais ocorrem porque anteriormente não houve rigor na elaboração dos respetivos documentos previsionais. Estes documentos, por serem previsionais e elaborados com alguma antecipação, refletem os elementos e as informações que na altura estão disponíveis. Como todos sabemos, a realidade é bastante dinâmica e como tal, os mesmos documentos, ao longo da sua execução, necessitam de algumas modificações ou adaptações para se tornarem exequíveis. Não sendo isto sinónimo de falta de rigor ou de menos atenção na sua construção. Entendo que também é do conhecimento de todos os membros desta Assembleia, que quando essas modificações não envolvem o aumento global da despesa, são meras alterações da estrita competência da Câmara Municipal, delegável no seu Presidente. Porém, e neste caso concreto, como se pretende aumentar o valor global da despesa prevista no Orçamento e nas GOP, torna-se necessário proceder a uma revisão, cuja competência para a aprovar passa a ser da Assembleia Municipal. Cumpre-me, igualmente, realçar que a maioria das revisões podem e devem ser consideradas benéficas, como é notoriamente o caso. Assim, com a revisão agora proposta há uma evidente intenção de reforçar alguns dos investimentos previstos nas GOP. Este facto é importante, não só, para a melhoria da qualidade de vida dos viseenses, mas também e simultaneamente, como uma forma de revitalizar a atividade económica. Os reforços propostos consubstanciam assim um esforço do investimento a realizar em áreas cruciais para o desenvolvimento do Concelho, como: a Educação, através da requalificação da Escola da Avenida, a construção do Centro Escolar da Ribeira, a construção do Centro Escolar Viseu Estrela e do Centro Escolar João de Barros; o Saneamento, com um aumento da transferência de verba para a realização de obras pelos Serviços Municipalizados; a Indústria e Energia, para aplicar na construção do Tecnopolis - Parque Empresarial de Campo/Lordosa, incluindo a necessária aquisição de terrenos para o efeito e a Habitação Social, com a reconversão e requalificação do Bairro Municipal. No total, esta revisão preconiza um aumento do valor das despesas previstas nas GOP, e consequentemente no Orçamento, que ascende a um milhão e oitocentos mil euros. O aumento da despesa indicado implica, necessariamente, um reforço equivalente do lado da receita. Esta situação leva-me a salientar um outro aspeto que considero importante e merecedor de destaque. Tal como refere o POCAL, na revisão do orçamento uma das contrapartidas que pode ser utilizada como receita para fazer face ao aumento da despesa é o saldo apurado da gerência anterior, para além de outras receitas que a lei também prevê. A existência de um saldo da gerência anterior, que no caso do Município de Viseu é superior a oito milhões e meio de euros, é sintomático de uma gestão eficiente e rigorosa por parte do Executivo Municipal, desde há vários anos. Só assim é possível, neste período de evidente crise económica e financeira, poder continuar e mesmo reforçar os investimentos públicos do Município de Viseu, em prol do seu desenvolvimento e do bem-estar da sua população, o que, de certo modo, vai em contraciclo ao que se passa no resto do País. Neste contexto, consideramos que o voto favorável dos Membros desta Assembleia no ponto em apreço é, para além de útil, uma aposta clara na melhoria contínua do Município e, como já referi anteriormente, na qualidade de vida dos viseenses. Muito obrigada. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Pergunto se há mais alguém que queira intervir nesta matéria? Senhor Presidente da Câmara, não sei se quer responder a mais alguma questão? Então vamos passar à votação.



Vamos votar o Ponto Três que era o antigo Ponto Dois, as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Saneamento e Piscinas de Viseu para dois mil e doze – Revisão nº um. Aprovado por unanimidade. Vamos passar agora à votação do Ponto Quatro, antigo Ponto Três – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Viseu para dois mil e doze – Revisão nº um. Aprovado por unanimidade. Passamos então ao Ponto Cinco, antigo Ponto Quatro – Aprovação, votação e autorização prévia sobre ”SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE INERTES – AREIA E TOUT-VENANT PARA O ANO DE DOIS MIL E DOZE”. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar. -----

-TRINTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA: Senhor Presidente, a este Ponto, como aos que se seguem, eu farei o mesmo comentário. Tem a ver com a imposição legal da Lei dos Compromissos que obriga a vir à Assembleia. Portanto, tem apenas a ver com isso, uma série de pontos que indicam na Lei número oito de dois mil e doze, tem a ver com esta obrigação da Assembleia se pronunciar sobre estas decisões. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se querem pronunciar sobre este Ponto? Não tenho nenhum pedido nesse sentido. Vou pôr à votação. Aprovado por unanimidade. Passamos ao Ponto Seis, antigo Ponto Cinco – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre ”CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO CONCELHO DE VISEU”. Dou a palavra ao Senhor Presidente. -----

-QUARENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA: Senhor Presidente, aqui gostaria de dar uma explicação, embora muito rápida. Tem a ver com o seguinte, o concurso na Associação a que pertencemos, o Planalto Beirão, está a caducar. Muito por força também da posição da Câmara Municipal de Viseu está a decorrer um concurso nessa Associação, mas a Câmara, por uma questão de precaução, porque podíamos correr o risco de chegar ao final do mês de vigência do contrato, decidiu também fazer um concurso e portanto por uma questão de precaução, porquanto não podíamos chegar ao final do prazo e eventualmente ficar descalços. Mas também gostaria de dizer que fazemo-lo na convicção de que a partir de agora a recolha de resíduos há de ser mais barata. Nós pagávamos e pagamos até agora o valor mais caro do País e portanto temos indicações de que com estes concursos, naturalmente vamos poupar algum dinheiro por tonelada, dinheiro significativo e eu lembrava apenas que a realidade nesta Associação é diversa e o Município de Viseu tem esta característica, qualquer coisa que poupe tem um multiplicador enorme, já que, como é sabido, nós produzimos cerca de cem toneladas /dia de resíduos sólidos e qualquer poupança que haja por tonelada tem logo um efeito multiplicador enorme. Portanto nós pensamos e é apenas uma estimativa pela qual não me comprometo, mas pelo menos, baixarmos mais de dez euros por tonelada, o que tem, como imaginam, um valor impressionante nas contas da Câmara e espero de grande poupança. -

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se alguma das Senhoras Deputadas ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre este Ponto? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou passar à votação. Aprovado por unanimidade. Passamos agora ao Ponto Sete, antigo Ponto Seis - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre ”JUIZES SOCIAIS – TRIBUNAIS DE MENORES – ORGANIZAÇÃO DE CANDIDATURA”. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar. Considera-se feita através do documento enviado. Pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta matéria? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou passar à votação. Aprovado por unanimidade. Passamos agora ao Ponto Oito, antigo Ponto Sete – Apreciação, votação e autorização prévia sobre “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – SERVIÇO BANCÁRIO – COMISSÃO POR GARANTIA BANCÁRIA”. Também com a justificação que o Senhor



Presidente da Câmara já deu há pouco, trata-se da aplicação da Lei número oito de dois mil e doze. Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta matéria? Não tenho nenhum pedido nesse sentido, vou passar à votação. *Aprovado por unanimidade.* Passamos agora ao Ponto Nove - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre **“SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, SANEAMENTO E PISCINAS DE VISEU – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES FIXAS – RENEGOCIAÇÃO DO ATUAL CONTRATO EM VIGOR COM A PT”**, também com o mesmo objetivo da aplicação da Lei número oito de dois mil e doze. Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar? Não tenho pedidos nesse sentido, vou passar à votação. *Aprovado por unanimidade.* Passamos agora ao último Ponto, o Ponto Dez - Apreciação, votação e autorização prévia sobre **“AÇÃO SOCIAL, FAMÍLIA E SOLIDARIEDADE – HABISOLVIS, E.M. EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL DE VISEU - DECLARAÇÃO – ARTIGO DÉCIMO QUINTO DA LEI OITO/DOIS MIL E DOZE DE VINTE E UM DE FEVEREIRO”**. Pergunto se alguém se quer pronunciar? Senhora Deputada tem a palavra. -----

-QUARENTA E UM – SENHORA DEPUTADA FLORBELA DE ALMEIDA CORREIA SOUTINHO (PSD): De acordo com a legislação em vigor, cabe a esta Assembleia autorizar a assunção de compromissos plurianuais, quando, e passo a citar “envolvam entidades da administração local”. Ora, eu referencio, nesta intervenção, a importância do programa de habitação social desenvolvido pela HABISOLVIS, cujo objeto envolve a gestão social, patrimonial e financeira dos empreendimentos e fogos de habitação social, nomeadamente nos bairros municipais da Cadeia, Balsa, Paradinha e Quinta da Pomba, fazendo um total de quatrocentas habitações, e dezasseis frações noutros bairros como o da Fundação Salazar, o Bairro 1º de maio, a Calçada Viriato e Marzovelos. Tendo a HABISOLVIS em curso a reabilitação dos bairros sociais, tal representa um esforço de novecentos mil euros. Como é do conhecimento de todos, a política de Ação Social do Município de Viseu, tendo por objetivo prestar apoio aos munícipes que se encontrem em situação de vulnerabilidade pessoal, social e/ou material, apresenta vários programas, e passo a enumerar: Viseu Solidário, através do qual procede ao acompanhamento social e presta apoio no âmbito da alimentação, habitação, educação, saúde, entre outros. Face às contrariedades económico-financeiras, em dois mil e nove, aquele programa de apoio foi reforçado com o Plano de Apoio a Pessoas e Famílias, estabelecendo-se os escalões de apoio; o apoio alimentar que se traduz no fornecimento de refeições diárias a pessoas e famílias com carências sócio/económicas, mais ou menos setenta por dia, utilizando a rede de equipamentos sociais do concelho); o apoio no âmbito da saúde, que se traduz, designadamente, no pagamento de medicação, tratamentos dentários, aquisição de óculos. O programa PROHABIT, apoio prestado no âmbito da habitação, visando a sua recuperação em termos de higiene, segurança e conforto. O apoio é prestado através da elaboração de projetos de construção e apoio financeiro para execução de obras tendo em vista construir/reconstruir/requalificar as habitações, conforme Regulamento Municipal. O programa Naturalmente Solidário, em fase de implementação, projeto que assenta no Voluntariado, visando o acompanhamento social dos seniores do Concelho de Viseu que se encontrem em situação de isolamento e solidão; a colaboração nas várias atividades desenvolvidas pelas instituições de apoio à terceira idade do concelho; o apoio a atividades e ações sociais, culturais e desportivas promovidas pelo Município. Tendo em vista o fomento ao Emprego, o Município possui um Gabinete de Inserção Profissional, o GIP, que visa apoiar jovens e adultos em situação de desemprego, em articulação com o Instituto de Emprego. De referir ainda a rede social que, numa congregação de esforços dos vários parceiros sociais, tem em vista a definição de estratégias de intervenção que possam contribuir para a erradicação da pobreza e exclusão social. Constituída pelo órgão executivo, CLAS - Conselho Local de Ação Social e pelas Comissões Sociais de Freguesia, realizou debates nas várias sessões plenárias subordinados a vários temas da área social,



tais como Comércio Justo, Paradigma da Habitação Social, Perturbações do Espectro do Autismo, Envelhecimento Ativo, Emprego, Luta contra a Pobreza, entre outros. Elaborou o Pré-diagnóstico, e posteriormente o Diagnóstico Social do Concelho de Viseu, base do Plano de Desenvolvimento Social em fase de conclusão. Pelo exposto, propõe-se a aprovação da Declaração, de acordo com o artigo décimo quinto da Lei n.º 8/2012 de vinte e um de fevereiro sobre a Ação Social, Família e Solidariedade – Habisolvis, Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu. -----

-MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Pergunto se mais alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar? Senhor Presidente da Câmara, não sei se quer dizer alguma coisa? Então nesse caso vamos passar à votação deste Ponto Dez. *Aprovado por unanimidade.* Nos termos regimentais, este seria o Período dedicado ao Público. Tínhamos uma inscrição, mas o nosso concidadão desistiu de solicitar o uso da palavra, pelo que não tenho mais nenhum Ponto a tratar, dou por concluídos os trabalhos. Muito obrigado pela vossa colaboração e um resto de bom dia e bom almoço. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às treze horas e trinta e dois minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
COMEMORATIVA DO VINTE E CINCO DE
ABRIL DE DOIS MILE DOZE**

----- No dia vinte e cinco de abril de dois mil e doze, teve lugar, no Regimento de Infantaria de Viseu, a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, Comemorativa do XXXVIII Aniversário do 25 de Abril, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Florbela de Almeida Correia Coutinho (justificada), José António Santos Esteves Correia (justificada), José dos Santos Costa (justificada), Manuel de Almeida Pereira (justificada), Marco Alexandre Ferreira Rodrigues (justificada), Rui Alexandre Rodrigues dos Santos (justificada), Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida, Carlos Fernando Ermida Rebelo, Daniela Filipa Cardoso Pereira, Manuel de Abreu Lameira, Patrícia Alexandra Almeida Monteiro, Pedro Agostinho da Silva B. M. Antunes e Tiago André de Andrade Coelho Pinhel. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão, dizendo o seguinte: Então muito bom dia a todos, está aberta a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, comemorativa do trigésimo oitavo aniversário do Vinte e Cinco de abril. Começava por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, agradecendo desde já a sua presença, os Senhores Vereadores, cumprimentar também o Senhor Comandante do Regimento de Infantaria de Viseu, cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, todos os nossos Convidados. Aqui uma palavra especial para uns convidados mais novos que temos hoje entre nós, alunos do Agrupamento da Escola Infante D. Henrique de Jogueiros, do Agrupamento da Escola Grão-Vasco da Ribeira e do Colégio da Via-Sacra, porque tomámos a iniciativa de convidar os agrupamentos envolvidos na Assembleia Municipal Infantil que vai decorrer no próximo mês e, como sabem, também terá como tema o papel do Regimento de Infantaria de Viseu no Vinte e Cinco de abril e na construção da democracia. Como sabem também, esta Sessão irá decorrer da forma habitual, com os Partidos a usarem da palavra no início da Sessão, eu depois próprio também usarei da palavra e convidei o Senhor Comandante do Regimento de Infantaria para depois nos fazer uma preleção sobre o papel que hoje tem o Regimento de Infantaria de Viseu, não só no contexto local, nacional, mas também internacional. E antes de mais, convidaria o Senhor Comandante a dar as boas vindas, porque estamos nesta sua/nossa casa e portanto convidava-o a dar as boas vindas aos presentes. -----

-UM – O SENHOR COMANDANTE DO REGIMENTO DE INFANTARIA DE VISEU: Então muito bom dia a todos, bem-vindos ao Regimento de Infantaria Catorze, a esta vossa casa, a esta Instituição da cidade de Viseu. É com muito gosto que os recebemos aqui para esta Sessão Extraordinária comemorativa do trigésimo oitavo aniversário do Vinte e Cinco de abril. Pese embora as condições meteorológicas não serem muito convidativas, eu espero que possamos passar aqui uma manhã muito agradável. Para nós é uma honra, é um privilégio e é um gosto participar nesta sessão solene. Bem-vindos e espero que passem uns momentos agradáveis na nossa companhia. Obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Comandante. Desde já, na sua pessoa, cumprimento todas as mulheres e homens que servem aqui neste Regimento e desde já agradecemos a disponibilidade manifestada, bem como lhe pedia que



endereçasse ao Senhor General C.E.M.E. (Chefe do Estado Maior do Exército) também os nossos agradecimentos pela forma muito disponível como desde logo se prontificou a receber esta magnífica iniciativa aqui no Regimento de Infantaria. Iríamos então dar início às intervenções dos Partidos Políticos, cumprindo o Ponto Um da nossa Ordem de Trabalhos. Dou a palavra ao Senhor representante do Bloco de Esquerda. -----
-DOIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE): Bom dia a todos, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, Senhor Comandante do Regimento de Infantaria de Viseu e restantes Convidados, minhas Senhoras e meus Senhores. Antes de mais, permitam-me que dedique esta intervenção à memória do meu camarada Miguel Portas, fundador e dirigente do Bloco de Esquerda, economista, jornalista, fundador da revista Vida Mundial e de um dos mais inovadores projetos da história da imprensa em Portugal, o Semanário Já, investigador e divulgador da história dos povos ligados pelo Mediterrâneo, que faleceu ontem num Hospital de Antuérpia, vítima de cancro de pulmão, doença que não o impediu de cumprir até ao fim as suas responsabilidades de Deputado Europeu, tinha entre mãos o Relatório do Parlamento Europeu sobre as contas do Banco Central Europeu. Mas evocar Miguel Portas é também honrar o seu passado de lutador antifascista, foi preso aos quinze anos, no limiar da militância comunista. A ele e a milhares de outros como ele, devemos nós hoje a liberdade. Permitam-me ainda que partilhe convosco a emoção que experimentei ao ouvir a crónica que Miguel Portas gravou para a Antena Um, em direto da Praça Sintagma, em Atenas, para onde viajara para ver na Grécia o futuro de Portugal, armadilhado pela austeridade e pela perda de soberania e de onde nos transmitiu este facto extraordinário, que escapara à profusão de notícias e comentários com que os “media” nos atafulham o cérebro com informação seletiva: quatrocentos operários de uma fábrica de produção de aço mantinham-se em greve há cento e dezassete dias, em solidariedade com sessenta e cinco camaradas despedidos, exigindo a sua readmissão. À pergunta do eurodeputado como aguentavam cento e dezassete dias de greve numa situação de tamanha austeridade, os operários responderam que só sobreviviam graças à comida, bens e dinheiro que lhes mandavam os seus camaradas de outras fábricas metalúrgicas, organizados em comités de solidariedade. Extraordinário, não é? Pois foram exemplos de solidariedade, tão extraordinários como este, que fizeram da Revolução de Vinte e Cinco de abril um período único e inesquecível na vida de muitos portugueses. Hoje, a solidariedade, neste sentido de mobilização coletiva ao serviço da comunidade, passou a ser considerada subversiva, como prova o triste e inadmissível despejo, com recurso a desproporcionada força policial, solicitada pelo autoritário Presidente da Câmara do Porto, dos ocupantes da Escola da Fontinha, abandonada há seis anos, e onde, desde abril do ano passado, funcionava um projeto sócio-cultural, com voluntários de todas as idades, embora jovens na maioria, que depois de limparem e recuperarem o edifício vandalizado, prestavam apoio a uma comunidade carenciada, jovens e idosos, com atividades lúdicas e pedagógicas, tais como ioga, xadrez, capoeira, música, laboratório de fotografia, teatro, artesanato, aulas de português, espanhol, alemão e inglês, apoio nos trabalhos de casa das crianças e preparação de refeições para muitas dezenas de adultos e crianças retiradas da rua e da fome, graças à solidariedade de mercearias e comerciantes locais. Na comemoração de mais um aniversário do Vinte e Cinco de abril, ocorre perguntar se terá de ser apenas “mais um”, como se estivéssemos aqui no cumprimento de um mero ritual em risco de extinção, poupado, por enquanto, pela transigência de um governo apostado em cortar não só direitos, salários, subsídios, pensões, férias, mas também feriados religiosos e civis, mais destes que daqueles, apesar da laica República. Há tinta e oito anos, o golpe militar do MFA, mais não pretendia - e já não era pouco - do que derrubar a ditadura que transformara Portugal num país atrasado, analfabeto e amordaçado, para acabar com a guerra colonial, na iminência de uma derrota que ao fim



de treze anos, provocou, só do lado português, cerca de dez mil mortos, quinze mil deficientes físicos e calcula-se que cem mil vítimas de stress de guerra. Mas o povo português, aproveitando o balanço e a brecha na muralha do Estado, ousou catapultar-se para uma revolução política, social e cultural. A Revolução derrubou a ordem social estabelecida, transformou as forças armadas em movimento armado revolucionário, ilustrado nas palavras de ordem “Nem mais um só soldado para as colónias!” e “Soldados sempre, sempre ao lado do Povo!”, obrigou a Junta de Salvação Nacional a libertar todos os presos políticos, a extinguir a PIDE, Spínola já tinha nomeado um novo Diretor-Geral e a consumir a descolonização ao fim de quinhentos anos de escravatura e colonialismo saqueador e racista. O povo português, com o apoio dos “filhos do povo fardados”, derrotou os golpes contrarrevolucionários da direita e extrema-direita spínolista a vinte e oito de setembro de mil, novecentos e setenta e quatro e onze de março de mil novecentos e setenta e cinco. Spínola foge para a Suíça de onde é expulso por armar e organizar os bombistas do MDLP, que espalharam terror e morte de Norte e Sul de Portugal. Mas a Revolução haveria de sucumbir à armadilha do vinte e cinco de novembro que levaria à prisão de centenas de militares de abril, como Mário Tomé, Otelo, Campos de Andrade e muitos outros, poria fim à Revolução ao fim de uns longos seiscentos dias. A partir daí foi o que se viu: a transformação paulatina de Portugal no País com os pobres mais pobres e os ricos mais ricos da Europa. Uma “elite” política que se alterna no poder, num novo “rotativismo” gerador de corrupção, uma Justiça cega e paralítica, velhos e novos capitalistas que mamaram e desbarataram os fundos europeus em vez de os aplicarem no desenvolvimento sustentado do país. Mas as conquistas daquele ano e meio de Revolução resistem com dificuldade aos ataques mais ferozes desde o Vinte e Cinco de abril. A começar pelo programa mínimo: “A paz, o pão, a habitação, a saúde, a educação”, como dizia o Sérgio Godinho na canção “Liberdade”. O pão volta a faltar, como testemunham as instituições de solidariedade social, laicas e religiosas, que já não conseguem matar a fome a tanta gente; a habitação começa a ser difícil de pagar, com as famílias, entaladas entre o desemprego e o corte de salários, subsídios e pensões, a entregar as casas aos bancos, a quem ainda ficam a dever, pasme-se, a Educação volta a ser para os ricos, com milhares de estudantes a abandonarem o Ensino Superior, cem por dia, dizia uma reportagem televisiva; o Serviço Nacional de Saúde, uma das mais bem conseguidas conquistas de abril, continua a ser desmantelado por este governo, como denunciou o seu “criador” António Arnault, em recente entrevista televisiva, onde reconheceu iguais responsabilidades a ministros ditos socialistas. O Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Pedro Mota Soares, tentou pôr uma bomba ao retardador na Segurança Social, com mais uma tentativa de teto contributivo, mas até Bagão Félix e Manuela Ferreira Leite tiveram medo dos estilhaços sociais e o Ministro recuou. A Revolução popular alcançou outras conquistas, algumas garantidas na Constituição, como o salário mínimo nacional, descanso semanal, férias pagas, liberdade sindical, direito à greve, proibição de despedimentos sem justa causa, direito à segurança social, a igualdade dos sexos na lei, o direito ao divórcio civil para os católicos casados, a não discriminação por razões de género, de etnia, de religião, de sexo, território de origem ou orientação sexual. A Paz. Essa não falta. Temos paz social, já que o povo é sereno e de brandos costumes. Desde que os jornalistas não se metam pelo meio, sobretudo os estrangeiros que são mais difíceis de controlar, a polícia de choque trata de meter o povo no redil, como antes de abril. Basta identificar os jornalistas que estão a trabalhar. Os restantes não estão a trabalhar, logo, só podem ser malandros ou suspeitos. Quanto à paz propriamente dita, a militar, também a temos. Pelo menos dentro de casa. Mas é demasiada responsabilidade para ser deixada apenas aos militares, da mesma forma que a política é demasiado importante para ser deixada apenas aos políticos. Daí a necessidade de todos os cidadãos intervirem mais ou menos ativamente na política Para defenderem os seus direitos sociais e para garantir a paz. Para que os militares não se vejam obrigados pelos políticos a fazer a guerra fora de portas, como aconteceu com a invasão do Iraque, a partir da mentira



armadilhada das armas de destruição massiva de Saddam, quando foram os EUA e o RU que usaram armas proibidas e de destruição massiva, como o fósforo branco, no bombardeamento de cidades como Falluja, massacrando milhares de homens, mulheres e crianças inocentes. O Serviço Militar Obrigatório instituído pela revolução francesa como exercício de cidadania, levou os cidadãos soldados a esmagarem os seus irmãos da Comuna de Paris, primeira experiência efémera de poder exercido diretamente pelo povo e a servirem de carne para canhão nas invasões napoleónicas dos outros povos da Europa. As forças armadas profissionalizadas, constituídas por voluntários, foram a alternativa à justa abolição do Serviço Militar Obrigatório. Mas corre-se o risco de se transformarem num exército de mercenários ao serviço de poder político menos democrático ou de estratégias imperialistas como aconteceu com a NATO? Nos Estados Unidos da América, onde em dois mil e oito, houve cento e quarenta militares no ativo que se suicidaram, têm aumentado os exércitos privados de mercenários, cento e vinte mil soldados privados no Iraque. Mais uma vez a resposta está na democracia. No controlo democrático das Forças Armadas pelos órgãos do poder representativo e da participação popular nas decisões do poder - democracia participativa. Há ainda uma última instância: a consciência de cada um. O direito de dizer não à injustiça e à prepotência. O dever de desobedecer. Como fez o cônsul Aristides de Sousa Mendes, beirão de Cabanas de Viriato, que salvou milhares de judeus e outros perseguidos pelos nazis, ao decidir desobedecer a ordens expressas de Salazar, que lhe instaurou um processo e o condenou à aposentação forçada e à miséria da sua numerosa família, que teve de recorrer à sopa dos pobres, em Lisboa. Em Israel este dever de desobedecer tem feito aumentar o movimento de “refuseniks”, em hebraico “aquele que recusa”. A maioria são jovens objetores de consciência seletiva que aceitam pegar em armas para defender o seu país, mas não para cumprir o serviço militar obrigatório nos territórios ocupados em atentados aos direitos humanos dos civis palestinianos. Como têm de efetuar um período de reserva anualmente, os homens até aos quarenta e cinco anos e as mulheres até aos vinte e quatro anos, são presos consecutivamente. Talvez não estivéssemos hoje a comemorar o Vinte e Cinco de abril se um soldado desconhecido, ou quase, o aspirante Sottomayor, não tivesse desobedecido às ordens do Coronel que comandava os tanques de Cavalaria Sete que no Terreiro do Paço barrava o caminho à coluna de Salgueiro Maia, retirando o percutor da peça, tornando assim inútil a ordem de disparar sobre os heróis de abril. O Vinte e Cinco de abril também se deveu à luta de milhares de desertores e mercenários da guerra colonial que, segundo dados do Estado-Maior do Exército, divulgados em 1988, foram sendo cada vez mais ao longo da guerra, sendo de 11,6% em 1961 e de 21% em 1972. Outros cálculos apontam para quase um terço dos jovens em idade militar, que foram, correndo risco de vida ou de prisão, engrossar a corrente migratória clandestina para França, Alemanha e outros países. Hoje, a importância de comemorar o Vinte e Cinco de abril já não é tanto o lembrar a luta pelo Socialismo que todos os partidos, exceto o CDS, votaram na Assembleia Constituinte, mas mais recuperar a memória da luta coletiva pela mais ampla democracia, representativa e participativa, num país onde o governo, com as costas quentes pela Troika, ousa defender e pôr em prática a suspensão temporária da Constituição e da Democracia e insiste em reduzir o Poder Local, extinguindo ou agregando freguesias, as autarquias de maior proximidade, a que se seguirão os municípios, impondo soluções à revelia da vontade dos autarcas e das populações. Vinte e Cinco de abril, Sempre! Governos da Troika nunca mais! -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado representante do CDS/PP, mas estou a verificar que não está presente nenhum dos dois Senhores Deputados. Então passaríamos à intervenção seguinte. Dou então a palavra ao representante do Partido Socialista. -----

-TRÊS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Mesa da Assembleia, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmas. Senhoras Vereadoras e Senhores



Vereadores, Exmos. Senhores Deputados, Exmo. Senhor Comandante do RI Catorze, Exmos. Senhores Capitães de abril, Exmo. Senhor Coronel Costeira aqui presente, restantes Individualidades Convidadas, Exmo. Público e Comunicação Social presente. Hoje estamos aqui reunidos para comemorar o trigésimo oitavo aniversário do golpe de estado de Vinte e Cinco de abril de mil, novecentos e setenta e quatro. Foi na madrugada deste mesmo dia que o denominado movimento dos Capitães, conseguiu levar a cabo, a quase poética missão de derrubar um regime ditatorial e devolver aos portugueses a primavera de todos os sonhos, ao som dos hinos e vivas de liberdade. Foi um período muito especial da história de Portugal, era o tempo de saborear sensações novas revestidas de uma sensibilidade coletiva de partilha, de tolerância e de igualdade de oportunidades no acesso ao ensino, à saúde, à justiça e à partilha do bem-estar social. Foram tempos únicos, carregados de esperança na consecutiva destruição dos símbolos do anterior regime e na pacífica construção do novo paradigma da jovem democracia portuguesa. Para além de todos os males inerentes a um regime ditatorial, Portugal era um país atrasado a nível industrial, cultural, económico, com uma taxa de emigração muito elevada, uma guerra colonial em três frentes, com grande contestação externa ao nível dos países e das instituições democráticas. Internamente a população residente, que ficava privada dos jovens, visto que estes eram lançados para a guerra sem razão aparente, estavam no limiar da tolerância, apesar da propaganda institucionalmente organizada, evocando os maiores valores patrióticos para tão absurda cruzada. Os próprios militares, maioritariamente já tinham tomado consciência da inutilidade da afirmação de Portugal pela força das armas. Mas hoje estamos a realizar esta cerimónia simbólica da Revolução do Vinte e Cinco de abril, também denominada a “Revolução dos Cravos”, no RI Catorze, local onde se desenvolveu uma atividade militar, determinante para atingir os objetivos de derrubar um regime, que apesar de repressor e ditatorial, já estava esgotado e anquilosado. Para falar da intervenção de Regimento de Infantaria de Viseu, geralmente denominado RI Catorze, no Golpe de Estado de Vinte e Cinco de abril de setenta e quatro e da sua missão no presente, devemos reportar-nos aos primórdios da sua existência. Esta unidade militar tem a sua génese nas unidades formadas na região da Beira Alta, após a restauração de mil seiscentos e quarenta, com o intuito de defenderem as fronteiras de eventuais incursões das tropas Espanholas. Em 1642, foram criados os Terços de Almeida e Penamacor que recrutavam efetivos nas comarcas de Viseu, Guarda e Castelo Branco. O Regimento de Infantaria Catorze tem a sua constituição associada à transferência do Batalhão de Infantaria Número Vinte e Quatro em 1841 de Viana do Castelo para Viseu, sendo em 1842, transformado em Regimento de Infantaria Número Catorze. Nesta reestruturação o RI Catorze herda também as tradições históricas de unidades inseridas em Viseu, nomeadamente o Regimento de Infantaria Número Onze e o Regimento de Caçadores da Beira Alta. Ao longo da sua existência esteve presente em teatro de guerra nas batalhas da revolta da “Maria da Fonte”, nas batalhas associadas às Invasões Francesas, na Primeira Grande Guerra e na Guerra do Ultramar cumprindo a sua missão com bravura. A sua intervenção na Revolução dos Cravos esteve personalizada num conjunto de homens, jovens capitães que aqui quero homenagear e propor um merecido reconhecimento de louvor por esta assembleia aos então Capitães: Diamantino Gertrudes da Silva, Arnaldo Carvalhais da Silveira Costeira, Aprígio Ramalho, António Luís Ferreira do Amaral e Amândio Augusto, pela sua inteligência, audácia, bravura, espírito de sacrifício, sentido de responsabilidade pela defesa da cidadania, conseguiram pôr em prática uma arriscada operação, com o maior sucesso e sem qualquer derramamento de sangue. A missão do RI Catorze dentro do esquema geral da manobra do Golpe de Estado foi, numa primeira fase, deslocar uma companhia auto transportada para a Figueira da Foz, a fim de agrupar uma Companhia do RI Dez, uma Companhia do CICA Dois e uma bateria dez virgula cinco centímetros do RAP Três. Numa segunda fase, deslocar, depois de constituído na Figueira da Foz, o agrupamento “November”, tentando atrair a adesão das forças do RI Sete e RI Quinze. Uma terceira fase consistiu em deslocar, o



agrupamento para Peniche a fim de preservar a integridade física dos presos políticos. Numa última fase deslocar o agrupamento para Lisboa a fim de reforçar as forças em operação na capital. Por outro lado, parte da guarnição ficou na defesa do RI Catorze e constitui-se como reserva, às tropas deslocadas em operação, que regressaram no dia vinte e sete de abril vitoriosas e merecidamente aclamadas pela população. Atualmente o RI Catorze está vocacionado para operações militares de resposta a crises, operações de combate ao terrorismo e de contrainsurreição, mas é em missões de manutenção da paz integrando a Brigada de Intervenção, com quartel-general sediado em Coimbra, que tem desempenhado a sua atividade com maior relevância, nomeadamente: Bósnia e Kosovo em 2000/2002, Timor em 2001, novamente Kosovo em 2005/2006/2007 e mais recentemente no Afeganistão, pesem embora os constrangimentos económicos que Portugal e a generalidade dos países estão sujeitos. A conjuntura económica que nos atinge atualmente é de difícil compreensão, arrasta-se há bastante tempo e o poder político tarda em encontrar as melhores respostas para repor o crescimento económico. Por conseguinte, só a inversão da tendência generalizada da degradação das condições de vida dos povos é que os fará lograr. No decurso dos últimos trinta e oito anos, Portugal atingiu uma evolução muito considerável aos vários níveis, contudo nem sempre se escolheram as melhores opções, nomeadamente, no que toca ao desmantelamento dos setores agrícola e das pescas, com recursos naturais de excelência e que incompreensivelmente estão demasiado longe de responderem às necessidades de consumo interno. A evolução do ensino em Portugal produziu um conhecimento cada vez mais especializado e a investigação atingiu um patamar muito considerável, fruto de uma aposta certa dos governos socialistas, contudo assistimos a um nível intolerável de desemprego, essencialmente nos jovens, que os atira para a emigração, com apadrinhamento do atual primeiro-ministro e restante governo, onde vão a custo zero produzir riqueza e nós ficamos sem a energia, a riqueza intelectual e a inovação necessária para se poder sair deste paralisante estado da Nação em que nos encontramos. Os ideais do Vinte e Cinco de abril, proclamados pelos Capitães acima designados, estão hoje no entender do Partido Socialista seriamente ameaçados, uma vez que os sacrifícios não são repartidos equitativamente. Não é tolerável que os direitos adquiridos dos trabalhadores sejam considerados privilégios descabidos e em contra partida, certos gestores e banqueiros tenham remunerações escandalosas, estes mesmos gestores, que apesar de tão bem remunerados, não são capazes de gerar ativos, levando as empresas a estado de rutura, atingindo gravemente a economia e a vida de todos nós. A política de empobrecimento instalada em Portugal e em alguns países da União Europeia nunca poderão ser parte da solução, mas mais um contributo para o desnivelamento entre os países da mesma comunidade económica. Assistimos, com a complacência do atual governo, a um enriquecimento de certos países, ao ponto de a Alemanha obter juros mais baixos atualmente do que antes da crise, enquanto outros, nomeadamente Portugal, verem os juros da dívida soberana cada vez mais elevados. O Estado Social em Portugal, construído com o esforço de todos e que nos colocou em níveis de grande qualidade e bem-estar, no tocante ao Serviço Nacional de Saúde, é alvo de reformas profundas que poderão ser geradoras de injustiças e motivo de retrocesso nos indicadores de saúde nomeadamente em relação à esperança de vida. Por isso é tempo de repensar o futuro, é tempo de unir esforços no sentido de criar uma sociedade mais justa, solidária e responsável, mas também é tempo de inverter a ação política, no sentido de impedir que alguns ganhem ignominiosamente com os sacrifícios e agruras da generalidade da população. Viva o Vinte e Cinco de abril, Viva Portugal. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado representante do PSD. -----

-QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PSD): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu e Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhor Comandante do Regimento de Infantaria Catorze, Senhores Deputados, Senhores



Presidentes de Junta, Senhor Comandante da GNR, Senhores Jornalistas, demais Entidades civis, militares e religiosas, minhas Senhoras e meus Senhores. Comemoramos hoje os trinta e oito anos do Vinte e Cinco de abril. Esta data constitui o nascer de uma justa e renovada esperança para todos os portugueses e, deste ponto de vista, será da mais elementar justiça dizermos, aqui e agora, que tal desiderato foi alcançado. Cometeram-se alguns excessos, vicissitudes e porque não dizer, alguns erros, no período imediato à Revolução de abril, mas a maturidade do povo e dos seus dirigentes souberam rapidamente ultrapassá-los. É de reconhecer o papel de extrema importância que foi desempenhado pelos capitães de abril e por toda a estrutura militar que, sem derramamento de sangue, conseguiram abrir e devolver a esperança da democracia ao povo português. O local escolhido para a comemoração do Vinte e Cinco de abril em Viseu é o RI Catorze, este belo local onde nos encontramos. Cabe aqui uma homenagem especial a todos os militares deste Regimento que contribuíram para o êxito de toda a operação. Fica pois, Senhor Comandante, o nosso agradecimento sincero a todos aqueles militares deste Regimento que se envolveram nas conquistas e que foram os portadores da chave que abriu as portas da esperança e da democracia ao povo português. Esta esperança residia na possibilidade daquilo que ficou conhecido pelos famosos três dês do Vinte e Cinco de abril – Democratizar, Desenvolver e Descolonizar. Isto porque, apesar das décadas de cinquenta e sessenta terem sido épocas de ouro em termos de crescimento económico em Portugal, havia que as complementar com a melhor e mais equitativa distribuição da riqueza e uma maior justiça social, canalizar a acumulação desta riqueza para o desenvolvimento sustentado da economia e promover o fim da guerra do ultramar, que continuava a ceifar vidas dos jovens que eram o futuro da nação. De todos, o processo de descolonização foi o que teve mais vicissitudes, mas ainda assim, e muito por mérito dos denominados Retornados, Portugal tinha conseguido absorver de forma notável os milhares de portugueses que, nessa altura, se tinham visto forçados a abandonar as ex-colónias. Estas comemorações do Vinte e Cinco de abril ocorrem num período que é para muitos de incerteza, receio e até alguma amargura, a crise financeira despertada por um endeusamento dos princípios do Mercado conduziu-nos a um contexto europeu e mundial caracterizada por um aumento brutal do desemprego, pela desaceleração da economia e pela ameaça de recessão. Mas vejamos um pouco o que entretanto se passou, sem com isto quereremos fazer a história de quase quarenta anos: Com o processo de integração na então CEE, Portugal conheceu um novo período de crescimento económico; menos intenso e menos prolongado do que aquele que tinha acontecido nas duas décadas antes da revolução mas, ainda assim, um período em que nos aproximamos ao nível de vida dos nossos parceiros comunitários e europeus. Esse período conheceu um abrandamento no início da década de noventa, ao qual não é indiferente o cumprimento dos critérios de Maastricht, para que entrássemos no comboio da moeda única ao mesmo tempo que todos os demais. O cumprimento destas metas permitiam alcançar o equilíbrio das finanças públicas e da estabilidade cambial, que se consubstanciariam depois de mil novecentos e noventa e cinco, em enormes ganhos que não soubemos, de todo, aproveitar. Não aproveitámos, do ponto de vista orçamental, o crescimento económico da segunda metade da década de noventa e o conseqüente crescimento das receitas fiscais; Não aproveitámos a enorme queda da despesa do serviço da dívida pública, em virtude da aproximação das taxas de juro - do escudo e do marco - no seu trajeto para a moeda única; Não aproveitámos a enorme receita proveniente das privatizações que, de acordo com as regras e o bom senso, deveria ter sido canalizado para redução da dívida pública e não para alimentar o deficit orçamental que se estava a criar. Acresce a tudo isto que, a médio e longo prazo do ponto de vista estratégico, as exportações pouco significaram nesse crescimento, que assentou, fundamentalmente, na procura interna, com impacto, significativo nos preços, sobretudo, dos bens não transacionáveis. Para além do mais, os salários aumentaram para além da produtividade, com a conseqüente perda de competitividade da economia, aumentando os níveis de consumo que, acompanhado da



queda das taxas de juro, levou a uma acentuada degradação da nossa balança de pagamentos e à inevitável acumulação de dívida externa. É o que se chama viver acima das nossas possibilidades. E é este sem dúvida o nosso problema económico e financeiro que hoje temos pela frente. Nesta época, em termos Orçamentais, deveríamos ter acumulado superavit em vez de mais despesa pública, mais défice, mais dívida e, acima de tudo, mais desorçamentação – ocultação de dívida e de despesa, através de projetos financeiros (project finance) para o financiamento de grandes obras públicas, que se traduzem em verdadeiras formas de hipotecar o futuro. Estes factos, acarretando encargos para as gerações futuras, que em nada contribuiriam nem, tão pouco, foram chamadas a participar nas decisões. Assim, crescemos quando podíamos e devíamos ter travado, e, por isso, travamos agora que devíamos expandir, deixando de funcionar os estabilizadores automáticos e assumindo um défice público virtuoso que ajudasse a combater o desemprego e a atenuar os inerentes constrangimentos sociais. O Vinte e Cinco de abril cumpriu a sua função, no entanto, não soubemos ou não quisemos adaptar-nos à evolução do mundo e do contexto em que vivemos, deixando que fôssemos arrastados para o fosso em que caímos. Não é justo termos chegado a este ponto, nem foi para isto que recebemos tantos biliões - marcos e euros - para ajudar o nosso desenvolvimento durante mais de três décadas. A par desta gestão da coisa pública, também não faltou uma mentalidade geral de exagerado incentivo ao consumo. "Gasta-se agora e paga-se depois", apareceu como uma cultura natural, quando devia ser exatamente ao contrário. Com muita responsabilidade da banca e até dos fazedores de opinião que sobre tudo falam e pouco dizem. Fomos, sem dar por isso, caminhando até um endividamento externo, bem superior ao dobro do nosso produto interno bruto. Minhas Senhoras e meus Senhores: Começámos a nossa intervenção dizendo que o Vinte e Cinco de abril trouxe o nascer de uma renovada esperança. Não podemos perder esta fé inabalável que é a esperança de um futuro cada vez melhor e alicerçados nos valores da dignidade humana e na justiça social. Para conseguir este desiderato é absolutamente necessário que acreditemos, primeiros em nós próprios e depois que acreditemos nas instituições e nos nossos governantes. Para tal são necessárias provas de que as instituições, os partidos, e a sociedade em geral funcionam. É absolutamente fundamental que acreditemos no nosso futuro. É por isso que ACREDITAMOS dizer com verdade que o Vinte e Cinco de abril valeu a pena. Não ignoramos que subsistem problemas, que há ainda pobreza, que há desemprego e situações de vida dolorosas para muitos portugueses. Minhas senhoras e meus senhores: Nada na nossa vida nada é eterno. Nenhum regime é eterno e com a forte e acelerada mudança que o mundo tem sofrido, a consequência mais natural é necessária e imperiosa a necessidade de implementar reformas ao nível do próprio regime político. Os paradigmas sociais são diferentes, sendo pois obrigatório efetuar os respetivos ajustamentos daí decorrentes. O poder político, que é o único que é escolhido e controlado democraticamente pelo povo, tem vindo a ser enfraquecido e, nalguns casos a ser descredibilizado. Por isso é necessário ser cada vez mais determinado nas suas decisões, coerente nas suas ações e alicerçado na defesa do interesse público, em detrimento dos interesses individuais ou de grupo. O poder afirma-se pela sua capacidade de bem gerir os recursos financeiros existentes, não podemos gastar as nossas receitas e hipotecar as das gerações futuras. Em democracia, o poder político tem que defender o interesse público e que este, deve sempre, sobrepor-se aos interesses individuais ou de grupo. Se assim não for, o poder político é fraco, e é visto como pouco sério e pouco credível, a lógica funciona ao contrário: o interesse minoritário derrota o interesse público, porque o fraco não tem condições para se impor. Mas se dizemos tudo isto, teremos de vincar que o Vinte e Cinco de abril cumpriu a sua função; nós é que não percebemos que a democracia tem de ser permanentemente acompanhada e renovada, sob pena de se degradar. Poderemos considerar que vivemos em democracia, quando a Justiça se mostra incapaz perante os cidadãos e as instituições e cresce o sentimento de impunidade na sociedade? Poderemos considerar que vivemos em democracia, quando o valor da tolerância é deturpado,



abrindo as portas a que, em muitas circunstâncias, os direitos das minorias se sobreponham aos da maioria? Poderemos também considerar que vivemos em democracia, quando nos endividamos de forma irresponsável e abraçamos crises políticas que nos colocam de joelhos perante o mundo, agravando as injustiças sociais e infringindo pesada angústia e pesado sofrimento a muitos portugueses? A resposta não será difícil de tão óbvia que parece. Vivemos efetivamente em democracia, só que temos dado passos no sentido errado; no sentido de que ela é cada vez mais formal e menos real. Minhas senhoras e meus senhores: Os principais partidos terão que se entender e abrir as portas ao diálogo e à cooperação em nome do interesse nacional. Sem se conseguirem atingir estas metas, iremos seguramente viver momentos ainda mais difíceis do que aqueles que já hoje podemos dar como certos para os próximos anos. Se não houver sentido da responsabilidade e se não se entender que o interesse nacional e do regime se têm de sobrepor a tudo mais, caminharemos para o abismo. Evocar o Vinte e Cinco de abril é o momento exato para se debaterem e reconhecerem as dificuldades e os erros, é dar passos para os ultrapassar. Teimar em não ver o que está diante dos nossos olhos, é, a médio prazo, matar o que tanto nos custou a conquistar há trinta e oito anos atrás. Minhas senhoras e meus senhores: O País atravessa um momento particularmente difícil da sua história recente, talvez, o momento mais difícil após mil e novecentos e setenta e cinco. O programa de ajustamento financeiro a que estamos sujeitos por força da intervenção direta da TROIKA, constituída pelo FMI, BCE e União Europeia, obriga-nos a enormes sacrifícios, pondo em causa o bem estar artificial que foi criado e a que já atrás nos referimos. Teremos que fazer este esforço conjunto e partilhado por todos, sem exceção. Neste, como em muitos outros, ao longo da nossa longa história de mais de oitocentos anos, sempre conseguimos superar as dificuldades e ultrapassar os obstáculos. Temos que acreditar nas nossas capacidades, no “know how” adquirido pelo País, na comunidade científica e nas instituições, na capacidade dos nossos empresários e no empreendedorismo jovem para nos superarmos a nós próprios, restaurando a confiança dos mercados e da comunidade internacional. Temos de acreditar que esta nação, com tanta e tão rica história, saberá, de uma vez por todas, superar as dificuldades e oferecer às gerações futuras um legado de que se possa orgulhar. Temos, para isso, de nos compenetrar que todos somos importantes. Todos, sem exceção! Temos todos de fazer, com profissionalismo e o melhor que sabemos, tudo aquilo que nos compete fazer. Temos todos de pensar em Portugal, porque só assim, Portugal pode voltar a aspirar a ser o que foi no passado. Minhas senhoras e meus senhores: **TODOS, MAS TODOS, TEMOS QUE TER CONSTANTEMENTE PRESENTE QUE: Comemorar o Vinte e Cinco de abril significa atualizar, tornar presente os ideais de abril, significa reconhecer e agradecer a todos os que livremente decidiram pôr em causa a sua liberdade, a sua vida e a da sua família, para nos devolverem um dos mais nobres valores da vida humana a ... Liberdade. Muito Obrigado. Viva VISEU. Viva PORTUGAL.** -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Introduzindo agora o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, irei usar da palavra. -----

–CINCO - O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Doutor Fernando Ruas, Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, Senhor Comandante do Regimento de Infantaria de Viseu, Caros Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Caras e Caros Convidados a esta Sessão do trigésimo oitavo aniversário do Vinte e Cinco de abril, Senhor Coronel Costeira, na sua pessoa cumprimento os Capitães de abril envolvidos na Revolução de abril oriundos de Viseu, Senhoras e Senhores militares do Regimento de Infantaria de Viseu aqui presentes, minhas Senhoras e meus Senhores. Antes de mais, nesta sessão solene, não é ao som de “Grândola Vila Morena”, mas ao som desta chuva que é bem-vinda nesta altura do ano, comemoramos o trigésimo oitavo aniversário do Vinte e Cinco de abril e, no fundo, honramos uma tradição que já é antiga desta Assembleia Municipal e gosto sempre de



evocar neste dia o nosso saudoso Eugénio Araújo, que foi a pessoa que iniciou estas comemorações, não só procurando levá-las às diferentes freguesias e ao longo da história, muitas destas sessões foram efetuadas nas freguesias rurais, mas em cada ano procurando trazer um tema a debate, que permita também enaltecer aquelas que são as nossas instituições, neste caso concreto, uma das nossas âncoras do desenvolvimento em Viseu, o Regimento de Infantaria de Viseu. Queria aqui também dar uma palavra muito especial aos nossos jovens convidados, é um gosto tê-los connosco. A razão também de comemarmos o Vinte e Cinco de abril e de reiteradamente fazermos este tipo de comemorações, também é uma forma de transmitirmos um pouco este testemunho vivo daquilo que foi um marco importante, em transmitir às gerações vindouras, de facto, aquilo que foi o Vinte e Cinco de abril e a importância que tem hoje nas suas vidas. E de facto, os símbolos de um povo dizem o que ele foi e de onde veio, mas dizem também para onde ele vai e o que quer ser. Não existe história nem futuro sem símbolos. Os símbolos são de facto, eles comandam a nossa vida, eles narram a identidade do passado, mas apontam também o sentido e os desígnios de futuro. No brasão de armas do Regimento de Infantaria de Viseu estão simbolizados valores perenes e intemporais, que marcam o passado, marcam o presente e o devir da instituição. Refere este brasão: *“Da humildade dos meios à esperança da vitória. Da unidade na força à coragem na guerra”*. O Vinte e Cinco de abril é também um símbolo vivo e portanto, trinta e oito anos depois, é um símbolo que importa manter vivo, porque foi de facto um dia fundamental para as nossas vidas coletivas e que influenciou de uma forma decisiva o futuro do nosso País. Um símbolo vivo para a nossa história e sobretudo para o nosso futuro coletivo. Um símbolo vivo para o País, para a nossa região e também para a nossa cidade e concelho de Viseu. Celebramos hoje os feitos históricos desse dia. A conquista da liberdade política que nos trouxe a democracia, mas também, mais tarde, a autonomia do Poder Local, fundamental para o nosso desenvolvimento, depois mais tarde também a integração europeia, fundamental para o nosso desenvolvimento coletivo e o desenvolvimento económico, social, cultural, científico e regional. Portugal é pois hoje um país com liberdade de expressão e maturidade democrática. E a aproximação que realizámos nestes trinta e oito anos aos padrões mais elevados de vida foi enorme e que convém também não esquecer. Os domínios desse progresso são tão diversos que se torna tarefa extensa e complexa enumerá-los. Desde o ensino obrigatório, ao sistema nacional de saúde, à proteção social, ao salário mínimo nacional, à cobertura de água e saneamento, às acessibilidades ao interior, à defesa dos direitos do consumidor, o acesso à cultura, à ciência, à tecnologia, à mobilidade social, à abertura de fronteiras, físicas e sociais ... Foram muitos os campos onde tivemos uma grande evolução. Quedava-me em três indicadores que, por si só, falam da evolução que tivemos em Portugal, durante estes trinta e oito anos. Em setenta e quatro a esperança média de vida em Portugal cifrava-se nos sessenta e oito anos, hoje cifra-se nos setenta e nove, conquistámos onze anos. A mortalidade infantil, nós tínhamos trinta e nove crianças que morriam por cada mil que nasciam e hoje atingimos uma boa média, mesmo no contexto internacional, de três crianças que morrem em cada mil, portanto é de facto um salto impressionante. Ao nível dos médicos por habitante, nós tínhamos, em setenta e quatro, um médico por cada mil habitantes, hoje temos quatro por cada mil habitantes, quadruplicámos a capacidade de prestação de serviço de saúde às pessoas. São três indicadores que nos dão bem o exemplo dum caminho que fizemos e que apesar de tudo, apesar de todas as dificuldades, nos deve orgulhar e quando estamos num momento difícil como este, não deve servir para negarmos todo esse caminho, antes pelo contrario, costuma-se dizer que é nas dificuldades que o Povo se deve unir e que as pessoas se devem unir para as conseguirmos ultrapassar. Mas o progresso, tal como a liberdade, não é algo que se conquistou uma vez. Não é algo que possamos dar por adquirido. Muito pelo contrario. É um desafio permanente, nunca concluído. É um desafio que nos obriga a trabalhar todos os dias para o atingir. O desafio da democracia e do desenvolvimento faz-se todos os dias. É semelhante à reconquista da terra ao mar, nos Países Baixos, que os



obriga, todos os dias, a manter essa conquista, sob pena de a perderem. Hoje, consideramos talvez longínquo e teórico o risco de uma nova ditadura política em Portugal, de um regime autoritário que nos priva da democracia e da liberdade de expressão. Todavia, é a liberdade e a independência que estão em causa quando permitimos que o país contraia um nível de endividamento externo insustentável. Durante a última década, o País viveu com o dinheiro que não tinha, comprando muito mais lá fora do que o que vendeu. A dívida externa subiu de uma forma exponencial desde 2000: de 48,5% do PIB para 107,8% do PIB, em grande parte devido aos elevados défices orçamentais. Entre 1997 e setembro de 2011 a dívida das empresas passou de cerca de 100% para cerca de 150% do PIB, enquanto a dívida das famílias aumentou de 50% para mais de 100% do PIB. Ora, a liberdade de escolher os destinos do País, como os destinos das empresas e das nossas famílias, compromete-se seriamente quando dependemos dos outros para viver. Uma elevada dependência económica e financeira traduz-se numa asfixia da liberdade política de um povo e é bom que tenhamos consciência de que isto assim é. A história política e económica recente do País evidencia-o de uma forma inequívoca e é também dolorosa, até pelas condições em que as pessoas estão a viver neste momento. Estamos hoje a pagar caro a fatura dos excessos e da irresponsabilidade de ontem. Os portugueses enfrentam hoje o desafio de recuperar a sua independência financeira e económica e ao mesmo tempo também em recuperarem a sua credibilidade enquanto País. Torna-se inadiável o esforço de recuperar a sanidade das contas públicas, de corrigir o défice da balança comercial, de diminuir a dependência de financiamento externo do Estado, das empresas e das famílias. Ninguém aprecia sacrifícios, nem nenhum governo, nem ninguém, gosta de impor sacrifícios, mas esta batalha é decisiva para o nosso destino enquanto povo e para os genuínos interesses e expectativas das futuras gerações. É fundamental, hoje, traçar este caminho, até para assegurarmos um futuro a estes jovens convidados que hoje temos aqui, aos nossos filhos e a todos os outros que estão lá em casa. Honrar as conquistas de abril significa, hoje, defender a viabilidade económica do País, a sua autonomia face ao exterior e as funções essenciais do Estado. Significa promover o crescimento e o emprego, nomeadamente o emprego jovem que se situa em números alarmantes. E significa acautelar a sustentabilidade do Estado Social, o que é um dos seus objetivos. Portugal não está em condições de reproduzir aquela máxima de Lampedusa, segundo a qual «é preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma». Senhor Presidente da Câmara, Senhor Comandante do RIV, minhas Senhoras e meus Senhores, de facto Portugal teve que mudar de vida e tem que mudar de vida. As reformas e políticas de mudança que têm sido lançadas no País podem, têm e devem ser exigentes no presente, para que efetivamente no futuro possam dar os seus frutos. Da Reforma Laboral, à Justiça, da aposta na Educação, às Reformas do Arrendamento, à questão da Reabilitação Urbana, passando pelo Código de Insolvências, tudo isto são caminhos que o País obrigatoriamente hoje tem que seguir, no sentido de encontrar os seus novos alicerces e poder promover o futuro e é nestes momentos, como já há bocado o afirméi, é nas dificuldades que o País tem que estar unido e todos nós temos que estar unidos. Diria que se há Vinte e Cinco de abril, tal deveria ser um símbolo de unidade, do ponto de vista do comportamento de todos. Este deveria ser talvez o Vinte e Cinco de abril em que mais este expoente deveria ser exacerbado. Já aqui foi dito numa intervenção, talvez estejamos a passar o momento mais difícil da nossa história recente, mas ao mesmo tempo honrando os quase oito séculos de história que temos no nosso País e o ADN fantástico que nos corre no corpo, que é de facto um ADN de resistência e de capacidade para conseguirmos ultrapassar as nossas dificuldades. Acho que não é o momento indicado para se marcarmos posições de dessintonia, em relação a uma paz social e em relação a uma unidade que o País precisa de ter, unidade na diversidade de opiniões obviamente, mas unidade em torno dos sacrifícios que temos que fazer. E neste momento realço aqui também dois aspetos, a economia, apesar de tudo, há sinais que nos encorajam para além de todas as reformas. A economia industrial exportadora do País está a dar sinais encorajadores, que atestam a



resiliência da força produtiva nacional. Em dois mil e onze e comparativamente a dois mil e dez, Portugal registou já uma redução do défice comercial de bens em vinte e cinco por cento, ou seja, em cinco mil milhões de euros, com um aumento das exportações em mais de quinze por cento. Os primeiros meses do ano confirmam esta tendência, que é um bom contributo para compensar as perdas e a recessão no consumo interno. Ainda ontem e relembro porque é de facto uma boa notícia que não deve deixar de ser enaltecida, tivemos a informação e o anúncio de que a NOKIA/SIEMENS irá instalar em Portugal um dos seus três centros principais, em termos internacionais, criando mil e quinhentos postos de trabalho qualificados, ao nível de licenciados e doutorados, o que prova que efetivamente a credibilidade do nosso País está a ser restaurada e que os investidores estrangeiros também estão a acreditar no nosso País. Portanto, são sinais que também devemos enaltecer, porque de facto, para vencer esta crise dependemos apenas de nós, dependemos sobretudo de nós, sobretudo da capacidade que tenhamos para a conseguir ultrapassar. Este ímpeto que está a ser desenvolvido tem que ser um ímpeto de todos e obviamente que também aqui é fundamental o envolvimento de todas as instituições, do governo, dos municípios, que tiveram aqui um papel fundamental na consolidação do desenvolvimento ao longo destes trinta e oito anos, mas que vão continuar e sobretudo ter ainda um papel mais fundamental no desenvolvimento dos territórios, sobretudo na lógica de criação de valor. As IPSS e as Instituições Religiosas têm hoje aqui um papel fundamental, sobretudo no apoio social às pessoas que necessitam. Os Associações Culturais, os Cidadãos, todos somos chamados a interpretar os desafios que se colocam ao nosso presente. Também assim em Viseu, cidade que preza a liberdade, a autonomia e a prosperidade. Este é o tempo para por de lado interesses particulares, divisões sem sentido e reivindicações egoístas, para sermos mais eficientes, mais solidários e mais empreendedores e o facto de estarmos hoje aqui nesta instituição e percorrendo o seu caminho, talvez nos ajude a perceber como é que é possível ir mudando de vida ao longo de décadas e tendo sempre um papel fundamental em cada um dos momentos Para os desafios de hoje, deve inspirar-nos a coragem e a visão patentes na história do Regimento de Infantaria de Viseu. Do “*nosso*” Regimento de Infantaria número Catorze, a cujo papel histórico na revolução prestamos também hoje tributo. Muitas vezes na vida, habituamo-nos a ter as coisas e a não as valorizar, mas quando as perdemos é que lhes sabemos dar o valor. No caso concreto do Regimento de Infantaria, muitas vezes não nos apercebemos da importância que esta instituição tem, enquanto âncora do nosso desenvolvimento concelhio, distrital e também nacional. E a verdade é que é hoje uma das nossas âncoras de desenvolvimento. Recordava aqui alguns momentos desta vida do “*nosso*” Regimento. Em 1974, o Regimento soube interpretar o momento histórico do país e os desafios que se lhe deparavam. Não hesitou e colocou-se do lado da mudança e do futuro. Ao desempenhar um papel ativo e preponderante nas operações militares do Vinte e Cinco de abril, o Regimento de Infantaria de Viseu contribuiu para defender Portugal e para defender os portugueses. Inscreveu o seu nome e o nome da cidade de Viseu na história da democracia nacional e do Portugal Moderno. Na operação de libertação dos presos políticos que estavam em Peniche, que este Regimento assumiu no Vinte e Cinco de abril, com rigor e descrição, é-nos dado também um símbolo para os tempos de hoje. Um símbolo de coragem, pela liberdade de Portugal. Um símbolo de solidariedade, pela fraternidade. Um símbolo de responsabilidade e disciplina, pela esperança e pelo desenvolvimento do País. Posteriormente, este Regimento não embarçou o cumprimento dos diversos desafios, nem regateou uma réplica positiva nas mudanças que se impuseram nas suas funções. Soube em cada momento reinventar-se, como hoje o País também tem que se reinventar nas suas diferentes funções. Desde logo, na formação e instrução de milhares de recrutas para o Exército, que passou a realizar nas décadas de 80 e 90, assumindo aqui um papel fundamental para o contexto do País. Posteriormente, assumiu a responsabilidade de constituição de um batalhão de infantaria operacional, integrado na Brigada Ligeira de Intervenção. Passou a formar Unidades destinadas a desempenhar missões internacionais,



no âmbito da NATO e das Nações Unidas, cumprindo mais uma vez um desígnio e adaptando-se aos tempos que vivia. Participou de operações no Kosovo, na Bósnia, no Afeganistão. Acompanhou as primeiras eleições democráticas de “Timor Livre”, zelando pela segurança das populações, cumprindo aqui uma função humanitária de acompanhamento da democracia nestes países. Levou a marca da solidariedade e da credibilidade do Portugal democrático e moderno ao mundo. Tem ainda desempenhado, com o mesmo sentido de responsabilidade, operações de carácter complementar, como são exemplos os rescaldos de fogos florestais. Põe assim os seus conhecimentos, homens e meios ao serviço do País e da região. Como se vê nesta sinopse muito rápida, este Regimento soube adaptar-se aos diferentes tempos, cumprindo em cada momento um papel fundamental no desenvolvimento do País e da Região. Acho que este é um bom exemplo, que a todos deve fazer refletir do papel que nos cabe a cada um, porque efetivamente, neste momento difícil, cada um de nós tem uma função fundamental e se cada um de nós a conseguir cumprir da melhor maneira, iremos conseguir de certeza chegar a um bom porto, do ponto de vista do nosso caminho. Portanto, prestar tributo ao Vinte e Cinco de abril tem de ser muito mais do que uma efeméride, tem de ser muito mais do que o cumprimento formal de um ritual fora do nosso tempo, tem de ser um exercício de permanente construção. O Vinte e Cinco de abril será um símbolo vivo e é um símbolo vivo, na justa medida em que soubermos interpretar os desafios atuais da defesa da liberdade e agir de forma consequente, responsável e solidária. Um símbolo que temos, um percurso que fizemos e sobretudo uma nova atitude que temos que ter, para honrar este percurso coletivo que todos fizemos, conseguindo dar um novo Vinte e Cinco de abril ao País, que é assegurar o futuro, sobretudo destas novas gerações. Muito obrigado pela vossa atenção. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Do ponto de vista da nossa Ordem de Trabalhos, chegámos ao fim da nossa Ordem oficial da Sessão Extraordinária do trigésimo oitavo aniversário do Vinte e Cinco de abril. Eu convidei o Senhor Comandante do Regimento de Infantaria de Viseu, exatamente para aproveitarmos esta oportunidade para podermos ter uma noção exata daquilo que foi e é a função desta Instituição e designadamente conhecer uma faceta que muitas vezes é desconhecida de muitos, que é a faceta da participação nestas forças de intervenção internacionais, sobretudo forças de manutenção de paz, forças que permitem construir a democracia em países que não a tinham e sobretudo também uma lógica humanitária de acompanhamento de populações muitas vezes em risco. Convidava então o Senhor Comandante a usar da palavra, exatamente para nos enriquecer com a informação que nos vai dar, no sentido de não só, enfim, numa assembleia em que os principais responsáveis políticos do Concelho aprofundarem o seu conhecimento, mas sobretudo para estes jovens terem uma perceção do que aqui se faz e também para os que estão lá fora, os nossos concidadãos, possam perceber muitas vezes melhor o porquê da existência de Instituições tão meritórias como o Regimento de Infantaria de Viseu. Tem a palavra. ---

- SETE – O SENHOR COMANDANTE DO REGIMENTO DE INFANTARIA DE VISEU: Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Doutor Almeida Henriques, permita-me que o cumprimente e lhe dê as boas vindas a esta sua casa e fazê-lo também na sua qualidade de Membro do Governo do País, Exmos. Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, Senhora Doutora Cristina Gomes e Senhor Enfermeiro Elísio Dias, a quem também saúdo e desejo as boas vindas ao RI Catorze, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Doutor Fernando Ruas, deixe-me cumprimentá-lo e dizer-lhe que é sempre um prazer poder desfrutar da sua companhia, Senhoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal de Viseu, ilustres convidados, minhas Senhoras, minhas meninas e meus Senhores. Em meu nome pessoal e de todas as mulheres e homens que servem Portugal no Regimento de Infantaria Catorze gostaria de vos dar as boas vindas a esta vossa casa e agradecer a oportunidade que me foi dada de podermos



participar de forma ativa nesta sessão solene comemorativa do trigésimo oitavo aniversário do Vinte e Cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro. Neste sentido, considero particularmente feliz a iniciativa de comemorar esta data no local de onde partiram, nessa madrugada de esperança, um punhado de militares que, por direito próprio, ficaram para sempre associados a tão importante evento. Foi por isso com satisfação e entusiasmo que aderimos de imediato a esta iniciativa e estamos gratos e satisfeitos por terem querido comemorar esta data na nossa companhia. Gostaria também de agradecer o amável convite que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal quis dirigir ao Comandante do Regimento para usar da palavra nesta sessão solene. Quero interpretar este convite como uma forma de homenagear todos os militares que naquela madrugada tiveram a coragem e a nobreza de carácter para participar em tão ousada iniciativa. Quando comecei a conceber esta minha intervenção, deparei-me de imediato com um problema, o que é que eu posso dizer sobre esta temática, a uma audiência tão distinta como esta e que eles já não saibam? Resposta óbvia, nada. Sobre o Vinte e Cinco de abril e as suas consequências já tanta coisa foi dita e escrita que é difícil ser inovador. Por outro lado, centrar a minha intervenção no papel do Catorze de Infantaria nos acontecimentos desse dia não me pareceu ser uma boa ideia, porquanto as gentes de Viseu em geral e esta plateia em particular conhecem bem o contributo que o seu Regimento deu para a nossa história contemporânea, existindo inclusivamente alguma bibliografia sobre o assunto. Assim sendo, como resolver então o problema? E a opção foi estruturar esta apresentação começando por recordar, de forma breve e em jeito de tributo, os acontecimentos e os seus protagonistas e depois aproveitar a rara oportunidade de ter aqui reunidos os principais atores políticos e sociais da cidade e do concelho para nos dar-mos a conhecer um pouco melhor, centrando a minha intervenção em torno da realidade atual do Regimento. Recordar do Vinte e Cinco de abril é, para mim, regressar aos meus quinze anos e à Escola Comercial e Industrial de Bragança, onde na ocasião frequentava o então designado Quinto Ano. Recordo-me de nessa manhã ter chegado à escola por volta das oito e trinta e encontrar na sala de alunos o saudoso Doutor Saldanha, meu professor de Geografia e que, por opção sua, frequentava sempre a sala de alunos e nunca a sala de professores. Era uma figura carismática que os alunos adoravam e nesse dia estava particularmente eufórico. Era imensa a sua felicidade a dar-nos conta que tinha havido uma revolução em Lisboa e que por isso não haveria aulas nesse dia, ao mesmo tempo que nos convidava a ir ali ao lado, ao quartel do Batalhão de Caçadores número Três, para dar o nosso apoio aos militares que tinham derrubado o regime. E foi assim, sob a liderança do Doutor Saldanha, que um grupo de alunos, rapazes e raparigas, nos quais eu me incluía, que foram dar vivas à Revolução e cumprimentar e agradecer aos militares revoltosos. Ainda hoje guardo a imagem dos soldados armados que ocupavam as posições fora do quartel e tenho muito claro na minha mente a imagem do graduado que nos recebeu à entrada do quartel e nos explicou o que se estava a passar, mais tarde vim a saber tratar-se do Pai de um camarada meu da Academia Militar. Pese embora a nossa completa ignorância política e o total desconhecimento das consequências que adviriam daqueles acontecimentos, todos estávamos radiantes e passámos um dia fantástico. Pessoalmente nunca mais o esquecerei, imagino que muitos dos presentes terão vivido uma experiência semelhante aqui em Viseu, ou numa outra localidade onde houvesse uma Unidade Militar. Feita esta pequena nota de carácter pessoal, vamos então recordar, de forma sintética, o papel do Regimento de Infantaria Catorze nos acontecimentos de abril de setenta e quatro. Para não correr o risco de entrar em considerações de natureza subjetiva, relativamente aos acontecimentos ocorridos, optei por fazer uma análise tão pragmática e factual quanto o permitem os relatos das pessoas que foram testemunhas privilegiadas desses acontecimentos, porque as viveram na primeira pessoa. Correndo o risco de me repetir, porque já aqui foram ditos, vamos então aos factos que eu considero de maior relevância. Primeiro facto: o envolvimento do RI Catorze na revolução de abril foi decidida e liderada pelos Capitães oriundos da Academia Militar, curiosamente todos



do mesmo curso, que na ocasião prestavam serviço no Regimento, os Capitães Diamantino Silva, Arnaldo Costeira, aqui presente e a quem presto a minha homenagem, António Amaral e Aprigio Ramalho, a quem posteriormente se juntou o Capitão Amândio Augusto, oriundo do Quadro Especial de Oficiais. Segundo facto: os Capitães do RI Catorze, ainda que com diferentes níveis de envolvimento, assumiram papel ativo no planeamento e preparação da ação militar, que culminou com o derrube do regime então vigente. Terceiro facto: com exceção dos Oficiais Superiores, todos os militares do Regimento aderiram voluntariamente ao Movimento dos Capitães. Quarto facto: a missão atribuída ao Agrupamento “November”, no qual se integravam as forças do RI Catorze, consistia em tomar o Forte de Peniche, para libertar os presos políticos e posteriormente prosseguir para Lisboa, a fim de reforçar as forças que aí já se encontravam em operações. Quinto facto: o risco e a incerteza eram fatores caracterizadores desta operação, exigindo daqueles que a levaram a cabo uma enorme coragem, física e moral. Destacados os factos, vejamos então de uma forma sintética como decorreu a execução da operação. Tal como previsto na ordem de operações e depois de ouvidas as canções senha de Paulo de Carvalho e Zeca Afonso, por volta das três horas da manhã, as forças do Catorze, a Companhia de Caçadores, comandada pelo Capitão Arnaldo Costeira, saía a porta de armas em quatro viaturas pesadas, todas as que havia no Regimento e uma ambulância, com o objetivo de se juntar na Figueira da Foz às restantes forças que constituíam o Agrupamento “November”, cujo comando tinha sido entregue ao capitão Diamantino Silva, também do RI Catorze. No quartel tinham ficado os restantes militares revoltosos, tendo o Capitão Aprigio Ramalho assumido o Comando da Unidade. Integravam também este agrupamento uma Companhia do RI Dez de Aveiro, uma Companhia do Centro de Instrução de Condução Auto Número Dois e uma Bateria de Dez e Meio do Regimento de Artilharia Pesada Número Três, ambas da Figueira da Foz, num total de cerca de seiscentos militares e setenta viaturas. De salientar que após várias vicissitudes, devidas fundamentalmente à falta de comunicações adequadas, o Agrupamento só ficou completo nas Caldas da Rainha, quando as forças do Catorze se juntaram aos restantes elementos. Chegados a Peniche, depararam com a resistência da guarnição do Forte, que se mantinha fiel ao Governo. O Comandante do Agrupamento decidiu então deixar a Companhia do CICA Dois, reforçada com duas secções de obuses, a cercar o Forte, no sentido de salvaguardar a integridade física dos presos políticos. Os restantes elementos do Agrupamento continuaram o seu deslocamento em direção a Lisboa. Por volta das vinte e uma horas, após breve passagem por Monsanto, as Companhias de Viseu e Aveiro deslocaram-se para S. Sebastião da Pedreira, onde ficaram sob o comando do Major de Engenharia Frazão, passando a constituir a força de intervenção na Capital. Nessa noite foi decidido pelo comando do Movimento que a Companhia do RI Catorze iria montar segurança á residência do General Spínola, então Presidente da Junta de Salvação Nacional. Doze horas depois foram rendidas pela Companhia de Aveiro, tendo a força do RI Catorze regressado a Viseu a vinte e sete de abril, terminando assim, com sucesso, a missão que lhe tinha sido atribuída. Sobre a relevância da ação do RI Catorze nos acontecimentos do Vinte e Cinco de abril de setenta e quatro já ajuizaram os mais altos responsáveis do País, quando Sua Excelência o Presidente da República, Doutor Jorge Sampaio, atribuiu em dois mil o Grau de Membro Honorário da Ordem da Liberdade ao nosso Regimento. Foi a homenagem justa da Nação à coragem e determinação dos militares deste Regimento e ao contributo que deram para a causa da Democracia e da Liberdade. É pois com orgulho que nós militares, que atualmente servimos nesta Unidade e estou certo que todos os viseenses, vemos o Estandarte Nacional à nossa guarda ostentar tão significativa condecoração. Não são muitas as Unidades que têm tamanha honra. Para ilustrar o que acabo de dizer, talvez não seja descabido parafrasear aqui um ilustre viseense que dava conta desse orgulho numa mensagem deixada numa publicação intitulada “ Memórias de abril – O RI Catorze na Revolução” e que passo a citar: “A ativa e meritória participação do RI Catorze neste



rasgar de horizontes constitui marca indelével, que é motivo e tónico para a autoestima dos viseenses”. Fim de citação. O ilustre viseense que acabo de citar é nem mais nem menos do que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Doutor Fernando Ruas. Permitam-me um comentário final, que resulta de uma reflexão pessoal e por isso e ao contrário do que fiz até agora, completamente subjetivo e discutível. Numa perspetiva do profissional militar, quanto mais leio e mais detalhes vou conhecendo da operação do Vinte e Cinco de abril, maior é a minha perplexidade. Porquê? Porque ela desafia toda a lógica em que assenta o processo de decisão militar, tal qual o conhecemos atualmente. De facto, pese embora toda a imprevisibilidade que rodeia as operações militares, existe um conjunto de princípios e pressupostos, sem os quais não é aceitável levar por diante uma operação. Analisando esta operação à distância de trinta e oito anos, constatamos que a observância de tais princípios e pressupostos nem sempre esteve presente e eram muito mais as dúvidas do que as certezas. Por exemplo, que garantia tinham os Capitães do Catorze que os outros militares iriam aderir ao Movimento, se eles só os informaram minutos antes de saírem do quartel? Com que meios auto, com os meios auto de que dispunham, que garantia tinham de atingir o objetivo? Dada a precariedade dos meios de transmissões, como iria ser assegurado o comando e controle da operação? Que conhecimento existia sobre a reação esperada das forças fieis ao regime? Estas são apenas algumas das perguntas para as quais dificilmente se encontra uma resposta adequada. Dito isto, direi também que a dimensão da minha perplexidade só tem paralelo com a dimensão do respeito e admiração que sinto pelos homens que tiveram a coragem e a determinação de, numa situação tão precária e rodeada de tanta incerteza e risco, ousaram lutar por um ideal, pessoalmente não sei se teria tido a sua coragem. Por isso, para todos eles e de uma forma especial para aqueles com quem tive o privilégio e a honrade conviver e de trabalhar, aqui fica a minha gratidão e homenagem. Passadas quase quatro décadas dos acontecimentos de abril e independentemente do juízo que cada um de nós possa fazer sobre eles e sobre as consequências que daí resultaram, todos estaremos de acordo que temos hoje um Portugal bem diferente e muito melhor. Para alguém como eu, oriundo de uma pequena aldeia do nordeste transmontano e que conheceu a realidade antes do Vinte e Cinco de abril, esta é uma verdade absolutamente indiscutível. A massificação do ensino, o acesso generalizado da população a cuidados de saúde com qualidade, a realidade do poder autárquico, por muitos considerada a mais feliz consequência de abril, por tudo o que tem feito em prol da qualidade de vida das populações, são apenas alguns dos bons exemplos que resultaram da instauração da Democracia no nosso País. Claro que foram cometidos erros e dir-se-á que muita coisa poderia ter sido feita de forma diferente. Bem, poder podia, mas não teria sido a mesma coisa. O País mudou e consequentemente as Forças Armadas em geral e o Exército em particular acompanharam essa mudança. No que ao Exército diz respeito foram muitas e profundas essas mudanças. O Exército que eu encontrei em mil novecentos e setenta e nove, quando nele ingressei como Oficial Miliciano, tem muito pouco a ver com o Exército de hoje. As razões para esta mudança são múltiplas, mas pelo impacto que causaram na Instituição, atrever-me-ia a destacar as seguintes. O fim do serviço militar obrigatório e a passagem para um regime de voluntariado e contrato, medida de que, embora compreendendo o racional que está na sua origem, discordo profundamente, por entender que o País terá ficado mais fragilizado, por aquilo que se perdeu em termos de escola de liderança e de transmissão de valores à nossa juventude. A criação dos comandos funcionais e o fim das regiões militares, por aquilo que representa em termos de adaptação dos conceitos doutrinários à realidade e o agilizar e simplificar da cadeia de comando. A participação de Portugal em operações de apoio á paz, pela afirmação que permite do nosso País na cena internacional, pela experiência e motivação que permite aos quadros e tropas e por ter permitido acelerar o tão necessário reequipamento. No quadro desta nova realidade, o Regimento de Infantaria Catorze tem vindo a adaptar-se às novas realidades e é hoje um dos Regimentos de primeira linha, no contexto do Exército. De uma Unidade



vocacionada para a formação do pessoal do Serviço Militar Obrigatório durante as décadas de oitenta e noventa, passou a partir do início deste século a integrar a componente operacional do sistema de forças do Exército, com as consequências que isso representa em termos de missão atribuída ao Regimento. A componente operacional do sistema de forças do Exército é uma responsabilidade do comando das forças terrestres, que para o efeito tem sob o seu comando a Brigada de Intervenção, a Brigada Mecanizada de Santa Margarida e a Brigada de Reação Rápida, composta por forças de Paraquedistas, Comandos e Operações Especiais. O Regimento de Infantaria Catorze insere-se na Brigada de Intervenção, que conta ainda com as seguintes Unidades, que podem ver neste slide. Muito rapidamente, a Brigada de Intervenção tem o seu Comando e a Unidade de Apoio sediada em Coimbra, o seu quartel-general, dispõe de três Unidades de Manobras, duas de Infantaria, uma sediada em Viseu, o Segundo Batalhão, uma segunda em Vila Real, o Primeiro Batalhão e a Terceira de Cavalaria, em Braga, o Esquadrão de Reconhecimento e o Grupo de Auto-Metralhadoras. Tem depois um outro conjunto de Unidades de Apoio e Combate, uma Companhia de Transmissões, que se situa na Escola Prática de Transmissões, no Porto, uma Companhia de Engenharia em Espinho, um Grupo de Artilharia de Campanha, em Gaia e a componente de defesa aérea em Queluz, em Lisboa. Como podem verificar, a Brigada apresenta um dispositivo que se espalha por uma parte significativa do território nacional e podemos dizer que utiliza o famoso conceito napoleónico, de “dispersar para sobreviver e concentrar para combater”. No atual contexto de prestação de serviço militar, baseado no regime de voluntariado e contrato, não tenho dúvidas que este modelo de Brigada, dispersa por várias Unidades ao longo do País, é preferível ao modelo baseado em grandes Unidades concentradas, como é o caso de Santa Margarida. A experiência recente assim o tem demonstrado, com os jovens a procurar colocações junto das suas áreas de residência e/ou em locais que lhes permitam continuar os seus estudos. Neste quadro, as Unidades localizadas em cidades com uma oferta escolar significativa têm uma clara vantagem, sendo este o caso das Unidades da Brigada de Intervenção. Como podem constatar no slide, a missão principal do Regimento consiste em aprontar um Batalhão de Infantaria. Sendo uma missão cujo enunciado é de uma enorme simplicidade, encerra uma grande complexidade na execução, pelo conjunto alargado de tarefas que implica. No entanto e sendo certo que uma parte substancial do nosso esforço é dedicado a esta missão, existe um conjunto de outras tarefas que levamos a efeito, designadamente no âmbito das missões de interesse público e outras em prol da comunidade em que está inserido, como mais adiante mostrarei. Para cumprir a sua missão, o Regimento dispõe de uma estrutura assente em três grandes vetores: o Grupo de Comando e Estado-Maior, vocacionado propriamente para o planeamento e gestão da atividade do Regimento, uma componente fixa, virada para as tarefas de apoio e do dia a dia e uma componente operacional, constituída pelo Segundo Batalhão de Infantaria e que corporizam o encargo operacional que temos a responsabilidade de aprontar. Para levar a cabo a sua missão, o Regimento conta neste momento com um efetivo de quatrocentos e oitenta elementos, sendo quatrocentos e sessenta e nove militares e onze funcionários civis. Longe vão os tempos em que o Regimento tinha na ordem dos dois mil homens, tinha mil e oitocentos sensivelmente, na altura do Vinte e Cinco de abril. Como podem constatar, globalmente o nosso efetivo é inferior ao previsto no quadro orgânico, em cerca de duzentos e oitenta militares. É claro que, enquanto Comandante, gostaria de ter o efetivo a cem por cento, mas sabemos que a situação do País não o permite. No entanto, o RI Catorze, juntamente com o Regimento de Vila Real e Braga, gozam de uma situação privilegiada, quando comparados com os outros Regimentos do País, porque são aqueles que têm um maior efetivo e que contam com o maior número de oferecimentos para aí prestarem serviço. Devo dizer que só não temos mais militares, porque a gestão de pessoal não os quer cá colocar, temos muita gente que gostaria de vir para Viseu. De relevar que deste efetivo onze por cento são femininos e a este propósito gostaria também de dizer que considero a vinda das mulheres para o Serviço Militar uma medida particularmente feliz,



pela extraordinária mais-valia que trouxeram à Instituição. Neste slide podemos ver a distribuição dos efetivos do Regimento por áreas de residência, atualmente o índice de regionalização é da ordem dos oitenta por cento. No entanto, esta percentagem sobe para os noventa por cento, se considerarmos a região numa perspetiva mais alargada, que inclua os residentes nas proximidades dos eixos viários A25 e IP3 e A24. Um outro aspeto relevante na área do pessoal diz respeito à importância que hoje é atribuída à valorização dos recursos humanos. Nesta perspetiva, assume alguma relevância o número de militares com o estatuto de trabalhador-estudante e a frequentar cursos de qualificação profissional. Deixo-vos uns segundos com os números que ali têm. É claro que este estatuto se aplica sem prejuízo das atividades normais do serviço. Na área da logística, gostaria apenas de vos mostrar um slide com as viaturas de que dispomos, onde assumem particular relevância as novas viaturas blindadas Pandur, que equipam o Segundo Batalhão e que trouxeram um extraordinário valor acrescentado, em termos da nossa capacidade operacional, por se tratar de viaturas do mais moderno que existe a nível mundial. Como já disse noutras ocasiões, o RI Catorze tem a felicidade de ser uma das Unidades da Brigada de Intervenção envolvidas neste projeto que é estruturante para o Exército e que nos coloca perante um grande desafio, pelas alterações que provocou na nossa estrutura e pelo salto qualitativo que nos proporciona. Estamos cientes do desafio que este projeto representa, mas estamos absolutamente determinados em não o deixar fracassar. Como é sabido, este é um projeto que se encontra em fase de desenvolvimento e que, devido à difícil situação que o País atravessa, é espectável que venha a sofrer alguns ajustamentos em termos do “timing” de entrega das viaturas que ainda nos faltam, mas estamos muito esperançados que ele seja concluído com sucesso. Portanto, nós neste momento temos quarenta e duas, das sessenta e nove viaturas que organicamente vão equipar o Batalhão. Como devem calcular, uma parte substancial da atividade do Regimento gira em torno do treino operacional do Segundo Batalhão de Infantaria e é a ele que damos total prioridade. Em termos muito genéricos, direi que este treino é efetuado de acordo com as diretivas e calendário do Escalão Superior, sendo realizado de forma faseada, desde as tarefas de nível individual, até às tarefas desenvolvidas pelos vários Escalões que compõem o Batalhão: a Secção, o Pelotão e a Companhia. As tarefas individuais são normalmente treinadas no interior do Regimento, sendo que as relativas a outros Escalões são desenvolvidas no exterior, habitualmente nas regiões das Serras do Crasto e do Trancalhão, mas também noutras áreas. Na semana passada, por exemplo, estivemos em Várzea de Calde durante uma semana e em setembro próximo estaremos nas imediações de Mangualde, no exercício anual da Brigada. O tiro das armas ligeiras é executado em Lamego, nas instalações do Centro de Tropas de Operações Especiais e o de armas pesadas no Campo Militar de Santa Margarida. Os dois slides seguintes dão-nos uma ideia das várias atividades de treino desenvolvidas em dois mil e onze e nos primeiros meses de dois mil e doze. Como podem constatar, é uma intensa atividade operacional, que reflete apenas os exercícios que nós realizamos e que não refletem aquilo que é o nosso treino diário, isto apenas pretende sintetizar os exercícios que nós levamos a efeito. Nos primeiros meses de dois mil e doze, desenvolvemos já estas atividades que aqui podem constatar. Toda esta atividade de instrução e treino tem como objetivo preparar o nosso encargo operacional, por forma a permitir a sua utilização, quando e onde quem de direito entenda conveniente. Foi assim que, por exemplo, aconteceu ao longo dos últimos anos, quando o Segundo Batalhão de Infantaria se constituiu como força nacional destacada em diversos teatros de operações: na Bósnia em 2000/2002, no Kosovo em 2005/2007/2008 e em Timor em 2001, num total de dois mil cento e quarenta e cinco militares que o Regimento já projetou para missões de apoio à paz, fora do território nacional, quer no âmbito das missões da NATO, quer da União Europeia ou das Nações Unidas. Apenas uma curiosidade, o Batalhão do Catorze que esteve em Timor constitui, pelos efetivos que tinha, novecentos e cinquenta homens, a maior Unidade projetada para fora do teatro nacional, depois do Vinte e Cinco de abril. Estas são algumas das missões que o Regimento



fez, enquanto força nacional destacada, mas também em termos individuais e em números mais reduzidos, os militares do Regimento já participaram em missões individuais, seja no Afeganistão, seja no Iraque, seja noutros teatros de operações. Neste momento, dezassete elementos do Regimento integram a força nacional destacada que se encontra no Kosovo. Sendo certo que o treino operacional constitui o cerne da nossa atividade e por isso absorvendo uma parte significativa do nosso tempo e dos nossos recursos, é igualmente verdade que a vida do Regimento não se esgota aí. De facto, ao longo do ano desenvolvemos um conjunto diversificado de outras tarefas, das quais destacaria a participação do Regimento noutras missões de carácter essencialmente militar, nomeadamente em cerimónias, como podem ver no slide, colaboramos em diversas iniciativas desenvolvidas por entidades públicas e privadas da cidade e da região. São muitas as instituições que diariamente nos visitam aqui, nos protocolos que temos de utilização das nossas infraestruturas, são várias as solicitações que temos de entidades locais, enfim, a todas elas nós procuramos, como é nossa obrigação, prestar todo o apoio, na medida das nossas possibilidades. Desenvolvemos também uma intensa atividade e estamos sempre disponíveis para integrar, no contexto das chamadas missões de interesse público, estamos sempre empenhados nestas atividades, designadamente através da participação dos nossos militares em operações de apoio no combate aos fogos florestais, designadamente no rescaldo aos fogos florestais, como recentemente aconteceu em S. Pedro do Sul. No contexto destas missões, o território nacional foi dividido em várias áreas, tendo sido atribuído a algumas Unidades Militares a responsabilidade pela prestação de apoio às entidades locais. Ao RI Catorze foi atribuída uma área de responsabilidade que abrange um total de vinte e nove concelhos dos distritos de Viseu, Guarda e Coimbra, como podem constatar neste slide. Para finalizar esta minha intervenção e em jeito de conclusão, diria que desde os acontecimentos de abril de setenta e quatro até aos nossos dias, o RI Catorze passou por um longo processo de transformação e vive hoje uma realidade significativamente diferente daquela que conheciam os militares que daqui saíram na madrugada do Vinte e Cinco de abril. Reconhecendo o enorme mérito do trabalho daqueles que aqui serviam na ocasião e sem qualquer espécie de pretensiosismo, mas tão somente baseado na experiência adquirida ao longo dos trinta e três anos de vida militar que já levo, não tenho dúvidas em garantir a todos os viseenses, aqui representados por V. Excelências, que o Regimento da sua terra, pela qualidade dos meios humanos e materiais de que dispõe, é hoje uma Unidade muito mais preparada para enfrentar com sucesso os desafios que lhe são colocados, do que aquela que tinham em abril de setenta e quatro. Sabemos das dificuldades que temos que enfrentar e conhecemos as nossas limitações, mas estamos igualmente seguros das nossas capacidades e da nossa determinação e por isso encaramos o futuro com muita esperança. Terminaria agradecendo uma vez mais o terem querido passar connosco esta data de tão grande significado para o Regimento e para os que aqui servem e pela oportunidade que me deram de prestar esta homenagem aos Viriatos envolvidos no Vinte e Cinco de abril e de vos falar um pouco da realidade presente do nosso Regimento. Muito obrigado. -----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado. Senhor Comandante pela intervenção que fez, pela exposição que nos trouxe, pelo enriquecimento que também nos trouxe, do ponto de vista dos conhecimentos que daqui levamos. Fazendo mais uma vez o agradecimento ao Regimento de Infantaria de Viseu por nos ter acolhido aqui nesta data importante, da comemoração do trigésimo oitavo aniversário do Vinte e Cinco de abril, agradecendo mais uma vez ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, aos Membros da Assembleia Municipal, aos Senhores Presidentes de Junta, a todas as nossas convidadas e a todos os nossos convidados, aos nossos jovens convidados, aos militares presentes, agradecia desde já a presença de todos e daria por encerrada a Sessão. Seguir-se-á um almoço e queria agradecer também aqui à Câmara Municipal e ao Regimento de Infantaria a conjugação de esforços, para que este almoço pudesse ter lugar. Eu presumo que será um Rancho, exatamente, fazendo jus ao bom Rancho que se



come aqui no Regimento. Convido-os então para o almoço, está encerrada a Sessão. Muito obrigado pela vossa presença. -----
----- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão e do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____
Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)